FEMINISMO E CAPITALISMO

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni
(*in memoriam*)

Comitê Científico

Profa. Dra. Maria Cristina Longo Cardoso Dias
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Carolina de Melo Bomfim Araujo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Silvana de Souza Ramos
Universidade de São Paulo (USP)

FEMINISMO E CAPITALISMO

UM ROMPIMENTO NECESSÁRIO

Roberta da Cunha Rodrigues

Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons
Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696f Rodrigues, Roberta da Cunha

Feminismo e capitalismo: um rompimento necessário [recurso eletrônico] / Roberta da Cunha Rodrigues. – Cachoeirinha : Fi, 2024.

175p.

ISBN 978-65-85958-13-4

DOI 10.22350/9786585958134

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Capitalismo – Feminismo. I. Título.

CDU 330.342.14:396

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para agradecer a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho e que estiveram ao meu lado de alguma forma no decorrer desse período.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai (*in memorian*), por sempre me apoiar tanto, mesmo com todas as nossas diferenças. Vítima das sequelas deixadas pela COVID-19, ele se foi enquanto eu estava no meio do processo de escrita desta dissertação, deixando saudades imensuráveis. Eu o amo eternamente e sinto uma falta terrível. Agradeço à minha mãe por ser tão presente e incrível, além de ser um exemplo de mulher forte e corajosa, que, mesmo com todo o sofrimento e dificuldades, consegue se superar a cada dia e surpreender a todos.

Agradeço ao meu companheiro André, por ser meu melhor amigo e meu maior amor, por ser sempre tão presente, e me resgatar nos momentos de insegurança, acreditando em mim mais do que eu mesma! Agradeço ao meu professor de Kung Fu e Sanda, Sihing Marcondes, bem como toda a família Hung Sing, por me ensinarem tanto sobre paciência, serenidade, coragem e persistência, elementos que foram necessários para concluir este trabalho de modo saudável, mesmo que em meio ao caos. Agradeço a todos os familiares e amigos que formaram uma linda rede de apoio quando mais precisamos.

Agradeço à melhor orientadora que eu poderia ter, Cris, por ser tão paciente, atenciosa e compreensiva, uma orientadora maravilhosa. Obrigada por coordenar e manter o funcionamento do Grupo de Estudos e Orientação em Marx (GEMOA), cujas contribuições dos membros tiveram grande importância na construção desta dissertação. Agradeço também às professoras que compõem a banca:

Carolina Araujo e Silvana Ramos, pelas críticas cuidadosas e construtivas que muito contribuíram para o aperfeiçoamento desta pesquisa. Agradeço, por fim, à UFRN e à CAPES[1], por tornar possível a concretização desta pesquisa, e espero que os próximos estudantes possam ter a mesma oportunidade que eu de contar com o auxílio da bolsa.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Sumário

Introdução 9

1 13

As raízes da exploração

1.1 A acumulação de Capital em Marx 13

1.1.2 O processo de troca das mercadorias 17

1.1.3 Relações sociais implicadas pelo Capital 20

1.1.4 O mais-valor como o fundamento da exploração 23

1.1.5 A divisão do trabalho 27

1.1.6 Revoluções nos meios de produção e surgimento da indústria moderna 30

1.2 A manutenção e reprodução do capitalismo 32

1.3 A acumulação primitiva para Federici 38

1.3.1 Diferenças básicas entre o modo de produção feudal e o capitalista 41

1.3.2 Os movimentos antifeudais: a heresia 44

1.3.3 A contrarrevolução dos movimentos antifeudais 47

1.3.4 As expropriações de terras e cercamentos dos espaços comunais 51

1.3.5 A divisão sexual do trabalho 54

1.3.6 Reprodução e trabalhos domésticos como funções das mulheres 56

1.3.7 A inferiorização da mulher com base numa campanha ideológica 59

1.3.8 Sexismo e colonialismo 66

1.3.9 O fim da caça às bruxas 72

2 75

Uma crítica à *Mística Feminina* de Betty Friedan

2.1 Uma introdução à Friedan e Davis: a ideologia da feminilidade 75

2.2 A mística feminina de Betty Friedan 80

2.2.1 Uma campanha ideológica em prol da Mística 86

2.2.2 Capitalismo e consumo: como essa relação afeta as mulheres segundo Friedan 89

2.3 O movimento feminista nos Estados Unidos sob as perspectivas de Friedan e Davis 93

2.3.1 Davis e os principais debates do movimento feminista 99

2.4 Como o pensamento de Friedan pode sustentar uma agenda neoliberal 109

2.5 Individualização de uma problemática estruturada pelo modo de produção 116

3 **123**

O feminismo marxista de Saffioti

3.1 Introdução 123

3.2 As mulheres e o mercado de trabalho 126

3.3 As mulheres e o socialismo 132

3.4 O movimento feminista brasileiro 140

3.5 A estratificação como instrumento de divisão da classe trabalhadora 152

3.6 O feminismo deve ser para todo mundo 159

Considerações finais **167**

Referências **172**

Introdução

Algumas questões devem ser realizadas para servir de ponto de partida para esta dissertação. São elas: 1) Será que o feminismo pode se limitar ao empoderamento individual de algumas mulheres? 2) Será que o feminismo pode legitimar a manutenção de uma elite feminina que reproduz opressões de classe e raça? 3) Será que é possível vencer as barreiras impostas pelo sexismo realizando reformas no modo de produção capitalista, sem romper com o seu funcionamento? São esses questionamentos que permeiam todo este trabalho e, na tentativa de respondê-los, é feita uma reivindicação do pensamento de algumas autoras marxistas, além do pensamento do próprio Marx.

Pela primeira vez, em setembro de 1857, na introdução dos *Grundrisse* (2011, p. 54), Marx estabeleceu o método a ser utilizado em suas críticas à economia política clássica. Tal método consiste em observar o todo concreto vivente para elaborar os conceitos que desempenham papéis fundamentais no presente, a fim de compreender esse concreto em seus fundamentos. Sendo assim, não se desliga nunca dessa materialidade, realizando abstrações cujos conceitos espelham o todo concreto vivente, de modo que termos como população, mercado ou classe social, são termos vazios se não forem observados à luz dos conceitos que os fundamentam (trabalho assalariado, capital etc.). Para compreender a produção capitalista como uma realidade orgânica é necessário, portanto, partir de seus conceitos mais fundamentais como trabalho e valor de troca (e, claro, o mais fundamental de todos, o capital) para, a partir daí, chegar em âmbitos mais concretos como o Estado e o mercado mundial. Assim, partindo de um concreto caótico, o qual não conseguimos entender sem o trabalho do cientista, são identificados os conceitos que fundamentam essa realidade e, após compreendê-los, será possível

visualizar essa realidade de modo organizado e amplo. Para Marx, o real, além de ponto de chegada, é também ponto de partida, e a abstração surge somente como modo de reproduzir o real num concreto mental. Ou seja, não é possível partir das categorias abstratas, pois elas já pressupõem um contexto no qual se inserem.

É nesse sentido que, a fim de compreender o porquê o feminismo deve ser marxista, buscamos partir da materialidade, resgatar as categorias mais básicas que a espelham e analisá-las, para em seguida redimensionar esse todo concreto. Isso será feito, a princípio, a partir da crítica da economia política de Marx e da análise histórica realizada por Silvia Federici no que se refere ao processo de acumulação primitiva, tendo em vista ser esse processo fundamental para consolidar o capital não apenas historicamente, mas também para explicar sua continuidade à medida que se torna necessário realizá-lo para ampliar e aprofundar a acumulação de capital. Além disso, esse processo serviu para subalternizar certas categorias sociais (população negra, indígena, imigrante, LGBT+ e as mulheres) nas quais se depositam uma maior exploração com jornadas mais longas e salários mais baixos, sustentando a desigualdade necessária para a manutenção do sistema.

Nessa mesma introdução dos *Grundrisse* (2011, p. 60), Marx afirma ser um erro considerar as categorias econômicas em sua ordem histórica, visto ser ela resultado das relações da sociedade burguesa. Todas as formas de sociedade que se submetem a esse modo de produção serão subordinadas ao capital, e por isso ele deve ser analisado como ponto de partida e ponto de chegada. Entretanto, como Federici demonstra em sua obra, é possível compreender a história burguesa de modo crítico e, nesse sentido, é fundamental resgatar o desenvolvimento histórico que culminou no capital e nas relações sociais tais como as conhecemos hoje, relações estas que são constantemente reproduzidas. Isso significa que a análise realizada por Federici possibilita a compreensão sobre como a construção do modo de produção capitalista ocorreu a partir da acumulação de

desigualdades que, apesar de já existirem nas sociedades pré-capitalistas, foram aproveitadas e intensificadas por ele tendo em vista sempre o lucro da classe capitalista. Betty Friedan surge, nesse contexto, como uma representante do feminismo liberal estadunidense, tendo em vista a sua importante atuação nesse movimento, além de haver um diálogo entre ela e algumas feministas marxistas, como Heleieth Saffioti, Angela Davis e Ana Montenegro. Apesar de não ser a proposta abordar aqui toda a tradição liberal, é possível visualizar como Friedan incorpora esses valores ao afirmar que a libertação das mulheres deve ocorrer a partir da sua integração no sistema competitivo, nos fazendo visualizar a necessidade de reivindicar uma teoria feminista que funcione em conjunto com a crítica da economia política capitalista.

Para tanto, esta pesquisa é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo analisa a teoria do valor de Karl Marx e o pensamento de Silvia Federici sobre a acumulação primitiva a fim de compreender o funcionamento do modo de produção capitalista e como ele serviu para acumular desigualdades não só entre burgueses e proletários, mas também no interior da classe proletária. Após compreender essa estrutura, o segundo capítulo realiza uma crítica sobre a *Mística Feminina* de Betty Friedan – cuja autora é vista como representante do feminismo liberal estadunidense – a partir de um diálogo com o pensamento de Angela Davis, a qual, partindo de uma análise histórica sobre a ideologia da feminilidade e dialogando com o movimento feminista liberal da sua época, é capaz de perceber as limitações desse movimento, tendo em vista que as suas bases servem de instrumento para a manutenção do modo de produção capitalista. Por fim, o terceiro capítulo, com autoras como Heleieth Saffioti e Ana Montenegro, aprofunda o debate sobre como o feminismo deve ir na contramão da lógica da aquisição de lucro pelo modo de produção capitalista, compreendendo-o como uma via para romper com esse modo de produção que é contrário aos interesses da população como um todo. Todo esse caminho é realizado com o objetivo de responder às

questões postas no início desta introdução e compreender que o feminismo não pode ser limitado aos interesses de uma pequena parcela de mulheres.

1

As raízes da exploração

1.1 A acumulação de Capital em Marx

Para compreender melhor a importância da reprodução da força de trabalho desempenhada historicamente pelas mulheres, é preciso primeiro entender o capital como uma relação social e em seguida é necessário compreender o porquê a sua acumulação é necessária para a manutenção do sistema, a partir de um panorama da teoria do valor de Karl Marx (1818-1883), que se inicia com a diferenciação fundamental entre valor de uso e valor de troca. Tudo isso é importante para entender o modo de produção que contém em sua estrutura a subordinação de determinadas categorias, dentre as quais se incluem as mulheres.

O valor de uso das mercadorias será definido a partir da utilidade dos objetos para os indivíduos, levando em consideração as suas propriedades físicas. No modo de produção capitalista, esse valor não diz nada sobre a mercadoria, pois todas as suas características particulares são apagadas e ela passa a ser definida fundamentalmente pelo valor de troca: o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, expresso materialmente a partir da forma valor universal, o dinheiro (mercadoria escolhida para servir de equivalente universal para todas as outras). Nesse processo, o trabalho é também abstraído, surgindo o que ele chama de trabalho abstrato, em que todos os trabalhos são definidos pelo seu valor (tempo), e não por suas características. Um objeto, portanto, só possui valor se nele for empregado trabalho humano abstrato. Esse tempo de trabalho não é o tempo do indivíduo que produz, mas sim o tempo de trabalho socialmente necessário, pois a concorrência força todos os produtores a venderem seus produtos pelo tempo médio de produção social. Surge, assim, o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, dividido em trabalho útil (aquele no qual o ser humano modifica a

natureza produzindo valores de uso diferenciados qualitativamente) e em trabalho abstrato (aquele no qual não há diferença qualitativa entre os produtos, pois é contabilizado somente o tempo gasto de força, músculos e cérebro). O ato laboral é a unificação desses dois trabalhos, pois para incorporar um valor, algo deve ser produzido, e para que esse valor seja estabelecido é preciso haver uma multiplicidade de mercadorias, como explica David Harvey (2013, p. 38): "É através da multiplicidade de trabalhos concretos que surge o padrão de medida do trabalho abstrato."

Tornado abstrato, qualquer trabalho que sirva à finalidade da acumulação de dinheiro é válido, mesmo que ele não beneficie vidas humanas, ou, até mesmo, seja contrário a elas: "O capitalista sabe que toda mercadoria, por mais miserável que seja sua aparência ou por pior que seja seu cheiro, é dinheiro, não só em sua fé, mas também na realidade; que ela é [...] um meio milagroso de se fazer mais dinheiro a partir do dinheiro." (MARX, 2013, p. 230). O mercado, portanto, cria necessidades sociais para ampliar os campos de trabalho e produção e, por outro lado, os trabalhos que não servem a essa finalidade são imediatamente anulados: "Onde o próprio dinheiro não é a comunidade, tem de dissolver a comunidade." (MARX, 2011, p. 168). Essa dissolução significa que a realização dos indivíduos com a sua produção não é a mesma de antes. O trabalho já não é mais a objetivação do sujeito, mas sim a objetivação de uma ação que é externa a ele. Além de alterar a relação dos indivíduos uns com os outros, de acordo com o autor, a universalização do dinheiro gerou profundas mudanças na forma como as nações se relacionam entre si, com as grandes caças ao ouro nos países que possuem riquezas naturais e com intensos processos colonizatórios, como será visto mais adiante.

De todo modo, deve haver relação entre mercadoria e trabalho, a qual será estabelecida a partir das chamadas formas de valor. A fórmula simples é a forma de valor relativa = forma de valor equivalente, na qual o valor da primeira parte da equação será definido

a partir de sua relação com o valor presente na segunda parte da equação, que deve expressar a equivalência quantitativa entre duas mercadorias qualitativamente diferentes. Enquanto nessa forma se explicita somente a troca entre duas mercadorias, na fórmula desdobrada veremos como essa equiparação pode ser realizada para uma quantidade infinita de mercadorias. Essas formas demonstram como "[...] não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca." (MARX, 2013, p. 139). Entretanto, elas são ainda insuficientes, pois não observam o valor como obra conjunta do mundo das mercadorias. Para isso, há a forma de valor universal, a expressão social de todo o trabalho humano, o dinheiro (mercadoria escolhida para servir de equivalente universal para todas as outras), única forma de expressar materialmente a abstração de todas as mercadorias. Este, apesar de ser fundamental na manutenção do modo de produção capitalista, faz parte de relações que vão muito além dele, e por isso não basta a sua supressão para acabar com a exploração, pois ele é expressão de relações mais profundas e complexas.

Sustentando todos esses valores há o caráter fetichista da mercadoria, no qual ela se "[...] revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos." (MARX, 2013, p. 146). As mercadorias são produtos de trabalhos privados e independentes umas das outras. Sendo assim, sua existência material difere da sua existência econômica, e seu elo social aparece somente no momento da troca, quando as relações entre as pessoas já estão reificadas pela produção e escondidas sobre o "véu reificado" da forma-dinheiro, ou seja, o que aparece mais facilmente para os indivíduos é a esfera do consumo, e não a da produção. O caráter social das atividades, dos sujeitos e dos produtos é escondido e, assim, "[...] a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas." (MARX, 2011, p. 105). O capital, portanto, se manifesta como se as coisas possuíssem um

comportamento social. Ele é uma relação, um todo concreto vivente que se manifesta na figura do capitalista e na exploração.

De acordo com Ruy Fausto (1987, p. 30): "O Capital é sujeito. [...] O operário e o capitalista são 'suportes' desse sujeito, e num sentido (mais ontológico do que propriamente lógico) seus predicados.". Isso significa que o capital, apesar de ser um conceito – um "sujeito automático", um "sujeito que domina" –, é também uma realidade, é um sujeito que coloca todos os elementos sociais em função do lucro. Tal como afirma Dias (2019, p. 106): para Marx, é a partir da materialidade que se torna possível realizar abstrações sobre as categorias econômicas e alcançar o conhecimento sobre o capital, e também é a partir desse conhecimento abstraído que se torna possível compreender a materialidade em sua totalidade, de modo dialético. Sendo assim, "Marx ressalta que as formações ideais devem ser compreendidas a partir da *práxis* material [...]" (MARX, 2007, p. 43 apud DIAS, 2019, p. 105), e a partir disso realiza uma crítica sobre a dialética hegeliana, afirmando ser esta contrária ao que deveria ser: a Ideia, para Hegel, é um sujeito autônomo na história, enquanto para Marx ela é uma manifestação da história (DIAS, 2019, p. 106), ainda de acordo com o autor, "[...] tomar este tipo de posição teórica constituiria cair no erro denominado por ele de mistificação." (DIAS, 2019, p. 101). Porém, apesar de ser o "sujeito", o capital permanece escondido nos bastidores, permitindo que seja visto "a olho nu" somente as suas expressões materiais, enquanto essas expressões materiais individuais pressupõem um todo concreto vivente já dado, de modo que "[...] a categoria econômica mais simples, por exemplo o valor de troca, pressupõe a população produzindo em relações determinadas, pressupõe também um certo tipo de comunidade ou Estado." (DIAS, 2019, p. 108). Sendo, portanto, sujeito automático, o capital subordina tudo e todos aos seus comandos, e capitalistas e trabalhadores surgem somente como um suporte para a manutenção da valorização do valor. O que se busca, nesse contexto, é superar as contradições existentes nesse modo de produção, eliminar o trabalho alienado e o fetichismo

da mercadoria e do dinheiro e buscar a efetiva emancipação humana (DIAS, 2019, p. 115).

1.1.2 O processo de troca das mercadorias

O processo de troca das mercadorias pressupõe uma vontade em comum entre os sujeitos que se reconhecem como proprietários privados, estabelecem um contrato e se reduzem a meros seres possuidores de mercadoria. Nesse momento, surge uma contradição: ela não pode ter ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, pois "Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores." (MARX, 2013, p. 160), pois o possuidor deseja vendê-la para comprar aquela que não possui e lhe é necessária (o indivíduo não consome aquilo que produz). Isso porque, se um indivíduo possui uma fábrica de linho, por exemplo, ele não é capaz de consumir tudo o que produz e nem é capaz de sobreviver somente com isso, pois precisa de outros produtos para satisfazer suas necessidades fisiológicas e intelectuais. Para os possuidores de mercadorias, essa metamorfose precisa acontecer, eles precisam convertê-la em dinheiro para poder voltar a consumir (M-D-M)[2], ou seja, eles devem vender para comprar. Com a consumação do processo M-D-M o resultado é o afastamento do dinheiro e a permanência da mercadoria, ou seja, é o processo no qual se vende uma mercadoria que não é valor de uso para o vendedor para comprar uma outra que possa ser consumida por ele. Nesse caso, o dinheiro possui a função de ser meio de circulação, de modo que uma das variáveis da quantidade de dinheiro nesse meio é aquela na qual ele depende da quantidade de mercadorias em circulação. Sendo assim, a quantidade de dinheiro depende, também, do ritmo da produção, porém, como apenas a metamorfose das mercadorias é visível, não é possível ver as causas desses fenômenos (somente a troca aparece, a produção permanece

[2] Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria.

obscura). Isso faz com que, ao surgir um período de estagnação, o senso comum acredite que isso se deve à falta de dinheiro de uma nação, quando na verdade a resposta pode se encontrar nos resultados das relações de produção e consumo, quando ocorre, por exemplo: 1) excesso de uma mercadoria específica; 2) interrupção da venda usual para o estrangeiro; 3) pobreza da população e incapacidade de consumir (NORTH, 1691, p. 11–15 apud MARX, 2013, p. 194).

Em contrapartida, há a forma D-M-D[3], em que o dinheiro é trocado por uma mercadoria no primeiro momento para em seguida ser trocado novamente por dinheiro, ou seja, comprar para vender. Entretanto, essa relação deve ser vantajosa para o possuidor de dinheiro, e por isso não faz sentido ele gastar um valor para receber o mesmo de volta. Enquanto o processo M-D-M realiza uma troca qualitativa, o D-M-D realiza uma quantitativa, já que o dinheiro é o mesmo qualitativamente, e deve ser modificada somente a sua quantidade. Nesse ponto, percebemos que, para esse processo render frutos, não basta trocá-lo pela mesma quantia, pois ele deve ser empregado a fim de conseguir mais dinheiro. Assim, surge a fórmula geral do capital: D-M-D', em que D' = D + ΔD, no qual ΔD (variação de D) é o excedente sobre o valor original, ou mais-valor. É esse movimento de valorização do valor que transforma o dinheiro em capital. A acumulação de capital é a finalidade constante do capitalista:

> A circulação simples de mercadorias – a venda para compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. (MARX, 2013, p. 228)

O valor excedente (ΔD) que transforma o dinheiro em capital não vem da troca de mercadorias e nem da circulação, mas sim da força de trabalho, a qual consiste nas capacidades físicas que o sujeito põe em

[3] Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro.

movimento para produzir valor, pois ela é a única mercadoria disponível capaz de realmente criar valor. A força de trabalho, ao modificar a matéria, imprime nela um valor excedente (mais-valor), que não é pago integralmente pelo capitalista. O possuidor da mercadoria força de trabalho e o possuidor da mercadoria dinheiro se encontram no mercado e se relacionam como seres proprietários juridicamente iguais. Entretanto, para existir no mercado indivíduos dispostos a vender a sua força de trabalho, é preciso que esses mesmos indivíduos não possuam outras mercadorias com o seu trabalho objetivado para vender, ele deve ser livre no sentido de não possuir matéria-prima nem meios de produção: "[...] ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outra lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho." (MARX, 2013, p. 244). Ou seja, apesar da igualdade jurídica, o que sustenta esse mecanismo é a desigualdade, pois o capitalista possui os meios de produção (trabalho passado contido na matéria prima e nas máquinas) e o dinheiro para comprar a força de trabalho e conseguir aumentar seu capital, enquanto o trabalhador possui somente a sua força de trabalho. A relação entre eles ocorre como troca: o trabalhador oferece sua mercadoria (força de trabalho) em troca de uma soma de valores de troca para consumir e sobreviver. O capitalista oferece essa soma enquanto recebe o trabalho produtivo que conserva e multiplica o seu capital. O segredo para esse capitalista aumentar o seu capital é que ele não paga todo o valor produzido pela força de trabalho, mas somente o necessário para o trabalhador se manter e se reproduzir (salário). Assim, percebe-se não ser uma troca equivalente de mercadorias, pois há uma parcela de trabalho pago e outra de trabalho não pago.

O assalariamento é, portanto, "[...] pagar aos trabalhadores o mínimo possível, extraindo deles um excedente que é apropriado pelo capitalista." (DIAS, 2020, p. 181). Marx irá propor um modelo de associação de seres humanos livres em que todos participam da

produção, retêm sua subsistência de acordo com seu tempo de trabalho, e contribuem o necessário para manter a produção. Nesse contexto, cada um recebe o que lhe convém e as relações de produção e distribuição são mais transparentes (MARX, 2013, p. 153).

1.1.3 Relações sociais implicadas pelo Capital

As relações sociais modernas se baseiam na independência pessoal ancorada na dependência de uma coisa externa ao indivíduo, o capital. A independência pessoal é um disfarce para as condições nas quais os indivíduos se encontram submetidos, uma vez que aparece como liberdade individual para competir uns contra os outros. A liberdade formal encontra seus limites na divisão de classes sociais, como afirma Saffioti: "O modo antitético de produção capitalista nega, pois, a cada instante, a liberdade jurídica que ele próprio criou em benefício de si mesmo." (2013, p. 107). Da mesma forma, apesar do modo de produção se basear na competitividade de todos contra todos, na prática o sistema distribui os papéis sociais de forma desigual, fazendo com que alguns poucos indivíduos se encontrem fora dessa batalha por já possuírem a sua subsistência garantida.

Essas condições aparecem como naturais, quando na verdade se tratam de condições geradas pela sociedade para que boa parte da população não consiga superá-las e precisem vender sua força de trabalho. Assim, "O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação." (MARX, 2011, p. 111). Isso nos faz perceber como a emancipação individual não basta, pois, se a estrutura que exerce a exploração permanece intacta, então a massa de sujeitos explorados continua nessa condição. Os chamados por Marx de economistas burgueses afirmam que se todos os indivíduos buscarem seus interesses privados então o resultado será o alcance do interesse geral. Marx considera essa ideia absurda e percebe como a busca de cada indivíduo por seus interesses privados

gera uma guerra de todos contra todos (e sem resultados práticos), e por isso o que ocorre não é a afirmação universal, mas sim a negação universal (MARX, 2011, p. 105).

Mesmo que os indivíduos possuam somente o necessário para a sobrevivência, a sociedade capitalista incentiva que estes indivíduos poupem para, no futuro, ascenderem economicamente, porém: "Somente como exceção pode o trabalhador, com força de vontade, força física e perseverança, avareza etc., transformar sua moeda em dinheiro, como exceção de sua classe e das condições gerais de sua existência." (MARX, 2011, p. 224). Sendo assim, nunca obtêm riqueza de fato, salvo algumas raras exceções que de modo algum servem para modificar as condições de toda uma classe. Esse sujeito é medido de acordo com suas propriedades: "Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso." (MARX, 2011, p. 105), ou seja, as relações sociais são controladas não pelos indivíduos propriamente, mas sim pelos objetos que eles possuem. Transformar esse modo de organização social seria o mesmo que devolver às pessoas o seu poder social.

É importante ressaltar como essa estrutura injusta não é natural, como afirma Marx (2013, p. 244)

> [...] a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.

Isso significa que as relações sociais não são naturais e, se um sujeito possui meios de produção e o outro possui somente a sua força, isso se deve à forma como ocorreu um desenvolvimento histórico, gerando tal modelo de relações. Sendo assim, não é algo externo às relações sociais que as produz, seja esse fator teológico ou biológico, ao contrário, esses mesmos fatores são também produzidos pela forma

como se dão essas relações. Portanto, as transformações históricas e as revoluções econômicas direcionam o teor das relações sociais.

O trabalho que mais se aproxima da natureza é aquele no qual o indivíduo trabalha somente o necessário para manter a si mesmo, mas "Suponha que um desses cortadores asiáticos de pão necessite de 12 horas de trabalho por semana para a satisfação de todas as suas necessidades. O que o favor da natureza lhe dá diretamente é muito tempo de ócio." (MARX, 2013, p. 584), ou seja, se o sujeito trabalhasse somente o necessário para a própria subsistência, ele teria muito tempo livre para utilizá-lo da forma que bem entender, e isso sim está alinhado com as necessidades impostas pela natureza. Entretanto, foi estabelecido que o ser humano precisa trabalhar além do necessário para se manter, cumprindo jornadas das quais não se apropria, pois quem mais se beneficia é o possuidor dos meios de produção que o contrata.

1.1.4 O mais-valor como o fundamento da exploração

Para o capitalista, o produto precisa ter valor de troca, o qual deve ser maior do que a soma do valor total das mercadorias usadas na produção. Sendo assim, cada mercadoria possui o seu valor, e este é composto por duas partes: uma é a adição pela força de trabalho e a outra é a transferência do valor passado contido nos meios de produção (extração de matéria-prima, máquinas etc.). O momento em que a ferramenta vira sucata é aquele no qual ela teve todo o seu valor transferido para o produto, e o mesmo ocorre com o trabalhador, com a diferença de que ele cria um novo valor: aquele que é transferido para a mercadoria provém do seu dispêndio de músculos, cérebro e seu tempo de vida. O valor dos produtos advém, portanto, da depreciação dos meios de produção e da força de trabalho. Assim surge a diferenciação entre capital constante e variável, na qual cada parcela de capital será investida com diferente função dentro da produção. O constante designa a parte do capital convertida em meios de produção,

matéria-prima e matérias auxiliares, cujo valor não se altera no processo de produção, pois apenas o transfere para o produto; e o variável designa a parte em que, além de transferir o valor da força de trabalho, produz um excedente, o mais-valor. Sendo assim, o trabalhador não recebe o valor de seu trabalho integralmente, mas somente o preço de sua alienação, fixada anteriormente independente do resultado do trabalho. Além disso, possui também a especificidade de ser uma mercadoria que não desaparece após o consumo, pois ao final do processo está pronto para entrar novamente em outro processo.

Além disso, a jornada executada pelo trabalhador é dividida em duas partes. Uma delas é o tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução do trabalhador (o tempo que ele precisa para produzir o mínimo necessário para sobreviver e se reproduzir) e a outra é o tempo de mais-trabalho (tempo no qual é produzido o mais-valor) do qual o capitalista se apropria. Essas partes sofrem variações em determinados contextos, porém ocorrem dentro de alguns limites: o mais-trabalho não pode ser reduzido a zero, pois isso seria incompatível com o modo de produção capitalista, já que assim não haveria lucro. Há também o seu limite máximo, pois o trabalhador precisa de certo tempo para se reestabelecer fisicamente e moralmente e dar início a uma nova jornada. Além de se alimentar, se limpar e cumprir todas essas necessidades fisiológicas, o trabalhador precisa também satisfazer um mínimo de necessidades sociais e intelectuais. Porém, segundo Marx, esses limites são muito flexíveis e sua elasticidade é aproveitada pelo capitalista de acordo com seu desejo: busca sempre valorizar o valor e, como consequência, realizar a maior extração possível de mais-trabalho, pois

> Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. (MARX, 2013, p. 307).

Surge, assim, o conflito de interesses entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, pois enquanto aquela busca utilizar de qualquer forma a sua mercadoria comprada, esta busca limitar a extração de trabalho para o tempo correspondente ao valor recebido. A extração desmedida de mais-valor – que resulta em condições degradantes de trabalho e até exploração da mão de obra infantil – não tem necessariamente relação com as boas ou más intenções do capitalista, mas sim com as necessidades impostas pela livre-concorrência. Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras sofrem ataques constantes sobre os seus direitos duramente conquistados em relação ao aumento de salários, redução das jornadas, férias remuneradas, licença maternidade e paternidade, aposentadoria, dentre outros.

De acordo com as leis do mercado, deve haver uma troca entre equivalentes, ou seja, a troca deve acontecer entre valores iguais. Entretanto, o trabalhador não recebe o valor integral, pois recebe somente a parcela suficiente para a manutenção de sua força. Isso significa que, quando um trabalhador reivindica aumento salarial ou redução da jornada, está reivindicando um direito que é seu de acordo com as próprias leis da troca de mercadorias. Entretanto, as leis da troca de mercadorias também afirmam que o comprador possui sobre a mercadoria direito de propriedade, permitindo o rompimento dos limites do mais-trabalho, além de apresentar como o valor da força de trabalho apenas a sua subsistência. "Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força." (MARX, 2013, p. 309). É nesse contexto que se delineia a luta de classes no modo de produção capitalista, e as classes antagônicas (burgueses e proletários) se percebem num conflito contínuo e direto.

Tendo em vista a necessidade constante de aumentar a extração de mais-valor, diversas estratégias surgem para alcançar esse objetivo. Marx expõe como, a partir do prolongamento da jornada de trabalho, surge o mais-valor absoluto e, além dele, o mais-valor relativo, que, por

sua vez, reduz o valor dos meios de subsistência, pois esse valor irá definir quanto os trabalhadores precisam para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho: reduzindo os valores da cesta básica do trabalhador, se reduz também o valor pago a ele, já que é reduzido o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho (MARX, 2013, p. 390). Isso só poderá ocorrer a partir do desenvolvimento das condições técnicas e sociais das forças produtivas, as quais ocorrem quando o capitalista possui um meio ou método que o permita produzir uma quantidade maior de valor de uso abaixo do tempo socialmente necessário, tornando-se capaz de trocar sua mercadoria com um valor acima de seu valor individual e abaixo do valor social. O capital possui a tendência, portanto, de aumentar a força produtiva do trabalho (produzir mais em menos tempo) para poder diminuir o valor da força de trabalho (uma vez que diminui o valor dos meios de subsistência do trabalhador) e prolongar o mais-trabalho. Esse processo explica a contradição do aumento de mais-valor contido nas mercadorias apesar do seu simultâneo barateamento. Apesar de produzir mais em menos tempo, o trabalhador permanece com a mesma jornada e com o mesmo salário, tendo em vista que ele paga a si mesmo em menos tempo e possibilita ao capitalista apropriar-se de um mais-valor ainda mais alto. As tecnologias à serviço do capital, portanto, não servem para diminuir a carga de trabalho, mas sim para fornecer a possibilidade de lucros mais altos e de vencer a concorrência.

1.1.5 A divisão do trabalho

Todo modo de produção possui as suas formas de divisão do trabalho. A primeira forma do modo de produção capitalista é a manufatura. O sujeito é transformado em trabalhador parcial e limitado a ser um órgão da indústria da manufatura, realizando trabalhos repetitivos e que são somente uma parcela muito pequena da produção, o alienando ainda mais por não conhecer de fato o processo

da mercadoria produzida por ele mesmo. Com essa divisão, o trabalhador parcial se especializa na função mais simples possível, para que possa produzir mais em menos tempo. Na manufatura, a maquinaria é o trabalhador coletivo, composto por trabalhadores parciais em cooperação, selecionados para cada trabalho de acordo com suas habilidades. À medida que se realiza a divisão do trabalho, torna-se necessário também um maior investimento nos meios de produção, uma vez que a força produtiva aumenta. Sendo assim, faz parte do caráter técnico da manufatura haver uma maior concentração de capital nas mãos dos capitalistas para ele dar início a esse processo. A manufatura submete vários trabalhadores (que não possuem meios para serem independentes) ao comando de um capitalista, além de criar entre eles relações hierárquicas (MARX, 2013, p. 434). Entretanto, "Sua própria base técnica estreita, tendo atingido certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades da produção que ela mesma criara." (MARX, 2013, p. 442). Sendo assim, essa forma tem os seus limites, pois a tecnologia ainda é pouco desenvolvida e há grande dependência do trabalho manual dos indivíduos, ao mesmo tempo que a valorização do valor não deve ter limites, gerando um impasse. A manufatura cria necessidades de valorização do capital que em determinado momento não é capaz de suprir, gerando a necessidade de revolucionar os meios de produção e desenvolver a maquinaria.

A maquinaria desenvolvida para construir a grande indústria não foi feita para aliviar a labuta do ser humano, mas foi, sim, uma forma encontrada para extrair ainda mais valor e roubar cada vez mais o intelecto do trabalhador:

> Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital. (MARX, 2013, p. 435)

As diferentes formas de produzir são parte de um processo de ampliação da acumulação de capital e, por isso, para que essa estrutura se mantenha, faz-se necessário o desenvolvimento das forças produtivas. A manufatura precisou, portanto, ser afastada e dar lugar a um modelo mais desenvolvido: a grande indústria, com a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas. A maquinaria, além de produzir mais em menos tempo, é também uma forma de reduzir a dependência do patrão em relação à força de trabalho humana, tendo em vista a sua capacidade de se voltar contra o sistema que o oprime, reivindicar seus direitos, fazer greves etc., gerando o desejo de substituir o máximo possível essa mão de obra pelas máquinas, recorrendo aos recursos oferecidos pelos avanços técnico-científicos, que também estão a serviço do modo de produção capitalista, fornecendo os instrumentos necessários para facilitar a acumulação de capital.

A chamada por Marx de máquina-ferramenta (2013, p. 447), impulsionadora da revolução industrial no século XVIII, é a junção de várias ferramentas de trabalho num só mecanismo, ultrapassando os limites do trabalho manual anteriormente predominante. Assim, foi ampliada a mão de obra para as mulheres e as crianças, que antes não faziam parte da produção, tornando toda a família submetida ao capital sem distinção de sexo ou idade. Antes, o valor da força de trabalho do homem era calculado de modo a sustentar toda a família. Após a maquinaria, esse valor é repartido para todos os membros da família, desvalorizando o trabalho do homem, e ainda mais o trabalho dos outros membros incluídos, ou seja, a integração da mulher (nesse contexto) não representa uma melhoria na qualidade de vida da família. Marx menciona como isso provocou estranhamento nas relações familiares, pois, nesse momento, não há espaço para afetividade, então surgem os maus-tratos, negligências, resultando num aumento assombroso da mortalidade infantil. Essa culpabilização da mulher, exposta também por Marx e Engels (MARX, 2013, p. 473), é um problema, pois fez com que começasse a surgir uma forte

resistência sobre o trabalho feminino, afirmando que isso gera corrupção moral no núcleo familiar. Além disso, o intelecto das crianças se limita cada vez mais, surgindo a necessidade da criação de leis assegurando pelo menos parte da educação dessas crianças, leis estas facilmente burladas pelos patrões. Marx, ainda, percebe como a mulher é prejudicada nesse novo modelo, pois não se apropria de seu trabalho: "Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho [...] Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos." (MARX, 2013, p. 469), pois, apesar de estar inserida no mercado, ainda não se apropria do seu salário.

1.1.6 Revoluções nos meios de produção e surgimento da indústria moderna

Com a ascensão das fábricas, surgem novos embates em relação ao prolongamento da jornada de trabalho, pois as máquinas sofrem dois tipos de desgastes: aquele proveniente do seu uso (desgaste material) e o proveniente do seu não uso, denominado por Marx como desgaste moral (2013, p. 477). No segundo caso, ele precisa que a máquina esteja funcionando pelo máximo de tempo possível, pois com o passar do tempo novas máquinas surgem e as outras se desvalorizam, ficando obsoletas. Além disso, aumenta também a intensificação do trabalho, uma vez que as máquinas preenchem todos os possíveis momentos livres da produção, pois quem dita o tempo das ações humanas são as próprias máquinas. Os trabalhadores se reduzem a apêndices das máquinas, todos os seus movimentos devem seguir a velocidade e continuidade do sistema, de modo que a maquinaria permite que sejam diminuídas as jornadas de trabalho exigidas pelas leis fabris de 1844 e 1850 sem haver nenhum prejuízo para as indústrias, pois o trabalho é intensificado e se produz muito mais em menos tempo. Essas fábricas não são problemáticas em si mesmas, mas sim pela forma como são organizadas, pois é possível aplicar a maquinaria em larga escala fora do modo de produção capitalista. De todo modo, no primeiro caso (na manufatura), os trabalhadores

constituem um corpo coletivo e a máquina é somente um objeto dominado pelo corpo social. No segundo (na grande indústria), por sua vez, o autômato é o sujeito e os trabalhadores atuam como órgãos inconscientes subordinados à força motriz central da máquina. A fábrica capitalista é autocrata: faz dos trabalhadores seus súditos (MARX, 2013, p. 491).

A revolução dos meios de produção provocada pela maquinaria implicou grandes mudanças também na composição do trabalhador coletivo. Marx une na categoria "trabalho barato" o trabalho feminino, o trabalho de crianças de todas as idades e o trabalho não qualificado (2013, p. 533). Eles são utilizados dessa forma tanto na indústria comum, como também na chamada indústria domiciliar moderna. Esta, por sua vez, não era como a antiga (que pressupunha uma economia camponesa independente), mas é, na verdade, uma forma encontrada pelo capital para ter um alcance ainda maior, como diz Marx (2013, p. 533):

> Além dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores manufatureiros, e dos artesãos, que ele concentra espacialmente em grandes massas e comanda diretamente, o capital movimenta, por fios invisíveis, um outro exército: o dos trabalhadores domiciliares, espalhados pelas grandes cidades e pelo campo.

É na indústria domiciliar que a força de trabalho barata (mulheres, crianças e pessoas não qualificadas no geral) é explorada em seu mais alto nível, devido à dificuldade de organização e resistência dos trabalhadores (uma vez que estão espacialmente separados), e a pobreza não permite a posse de condições básicas de trabalho em seus lares. Além disso, há um aumento considerável na concorrência e uma maior instabilidade para os trabalhadores domiciliares, uma vez que estes, com poucas ferramentas e com uma produção mais lenta, competem com a produção mecanizada em larga escala das fábricas e até mesmo das manufaturas que também produzem mais em menos tempo em relação a eles. O trabalho domiciliar é, portanto, uma forma de trabalho mais favorável a uma exploração mais intensa e condições

insalubres e, principalmente, facilita maior extração de mais-valor, uma vez que o patrão não possui custo com instalações para a realização da produção, pois elas são custeadas pelo próprio trabalhador[4].

Portanto, a dissolução dos modos de produção anteriores ocorre de modo que o trabalhador, sem nenhuma propriedade, se defronta com um possuidor de riquezas e, por necessidade, vende sua força de trabalho. Uma vez que o antigo proprietário de terras já possui riqueza acumulada por diversos fatores (usura, comércio, etc.), torna-se capaz de controlar a produção, mantendo o trabalhador dependente enquanto extrai o mais-valor, aumentando seu montante. Esse processo se renova e se aprofunda, de modo que os indivíduos e suas classes se reproduzam de acordo com as regras do capital.

1.2 A manutenção e reprodução do capitalismo

Todo esse processo de acumulação precisa de continuidade e, por isso, ele deve incluir a sua própria reprodução, pois "[...] todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução." (MARX, 2013, p. 641). Essas relações possuem a sua manutenção e reprodução no cerne do modo de produção capitalista. A expansão do capital não é somente a expansão de valores de uso e de troca, mas é, principalmente, produção e reprodução das classes sociais, das condições sociais e das regras do modo de produção, de modo que "O capitalista produz o trabalhador, e o trabalhador, o capitalista." (MARX, 2011, p. 377).

A reprodução simples realiza apenas a manutenção do processo de produção na mesma escala, repetindo-o, uma vez que a renda é gasta pelo capitalista com a mesma periodicidade que a obtém. O

[4] Com a pandemia de COVID-19, tornou-se muito comum as práticas de *home office*, e vimos crescer esses fatores de instabilidade e sobrecarga no trabalho, uma vez que já não há a limitação do tempo e espaço físicos, além de ser transferido das empresas para os trabalhadores os custos com o ambiente de trabalho.

trabalhador deve sempre produzir para obter os meios de subsistência para, em seguida, reproduzir e continuar produzindo, mantendo o ciclo. Esse movimento se mantém e se renova, pois a constante renovação do trabalhador é o pressuposto da produção capitalista. Além disso, não é o acaso que provoca a relação entre esses grupos, mas sim a necessidade, o beco sem saída produzido pelo próprio sistema para que o trabalhador precise sempre retornar ao mercado para vender sua força: "Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo, pela mudança de seus patrões individuais e pela oscilação do preço de mercado de trabalho." (MARX, 2013, p. 652–653). Ou seja, o capitalismo, além de produzir mais-valor para uma classe, produz e reproduz suas próprias relações de classe em que o capitalista irá sempre manter o salário o mais baixo possível e o trabalhador viverá no limite de sua subsistência sustentando ativamente (mesmo que alienado) esse modo de produção, pois "O capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores." (MARX, 2013, p. 647).

Na reprodução simples o capitalista dissipa todo o mais-valor em consumo, mas, para haver a transformação em capital, esse mais-valor não pode ser completamente dissipado como fundo de consumo, ele deve ser acumulado. Para tanto, deve trazer em si o suficiente para um novo capital: "A acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, perfazendo uma espiral." (MARX, 2013, p. 657), de modo que, quanto mais ele acumular, mais poderá acumular. Sendo assim, enquanto reprodução simples, o mais-valor é renda, e enquanto reprodução ampliada, o mais-valor é capitalizado. Para o capitalista, ambos devem funcionar simultaneamente. De todo modo, o desejo desenfreado pela valorização do valor não necessariamente é ambição individual de enriquecer do

capitalista (embora esse desejo esteja sempre presente nesse modo de produção), mas é, sim, uma necessidade imposta pelo mecanismo social (da qual esse capitalista é somente uma engrenagem), uma vez que "[...] a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo [...]" (MARX, 2013, p. 667), ou seja, para se manter ativo no mercado, ele precisa seguir as regras da acumulação progressiva, do contrário será engolido pela concorrência, e por isso esse modo de produção é problemático em si mesmo, independente da vontade ou da intenção do sujeito. Nesse sentido, está presente como principal característica o impulso de enriquecimento e a avareza, com a dualidade de cobrir-se de luxos e, ao mesmo tempo, privar-se das fruições em prol da acumulação.

À medida que a acumulação de capital aumenta, surge a concorrência entre os capitalistas e, considerando que alguns possuem um maior capital acumulado em relação aos outros, surge o monopólio e o oligopólio no mercado, aumentando a centralização de capital nas mãos de poucos, resultando também em revoluções técnicas, o que significa aumento de capital constante (instrumentos de trabalho) e diminuição da necessidade de capital variável (mão de obra). Como consequência, diminui o número de trabalhadores necessários, produzindo uma população trabalhadora excedente: "A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua." (MARX, 2013, p. 705). A indústria precisa que essa superpopulação ociosa exista para que haja trabalhadores disponíveis no momento que surgir a necessidade de ocupar algum eixo novo sem precisar interromper uma outra produção, e principalmente para manter a competitividade em níveis elevados, forçando os trabalhadores a se submeterem a baixos salários e jornadas mais longas e intensas.

Marx denomina essa população ociosa de superpopulação relativa, dividindo-a em três formas: flutuante, latente e estagnada. Na forma flutuante os trabalhadores são dispensados momentaneamente em períodos de crise e novamente absorvidos quando as condições melhoram. Na forma latente se encontram os proletários em potência, ou seja, aquelas pessoas que ainda não foram proletarizadas, mas estão sempre na iminência de se transformarem em trabalhadores devido à escassez de sua subsistência e à destruição dos seus modos de sobrevivência. Essa forma demonstra a capacidade do capitalismo de transformar várias categorias em proletariado. A forma estagnada, por sua vez, é a forma mais precarizada, pois, apesar de pertencer ao exército ativo, ocupa-o de modo irregular, nunca é, de fato, absorvido e fica sempre numa condição informal, além de ser caracterizado como aquele que realiza o máximo de tempo de trabalho e recebe os menores salários, possuindo um nível de vida abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Há, ainda, uma camada mais baixa, que nem sequer se encaixa nas formas da superpopulação relativa: a esfera do pauperismo, que, em sua base, é habitada pelos considerados incapacitados para o trabalho, seja por sua idade ou por suas deficiências. Para eles, o capitalismo age como se não existissem, pois não representam mão de obra integral para o exército de reserva, são os "[...] custos mortos da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média." (MARX, 2013, p. 719).

No início da produção capitalista não havia ainda esse fenômeno de modo desenvolvido, pois, como os trabalhos eram manuais, o crescimento da estrutura social era mais lento. Na indústria moderna, todavia, a criação de um exército de reserva é a condição de sua existência, uma vez que se caracteriza pela substituição de grande parte dos trabalhadores por máquinas. Além de expulsar os trabalhadores da esfera produtiva, as máquinas aumentam a produção, aumentando, consequentemente, a velocidade nos processos de acumulação de capital e aumentando, também, os índices de pobreza.

Isso ocorre em virtude do desenvolvimento técnico da maquinaria e da intensificação do trabalho, tendo em vista que, se há uma grande fila de espera, a concorrência cresce, forçando-os ao sobretrabalho e à submissão absoluta. Os salários serão determinados, dessa forma, não de acordo com o número de trabalhadores, mas sim de acordo com a proporção (que está sempre oscilando) em que essa classe se divide em exército ativo e de reserva. Sendo assim

> Dia após dia, torna-se mais claro, portanto, que as relações de produção em que a burguesia se move não têm um caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas relações em que se produz a riqueza também se produz a miséria; que nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas há também uma força produtiva de repressão; que essas relações só produzem a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, sob a condição do aniquilamento contínuo da riqueza dos membros integrantes dessa classe e da produção de um proletariado cada vez maior.[5]

Todos esses aspectos fazem parte das relações sociais, políticas e econômicas que permeiam o capital, ou melhor, o capital consiste nessas mesmas relações, pois "[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas." (MARX, 2013, p. 836). E essas relações já contêm em si todos os instrumentos necessários para a sua reprodução:

> No evolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. [...] Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às 'leis naturais da produção', isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. (MARX, 2013, p. 808-809)

[5] Karl Marx, *Misère de la philosophie* [*Miséria da filosofia*], cit., p. 116 (apud Marx, 2013, p. 721).

A própria estrutura do modo de produção capitalista possui as suas estratégias de formar os indivíduos para naturalizá-la e aceitá-la, de modo que não seja necessário utilizar forças coercitivas a todo instante (embora ela ainda seja muito utilizada) para que vendam a sua força de trabalho diariamente.

Considerando que o modo de produção capitalista possui em si mesmo a sua reprodução a partir, principalmente, da manutenção da superpopulação relativa, é preciso conhecer quais são os mecanismos utilizados para que isso ocorra. Autoras como Silvia Federici e Heleieth Saffioti dedicaram-se especificamente a compreender como as mulheres são dispostas nesse sistema político-econômico, pois são elas que cumprem, majoritariamente, essa função reprodutiva. São as mulheres que, além de trabalharem no âmbito da produção, trabalham também no âmbito da reprodução da força de trabalho, realizando atividades domésticas e permitindo que trabalhadores estejam sempre prontos para serem explorados, sem receber remuneração para isso ou recebendo uma baixa remuneração em condições insalubres, na periferia do sistema de produção. É preciso entender quais as causas desses fenômenos ou o que faz as mulheres, sobretudo as mulheres negras, permanecerem nessas condições, pois, mesmo que o modo de produção capitalista não tenha criado a sua inferiorização, ele se aproveita dessas condições aprofundando ainda mais as desigualdades, tendo em vista que "[...] lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços." (SAFFIOTI, 2013, p. 66). Sendo assim, não só o sexo, mas também a raça são elementos utilizados pelo modo capitalista de produção para acentuar as desigualdades e conter grupos sobre os quais se deposita a intensificação do trabalho, jornadas mais extensas e salários mais baixos. Para isso, será necessário entender melhor, a partir das sociedades pré-capitalistas, como se deu o processo de acumulação primitiva e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

1.3 A acumulação primitiva para Federici

Para explicar a consolidação do modo de produção capitalista é importante entender como se deu historicamente a detenção de massas de capital nas mãos de alguns produtores, ou, porque poucos têm muito e muitos têm pouco. Esse processo denomina-se acumulação primitiva e vem antes da acumulação capitalista. Marx fala que "A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior." (2013, p. 786), ou seja, a estrutura do sistema precisa, em si mesmo, que uma grande parcela da população não tenha acesso aos meios de produção para não haver escolha senão vender sua força de trabalho. Esse processo é articulado, como demonstra Ramos (2020, p. 204): "[...] a expropriação de bens comuns e o acúmulo de propriedade privada e de dinheiro nas mãos de poucos são processos articulados, os quais configuram uma espécie de pré-história do capitalismo, sem o que este não poderia se instalar ou mesmo se desenvolver.".

A acumulação primitiva é, portanto, o processo histórico de separar os trabalhadores de seus meios de trabalho, de modo que uns "[...] acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender a não ser sua própria pele." (MARX, 2013, p. 785), e por isso Dias (2020, p. 156) afirma que "[...] os cercamentos tinham o objetivo de expulsar camponeses e camponesas da terra não com o intuito de liberá-los, mas com a finalidade de fixá-los no trabalho mal pago [...]". Além de acumular uma quantidade enorme de riquezas nas mãos da burguesia nascente, esse processo resultou também numa enorme acumulação de diferenças no interior da classe trabalhadora, principalmente nos aspectos raça e sexo, diferenças que já existiam nas sociedades pré-capitalistas, mas funcionavam com outros propósitos, passando a funcionar em função da ampliação do valor, assumindo uma nova forma (DIAS, 2020, nota de aula). É nesse sentido

que Federici busca, com seu estudo, entender como se deu a formação da classe trabalhadora a partir da acumulação primitiva, ou seja, como esse processo, além de determinar a formação das classes sociais (burguesia e proletariado), realizou a distribuição de papéis no interior da classe trabalhadora.

Apesar de ter ocorrido historicamente o processo de cercamento de terras, esses processos estão presentes em todos os períodos, como afirma Federici (2017, p. 27):

> Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época.

Desse modo, essas violências permanecem sendo necessárias para a manutenção do modo de produção capitalista, levando em conta que ainda existem formas de vida social que resistem a isso, como as lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, bem como os movimentos de luta pela reforma agrária.

O livro de Silvia Federici intitulado *Calibã e a bruxa* nasce da necessidade de compreender a inferiorização das mulheres como parte de algo maior, de um sistema que oprime mulheres e homens. Por isso, o objeto de estudo da autora não abrange a subordinação das mulheres na antiguidade, mas sim a partir do desenvolvimento do capitalismo na Europa (quando essa subordinação toma uma nova forma), principalmente entre os séculos XVI e XVII, compreendendo os papéis dos movimentos contra a heresia e a caça às bruxas que ocorreram em decorrência da acumulação primitiva, e do desenvolvimento da economia monetária. Apesar de apontar vários aspectos que fizeram parte da construção e consolidação do modo de produção capitalista, Federici se dedica à caça às bruxas por este ser um fenômeno pouco analisado sob essa perspectiva, tal como Ramos (2020, p. 201) demonstra: "[...] a defesa da hipótese de que haja uma articulação profunda entre patriarcado e capitalismo exige o enfrentamento, por

um lado, da ortodoxia marxista, responsável por explicar a opressão de gênero como um resíduo de relações feudais e, portanto, exterior à gênese do modo de produção.", ou seja, muitos autores não entendem o sexismo (e também o racismo) como opressões que fazem parte da estrutura do modo de produção, mas sim como fatores externos a ele, ou heranças de períodos históricos anteriores. Além disso, é um evento histórico misterioso por si mesmo, imbuído de uma visão quase folclórica (FEDERICI, 2017, p. 293). Sendo assim, passa pelos outros aspectos, mas sempre tendo como foco a caça às bruxas, pelos motivos citados, e também por possuir uma análise que visa compreender a construção da inferiorização da mulher em particular.

1.3.1 Diferenças básicas entre o modo de produção feudal e o capitalista

A comunidade servil medieval não era igualitária, havia grandes diferenças sociais entre ricos e pobres, homens e mulheres, camponeses livres e servis, e a comunidade como um todo não possuía controle sobre a distribuição de seus meios de subsistência (FEDERICI, 2017, p. 51). Saffioti (2013, p. 56) acrescenta que "[...] em todos os modos de produção alicerçados na apropriação privada dos produtos do trabalho social, o trabalhador reproduz, de um lado, o que Marx denomina o seu próprio 'fundo de trabalho' e, de outro, executa trabalho excedente.", demonstrando como pessoas escravizadas, servis e trabalhadores produzem de acordo com a mesma lógica: obter somente o necessário para se reproduzir e todo o resto de sua produção é direcionado para os seus senhores ou empregadores. Entretanto, uma vez que os servos recebiam uma parcela de terra em troca da realização de trabalhos para o seu senhor, possuíam certa autonomia para reivindicações políticas, pois:

> [...] por terem o uso e a posse efetiva de uma parcela de terra, os servos sempre dispunham de recursos; inclusive, no ponto máximo de seus enfrentamentos com os senhores, não era fácil forçá-los a obedecer pela ameaça de passar fome. É verdade que o senhor podia expulsar da terra os servos rebeldes, mas isso raramente ocorria, dadas as dificuldades para

> recrutar novos trabalhadores em uma economia bastante fechada e devido à natureza coletiva das lutas camponesas. (FEDERICI, 2017, p. 49)

Portanto, na corveia do período feudal o mais-trabalho era extraído de modo explícito: o tempo dedicado pelo trabalhador para si e para o seu senhor era espacialmente separado, de modo a ser mais fácil perceber a exploração. No capitalismo não há essa separação, tudo é abstraído para os valores, não permitindo ao trabalhador perceber quanto tempo dedica para si e para seu patrão, os tempos se confundem, uma vez que o salário aparece mistificado como o tempo total do trabalho fornecido, quando na verdade consiste somente numa parcela desse tempo. Ambos os sistemas são exploratórios (e por isso não se deve buscar uma espécie de retorno ao modelo feudal), mas no segundo essa exploração se aprofunda, se obscurece e, portanto, fica mais difícil de ser percebida. Além disso, antes de iniciar o processo de cercamento de terras, no ambiente rural medieval havia espaços comuns a todos, os chamados "espaços comunais" (FEDERICI, 2017, p. 50), espaços de resistência que consistiam em bosques, lagos, pastos e pradarias disponíveis para todos retirarem o necessário em prol da subsistência das famílias.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a economia deixa de ser baseada na subsistência e passa a ser voltada para as demandas do mercado buscando sempre a valorização do valor e não a satisfação das necessidades da população. É nesse contexto que o trabalho reprodutivo deixa de ser visto como um trabalho. Por isso, é só a partir da destruição da economia doméstica rural que se torna possível a solidificação do sistema capitalista, pois um novo modo de produção surge somente após o anterior ser dissolvido.

Na Inglaterra do final do século XV e início do XVI, os proprietários fundiários e capitalistas usurpavam ilegalmente terras do Estado e da Igreja, mas foi somente a partir do século XVIII que essa ação passou a ser respaldada pela lei, com as leis para o cercamento da terra comunal, "[...] decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com

as terras do povo." (MARX, 2013, p. 796). Assim, a população empobreceu e as mulheres perderam direitos de herança de parte das terras dos seus maridos e foram excluídas das posses de terras. Esse processo consiste na realização de saques das terras dos servos e cercamentos dos espaços coletivos: "Quando não é a transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, [...] ela não significa mais que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho." (MARX, 2013, p. 830). Ou seja, se os servos mantinham as suas terras, é porque trabalhavam nelas para a própria subsistência, mas, sendo elas confiscadas, passam a pertencer ao proprietário capitalista, o qual contratará esses mesmos indivíduos que antes produziam para si, para produzirem para ele, recebendo um salário em troca.

Isso significa que o modo de produção capitalista não criou o sexismo, ele já existia em sociedades pré-capitalistas, desde a Grécia e Roma antiga. Porém, como afirma Saffioti (1987, p. 60): "Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...] Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão desse fenômeno, podem-se separar estes três sistemas.". Os três sistemas aos quais a autora se refere são racismo, sexismo e exploração de classe, e com isso ela busca defender que no capitalismo não só está presente essas relações de dominação-exploração, mas que ele consiste também na simbiose dessas opressões, e impõe a elas uma nova forma (intensificada e obscurecida) gerada pela divisão entre valor de uso e valor de troca e a possibilidade de acumulação de capital sem limites pela classe patronal.

1.3.2 Os movimentos antifeudais: a heresia

Nesse contexto de retiradas de direitos, surgiram diferentes movimentos de luta contra as opressões geradas tanto pelo modo de produção feudal, como também contra as medidas de cercamentos e

expropriações de terras. Antes de analisar o fenômeno da caça às bruxas, Federici analisa as lutas do proletariado medieval e que função as mulheres desempenharam nessas lutas. Na concepção de Federici, foi contra o sistema feudal que surgiram os primeiros movimentos de mulheres, muitas vezes unidos ao proletariado (mas nem sempre), buscando alternativas de uma vida comunal sem a submissão à servidão feudal. O capitalismo surge como uma contrarrevolução desses movimentos, utilizando a caça às bruxas como instrumento para sufocá-los e construir um novo modelo de sociedade. Antes dos cercamentos ingleses e da conquista da América, entre os séculos XII e XIII, surgiram movimentos organizados de luta antifeudal "[...] que contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal." (FEDERICI, 2017, p. 45). As mulheres, sendo as mais afetadas pelo empobrecimento, "[...] encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades [...]" (HILTON, 1985, p. 212, apud FEDERICI, 2017, p. 63). Foram eles os movimentos heréticos que, ligados a trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, representavam oposição à autoridade feudal, de acordo com Engels (1977, p. 43, apud FEDERICI, 2017, p. 70). Além de realizar uma reinterpretação religiosa, na época, a heresia

> [...] denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade [...] proporcionou também uma estrutura comunitária alternativa de dimensão internacional, permitindo aos membros das seitas viverem suas vidas com maior autonomia, ao mesmo tempo que se beneficiavam da rede de apoio constituída por contatos, escolas e refúgios com os quais podiam contar como ajuda e inspiração nos momentos de necessidade. Efetivamente, não é exagero dizer que o movimento herético foi a primeira "internacional proletária" [...] (FEDERICI, 2017, p. 70)

São esses fatores, além do ataque ao clero ganancioso e corrupto, com seus impostos arbitrários que não representavam nenhum retorno para a população, que constituíram os movimentos heréticos. Ou seja, seus membros eram perseguidos e queimados pela Santa

Inquisição não só por questões morais e religiosas, mas principalmente por conflitos ideológicos que atacavam diretamente o poder político-econômico da autoridade feudal. No entanto, essa relação não era homogênea: havia burgueses que se uniam aos movimentos para protestos exclusivamente contra o clero. Enquanto isso, os camponeses e artesãos hereges, além da reinterpretação religiosa contra o clero, denunciavam também a propriedade privada, acumulação de riquezas, discutiam sobre a reprodução das mulheres e, portanto, tinham uma grande organização para resistir às opressões (FEDERICI, 2017, p. 70). Os hereges passaram a disseminar que o deus cultuado pelo clero era falso, uma vez que era apoiado nos valores gananciosos e corruptos dessa instituição, e por isso defendiam a ideia de um deus sem posses e a favor da distribuição de riquezas. A consequência dessa atitude era serem enforcados como rebeldes ou queimados como hereges pela Inquisição.

Enquanto o clero criava o Concílio de Latrão, no século XII, identificando a homossexualidade e a sexualidade feminina com o pecado e perseguindo cada vez mais as mulheres devido a uma conduta sexual considerada inadequada, os movimentos heréticos possibilitavam que elas atingissem uma elevada condição social, possuindo direito de pregar, batizar e ocupar ordens sacerdotais, além de conterem comunidades autogeridas por mulheres as quais tinham controle sobre os seus trabalhos sem a interferência masculina (FEDERICI, 2017, p. 83). Além das reivindicações comuns entre mulheres e homens, elas buscavam também obter o controle reprodutivo com a possibilidade de realizar abortos e utilizar contraceptivos, ambos a partir do manuseio de ervas. Essas práticas de controle de natalidade foram ainda mais condenadas após a Peste Negra, quando mais de um terço da população europeia morreu e houve um desequilíbrio econômico e social. Aquelas que tentavam controlar sua reprodução eram demonizadas e foi criada uma representação terrível sobre a mulher que a acusava de comportamentos sexuais inadequados, de cultuar animais, de realizar

voos noturnos, sacrifícios de crianças (RUSSELL, 1972, apud FEDERICI, 2017, p. 85), e adorar ao diabo. Assim, a partir do início do século XV, "[...] a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher [...]" (FEDERICI, 2017, p. 86).

Apesar da força da representação negativa da figura feminina, os movimentos heréticos eram compostos por homens e mulheres de várias camadas sociais, mas o fenômeno como um todo pertencia às classes baixas do campo e da cidade que buscavam igualdade. Esses movimentos se fortaleceram quando a Peste Negra (1347–1352) destruiu entre 30% e 40% da população europeia, a qual já se encontrava fragilizada após a Grande Fome de 1315 a 1322 (JORDAN, 1996, apud FEDERICI, 2017, p. 96). A escassez de trabalhadores gerada por essa devastação fez aumentar a demanda por mão de obra, encarecendo os serviços e oferecendo aos trabalhadores maiores possibilidades de mobilização, fazendo-os poderem se recusar a pagar aluguéis, multas e impostos abusivos, por exemplo. Com as tentativas da nobreza de tentar impor limites aos camponeses, surgiram novas repressões e, com isso, novas formas de revoltas. Entre o final do século XIV e XV ocorreram grandes revoltas camponesas, as quais não reivindicavam somente melhorias de vida, mas sim o rompimento radical das autoridades feudais (FEDERICI, 2017, p. 100). Essa foi considerada a idade de ouro do proletariado europeu, pois a escassez de mão de obra fez com que pudessem recusar a submissão às explorações, elevando a classe como um todo: "[...] isso significou não só a conquista de um nível de vida que não foi igualado até o século XIX, mas também o desaparecimento da servidão." (FEDERICI, 2017, p. 102).

1.3.3 A contrarrevolução dos movimentos antifeudais

Após as grandes vitórias do proletariado medieval no século XIV, foi realizada uma contrarrevolução que destruiu toda a resistência construída nas lutas antifeudais e consolidou o modo de produção capitalista. Essa contrarrevolução foi composta pelos cercamentos de

terras, pela expansão colonial, pelas Leis Sangrentas, criminalizando aqueles que não trabalhavam e os fixando em trabalhos forçados (FEDERICI, 2017, p. 246), e pela caça às bruxas (FEDERICI, 2017, p. 293). Todos esses aspectos contribuíram para as divisões dentro da classe trabalhadora e para o seu consequente enfraquecimento e derrota. Dessa forma, na Europa do século XV se iniciou uma contrarrevolução na qual

> [...] as autoridades políticas empreenderam importantes esforços para cooptar os trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias. (FEDERICI, 2017, p. 103).

Assim, o incentivo à exploração e violação do corpo das mulheres foi, naquele período (e ainda é), uma forma encontrada para dividir a classe. A subordinação sexual da mulher, em especial a proletária, serviu de instrumento para dividir uma classe organizada e derrotá-la. O Estado passou a incentivar a exploração e violação dos corpos das mulheres, e "[...] praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa." (FEDERICI, 2017, p. 103), enfraquecendo o vínculo de classe conquistado nas lutas antifeudais. O oferecimento da prostituição pelo Estado tinha como função, também, servir de campanha contra a homossexualidade que, após a Peste Negra, passou a ser perseguida devido à diminuição populacional. A Igreja também defendia a institucionalização da prostituição, pois era "[...] um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges, e que era um remédio para a sodomia, assim como também era visto como um meio para proteger a vida familiar." (FEDERICI, 2017, p. 106), demonstrando como, mesmo com o forte apelo moral da instituição clerical, ela se encontrava subordinada a interesses político-econômicos. Essas estratégias serviram para dividir, enfraquecer e cooptar uma classe revolucionária e, enquanto isso, a nobreza, a Igreja e a burguesia se mantiveram unidas para barrar as revoltas dos proletários.

Ainda em decorrência da crise do poder feudal devido ao regime de altos salários e poder dos trabalhadores, Marx (2006, t. I, p. 897, apud FEDERICI, 2017, p. 116) afirma que as circunstâncias não se encontravam favoráveis aos capitalistas, e por isso foi necessário investir nas ações ligadas à acumulação primitiva. Esse processo, como já foi exposto, se deu a partir da expropriação de terras, da transformação dos corpos em geral em máquinas de produção, e os das mulheres, em particular, em máquinas de produção e reprodução, da expansão colonial e da escravização dos povos originários da América e África. Expropriação, exploração e escravização são, portanto, os pilares da acumulação primitiva e, além de centralizar o capital nas mãos de alguns poucos capitalistas, "Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a 'raça' e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno." (FEDERICI, 2017, p. 119).

É nesse momento que percebemos como não houve uma transição pacífica e gradual do modo de produção feudal para o capitalista. Para ocorrer essa mudança, foi necessária uma série de práticas violentas, como os cercamentos de terras, a escravização, a caças às bruxas, e o encarceramento em *workhouses*[6] dos indivíduos que ficaram sem terra e não conseguiam um trabalho. Portanto, "[...] a violência foi a principal alavanca, [...] porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando." (FEDERICI, 2017, p. 121). Sendo assim, o trabalho forçado a níveis extenuantes é um dos principais aspectos da acumulação primitiva, limitado somente na medida em que se torna uma ameaça na disponibilidade da força de trabalho, seja pela recusa dos trabalhadores, seja pelo seu esgotamento

[6] "Casas de trabalho" nas quais os indivíduos eram encarcerados para realizar trabalhos forçados na Europa Ocidental (FEDERICI, 2017, p. 120).

e morte[7]. Se não houvesse esses perigos, não haveria a limitação, pois "A escravidão é 'aquela forma [de exploração] que o senhor sempre se esforça para alcançar'." (DOCKES, 1982, p. 2, apud FEDERICI, 2017, p. 122).

Dentre esses aspectos, destaco a caça às bruxas e a expansão colonial. O primeiro foi "[...] fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais." (FEDERICI, 2017, p. 118). A expropriação das terras do campesinato os forçou a se transformarem em trabalhadores assalariados e isso foi facilitado pela perseguição das mulheres que estavam à frente dos movimentos de resistência. Quando se tornaram livres e independentes (da terra que antes possuíam para a subsistência), os camponeses veem-se forçados a vender a única posse que resta: a força de trabalho.

Junto à expropriação de terras, houve também o cercamento dos campos coletivos, os chamados espaços comunais. Ambos os processos estão voltados para a lógica da transformação das propriedades comuns em propriedades privadas. Além da privatização das terras, outro fator fundamental para a acumulação primitiva foi a expansão colonial, que se iniciou principalmente entre os séculos XVI e XVII, com o saque de regiões como a América e Índias Orientais e a escravização de povos indígenas e africanos. Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, fala que "O saque, interno e externo, foi o meio mais importante de acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, tornou possível a aparição de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial." (2014, p. 51). Galeano tem razão quando se expressa em relação à exploração do ouro e da prata

[7] O estatuto trabalhista na Inglaterra de 1349 e na França de 1350 definia um valor máximo de salário, e ultrapassar esse valor seria considerado crime. Além disso, até 1825, qualquer coalizão entre trabalhadores era crime grave. Essa legislação classista foi se modificando lentamente e pretendeu eliminar seus últimos vestígios somente em 1871, às custas da grande pressão da massa do proletariado, mas logo em seguida a conquista foi derrubada e desde então esses direitos permanecem sendo questionados à medida que a classe capitalista tem a oportunidade de fazê-lo (Marx, 2013, p. 809–812).

(principalmente) da América, dentre outros recursos naturais extraídos. Entretanto, isso não seria possível se não houvesse também a expropriação das terras dos trabalhadores europeus e, principalmente, escravização dos povos americanos e africanos, pois era necessário existir mão de obra livre para executar as funções de extrair os elementos da natureza e transformá-los em valor de troca. Esse foi um processo violento, no qual houve muita resistência dos povos explorados. Seres escravizados, mulheres, camponeses e artesãos organizaram levantes e motins para tentar conter o avanço das colonizações e cercamentos de terras, contudo, o modo de produção nascente massacrou estes levantes e, por isso, "[...] nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés." (MARX, 2013, p. 830).

1.3.4 As expropriações de terras e cercamentos dos espaços comunais

O processo de cercamento foi realizado junto à reforma religiosa, a qual passava terras da Igreja para a classe alta. Tudo isso ocorreu com base na argumentação de que, com o uso das tecnologias detidas por essa classe, a produtividade das terras iria aumentar afim de alimentar melhor a população. O mesmo argumento é ainda utilizado atualmente pelo Banco Mundial para ter domínio sobre os bens naturais do planeta (FEDERICI, 2017, p. 134). Entretanto, apesar de aumentar de fato a produção, esse aumento foi destinado à exportação e ao mercado, de modo que a população, empobrecida, não tinha acesso. Por isso "Para os trabalhadores, isso representou a instauração de dois séculos de fome, da mesma forma que, atualmente, mesmo nas áreas mais férteis da África, da Ásia e da América Latina, a desnutrição é endêmica [...]" (FEDERICI, 2017, p. 136), uma vez que a produção já não é mais voltada para a subsistência do povo, mas sim direcionada para um mercado que visa somente o lucro de uma classe. Assim, "Os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam." (GALEANO, 2014, p. 6), pois

já não possuem mais seus meios de subsistência. Esse processo, além de gerar fome em massa, destruiu modos de vida baseados na subsistência, sociabilidade e autossuficiência, pois os campos abertos e terras comunais possuíam importante papel social. A destruição desse modelo desestruturou as famílias e parte delas precisou se dirigir para a cidade, aumentando o número de pessoas pobres, abandonando os idosos e aumentando a competitividade com os artesãos, trabalhadores urbanos.

Federici utiliza o exemplo da África da década de 1980, que sofreu com o ajuste estrutural imposto pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de facilitar o avanço do capital multinacional (2019, p. 164). Da mesma forma, as medidas surgem com a promessa de aumentar a produtividade e de integrar a África no mercado global, porém, o que ocorre é a exploração mineral e a produção de uma agricultura que não atende às demandas internas, pois é voltada somente para a exportação (FEDERICI, 2019, p. 166).

Assim, a pobreza tornou (e ainda torna) os trabalhadores completamente dependentes, resultando na redução de salários e aumento das jornadas. Todas essas dificuldades geraram revolta, fazendo-os organizarem motins contra os cercamentos, cujas lutas muitas vezes eram protagonizadas e organizadas pelas mulheres, que usavam a força física para destruir os cercamentos (FEDERICI, 2017, p. 143). Elas foram as mais prejudicadas, pois além de estarem expostas à violência masculina nas ruas, tinham que lidar com gravidez e com os filhos nas ruas e nas estradas. Ademais, com a mudança da economia de subsistência para a economia monetária, produção e reprodução foram dissociadas, aprofundando a divisão sexual de trabalho e valorizando somente os trabalhos que produzem mais-valor e oferecem produtos para o mercado, enquanto "[...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como 'trabalho de mulheres'." (FEDERICI, 2017, p. 145).

Entre os séculos XVI e XVIII, a população europeia se alimentava basicamente de pão devido ao grande aumento dos preços e à pauperização da classe trabalhadora. Isso foi resultado "[...] de uma política estatal que impedia que os trabalhadores se organizassem, enquanto dava aos comerciantes a máxima liberdade com relação ao estabelecimento de preços e ao movimento de mercadorias." (FEDERICI, 2017, p. 150). As pessoas já não reivindicavam liberdade e melhores condições, pois estavam fazendo o possível para não morrerem de fome. Sendo assim, Federici expõe como "[...] a Europa que se preparava para se tornar o prometeico motor do mundo, provavelmente levando a humanidade a novos patamares tecnológicos e culturais, era um lugar onde as pessoas nunca tinham o suficiente para comer." (2017, p. 155). Nesse período aumentaram as perseguições e foi quando ocorreram as maiores quantidades de julgamentos de bruxas.

A miséria da população agravada pelo aumento dos preços dos alimentos gerou revolta e criminalidade, gerando rebeliões e violência como uma reação a essas opressões, pois "O empobrecimento, as rebeliões e a escalada do 'crime' são elementos estruturais da acumulação capitalista [...]" (FEDERICI, 2017, p. 161). O Estado passou a visar a disciplina da força de trabalho para cessar as revoltas e fixar os mercados de trabalho locais. Para isso, foram criminalizados os eventos e reuniões dos trabalhadores, dissipando a sua possibilidade de socializar e se organizar coletivamente. Tudo isso foi realizado em conjunto com uma "reforma moral", em que os costumes tradicionais eram substituídos pelos religiosos (mesmo em regiões não protestantes). Os espaços perderam o caráter comunitário e as atividades de reprodução social passaram "[...] do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado." (FEDERICI, 2017, p. 163).

O Estado burguês, enquanto agente regulador da miséria, passa a buscar um estado de bem-estar social – para diminuir as revoltas – a partir de serviços de assistência social para alguns grupos, sem

interferir na atuação dos capitalistas. Essa assistência, apesar de ser estritamente necessária para a sobrevivência da população, retirou de uma vez por todas das costas dos capitalistas a responsabilidade de fornecer aos trabalhadores as condições para a sua reprodução, pois possuíam a "[...] segurança de que o Estado interviria, seja por meio de recompensas, seja por meio de punições, para encarar as inevitáveis crises." (FEDERICI, 2017, p. 164). Foi criado, então, um mecanismo de punição no qual os trabalhadores que se revoltavam contra os seus senhores não eram absorvidos pelo mercado ou eram encarcerados nas casas de trabalho e de correção, além do mecanismo de auxílio aos indivíduos para conter as possíveis revoltas.

1.3.5 A divisão sexual do trabalho

Para sustentar todo esse processo de expropriação, exploração e escravização, foi necessário transformar os corpos, em geral, em máquinas de produção, e os corpos das mulheres, em particular, em máquinas de reprodução da força de trabalho. Sendo assim

> A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a "raça" e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p. 119)

A fim de se apropriar do corpo do trabalhador para a produção, foi realizada a divisão do trabalho, como já foi exposto, primeiro na manufatura e, em seguida, na grande indústria. Na manufatura surge o trabalhador parcial, que cumpre uma função repetidamente dentro de uma cadeia de produção com sua ferramenta, modelo que submete todos a um patrão comum, porém criando hierarquia entre os membros e transformando-os em seres divididos em funções parciais. Essa estrutura se intensifica com o surgimento da maquinaria e grande indústria, quando o trabalho se torna ainda mais individualizado,

repetitivo e intenso, e o trabalhador se reduz a um apêndice da máquina, totalmente subsumido aos seus comandos.

Tudo isso junto a uma crescente misoginia derivada da caça às bruxas, instrumento para dividir e hierarquizar a classe trabalhadora, enfraquecendo-a e confinando as mulheres nos trabalhos reprodutivos, que são cada vez mais desvalorizados, uma vez que a economia deixa de ser economia de subsistência e somente a produção voltada para o mercado é considerada como trabalho. Essa divisão sexual do trabalho tornou as mulheres seres dependentes do salário dos homens e, a partir disso, garantiu que o Estado e os empregadores se beneficiassem, a partir do salário masculino, do trabalho não remunerado feminino (FEDERICI, 2017, p. 146). Apesar disso, com o desenvolvimento da maquinaria as mulheres e crianças passam a ser absorvidas pelo mercado de trabalho, ocupando postos na periferia do sistema de produção, com os mais baixos salários e condições mais insalubres. Essa absorção, no entanto, não serve para aumentar a renda das famílias, pois, com o aumento da concorrência, os salários diminuem e os empregadores podem aumentar as jornadas.

É nesse sentido que o sexismo, no modo de produção capitalista, possui a dupla face constituída por dominação e exploração, na qual "Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico." (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Ou seja, as opressões que perpassam a categoria de sexo atuam na esfera econômica, baseada na exploração, e na esfera da cultura, gerando um sistema no qual os homens buscam dominar as mulheres e mantê-las subordinadas ao seu poder de mando. Esta segunda serve como uma ferramenta para realizar a manutenção da primeira, de modo que ela continue sempre funcionando de maneira relativamente harmônica (apesar da violência estar sempre presente, muitas vezes ela não é necessária, pois o modo de produção contém em si a capacidade de realizar a sua própria reprodução a partir da educação e da cultura). Dessa forma, a inferiorização de certos grupos faz com que a

desigualdade no âmbito econômico seja aceita e justificada para a maior parte da população.

Federici (2017, p. 232) cita duas divisões do trabalho fundamentais para o desenvolvimento capitalista: a sexual e a internacional. Esta, por sua vez, é aquela na qual há diferença na atribuição dos trabalhos de acordo com a nacionalidade do indivíduo, gerada, a princípio, pela expansão colonial. Para ela, ambas foram "[...] uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista." (FEDERICI, 2017, p. 232). Portanto, a divisão sexual do trabalho serve para desviar o antagonismo de classe para o antagonismo de gênero, utilizar o salário masculino para se beneficiar da não remuneração do trabalho reprodutivo, além de ser um regulador para todos os aspectos da vida dos indivíduos.

1.3.6 Reprodução e trabalhos domésticos como funções das mulheres

Após a Conquista (invasão colonial europeia à América), a população indígena caiu em cerca de 90% (FRANK, 1978, p. 43, apud FEDERICI, 2017, p. 167) devido às doenças trazidas pelos europeus e à brutalidade espanhola, constituindo o que se chamou de "holocausto americano". O problema da crise populacional ocorreu também na Europa, primeiro com a Peste Negra e, em seguida, no final da primeira metade do século XVII, quando houve uma grande crise demográfica e econômica. As consequências geradas na economia pela diminuição da população fizeram com que o Estado passasse a atuar como regulador direto das taxas de natalidade, impedindo o controle das mulheres sobre a própria capacidade reprodutiva. Para tanto, a caça às bruxas serviu como um forte instrumento de repressão às mulheres que realizavam abortos ou buscavam a contracepção, expondo-as como bruxas que cometiam crimes reprodutivos. Para fundamentar essas medidas, Federici (2017, p. 171) expõe autores como Jean Bodin e Giovani Botero, os quais afirmavam que a riqueza das nações estava

ligada ao seu crescimento populacional e, da mesma forma, a Reforma Protestante de Lutero abandonava noções de castidade e incentivava a reprodução. A família é cada vez mais consolidada como uma instituição que reproduz a força de trabalho e transmite sua propriedade pelas gerações (FEDERICI, 2017, p. 173).

A fim de controlar a reprodução das mulheres, foi organizado, em diversos países da Europa, um intenso sistema de vigilância sobre elas, para que não tivessem filhos escondidos do Estado e não praticassem abortos, como afirma Dias (2020, p. 174): "Inúmeras foram acusadas de crime de infanticídio caso seus bebês nascessem mortos ou fossem perdidos por outras razões.". Foi preciso então projetar na população a necessidade de espionar os mínimos detalhes que poderiam significar conduta sexual por parte das mulheres e inserir homens nas práticas médicas dos partos, antes realizado exclusivamente por mulheres. O que antes era um espaço de domínio das mulheres, passou a ser um espaço de conflitos e suspeita:

> Na França e na Alemanha, as parteiras tinham que se tornar espiãs do Estado se quisessem continuar com a prática. Esperava-se delas que informassem sobre todos os novos nascimentos, que descobrissem os pais de crianças nascidas fora do casamento e que examinassem as mulheres suspeitas de ter dado à luz em segredo. Também tinham que examinar as mulheres locais, buscando sinais de lactância, quando eram encontradas crianças abandonadas nos degraus das igrejas. (WIESNER, 1933, p. 52, apud FEDERICI, 2017, p. 177).

Nesse momento (séculos XVI e XVII), seus corpos passaram a ser totalmente controlados pelo Estado: "[...] a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista." (FEDERICI, 2017, p. 178). Enquanto as mulheres europeias eram cada vez mais submetidas a esse controle, as mulheres escravizadas das *plantations* coloniais americanas sentiam isso de modo ainda mais intenso, sendo estupradas e vendo os seus filhos serem leiloados.

Além da função de reprodutoras, as mulheres foram delimitadas em serviços domésticos (fiandeiras, tecelãs, etc.), cujas funções eram consideradas como "não trabalho" e de caráter suplementar (FEDERICI,

2017, p. 182). Como consequência, quando buscavam empregos fora de casa, os salários eram bem mais baixos e por isso a verdadeira carreira da mulher se consolidava ao casar-se. A mulher passa, portanto, a ser encarregada de pôr em prática o projeto de família como um núcleo privado que reproduz força de trabalho. Entretanto, elas continuaram tentando se inserir no mercado, ou para buscar independência, ou por necessidade. Essas tentativas são benéficas para o modo de produção, pois permite que nelas sejam depositados os salários mais baixos, aumentando a competitividade com os homens, consequentemente, baixando os seus salários também. Isso provoca uma intensa divisão na classe trabalhadora, fazendo com que os artesãos protestem e organizem greves para expulsar as mulheres do mercado de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 188). Dessa forma, mulheres que tentam trabalhar fora do lar passaram a ser expostas como megeras, violentas e desobedientes.

É nesse contexto que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é reforçado como algo natural, um bem disponível para todos: "[...] tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos." (FEDERICI, 2017, p. 191). Apesar de ser afastada do mercado de trabalho, na maior parte das famílias o salário do homem não bastava para o sustento, e ela acabava precisando acumular funções dentro e fora de casa. É nesse sentido que a dona de casa em tempo integral, desde o momento no qual foi criada essa concepção, já não se adequava às mulheres da classe trabalhadora, ou seja, a clássica figura delineada como a dona de casa em tempo integral nunca prevaleceu na classe trabalhadora (FEDERICI, 2017, p. 197). Isso fez com que grande parte das mulheres dedicassem seu trabalho reprodutivo não para a sua família, mas sim para a dos seus patrões, de modo que as famílias proletárias não conseguem se adequar ao modelo de família burguesa

(modelo no qual o homem é o provedor da casa, com emprego formal, e a mulher é a reprodutora, que executa os serviços domésticos).

1.3.7 A inferiorização da mulher com base numa campanha ideológica

A caça às bruxas é uma forma de inferiorizar certos grupos (mulheres europeias, população originária da África e América) a fim de facilitar o processo de acumulação primitiva e dividir a classe, já fragilizada devido ao ataque às suas terras pelos latifundiários e pelo Estado burguês. Apesar de haver, antes, perseguição às mulheres dos movimentos antifeudais, foi a partir do século XV que a caça às bruxas tomou forma, pois foi nesse período que houve "[...] o desenvolvimento da doutrina sobre a bruxaria, na qual a feitiçaria foi declarada como uma forma de heresia e como crime máximo contra Deus, contra a Natureza e contra o Estado." (MONTER, 1976, pp. 11–7, apud FEDERICI, 2017, p, 296), alcançando o seu ápice entre 1580 e 1630 (FEDERICI, 2017, p. 297). Foi, portanto, no período renascentista que essas perseguições ocorreram de modo massivo, institucionalizado pelo Código Legal Imperial (FEDERICI, 2017, p. 297).

Foi nesse contexto que o Estado, junto à Igreja, aos magistrados, juristas e intelectuais como Bacon, Hobbes e Descartes (FEDERICI, 2017, p. 299–301), realizaram campanhas de terror e organizaram um complexo e dispendioso sistema de julgamentos e execuções. Assim, apesar do papel fundamental da Igreja Católica e Protestante como disseminadores da misoginia na caça às bruxas a partir do século XV e na perseguição da heresia do século XII e XIII, esses fenômenos não podem ser reduzidos a ações provocadas pelo fanatismo religioso. A bruxaria foi uma espécie de continuação da heresia, com a diferença fundamental do contexto histórico no qual cada um se insere: a heresia era perseguida não só pela reinterpretação religiosa realizada, mas principalmente pelas lutas contra a autoridade feudal, corrupção clerical e pelos direitos reprodutivos. No caso da bruxaria, além da perseguição das práticas mágicas, o que estava em jogo eram as lutas

contra o avanço de uma economia monetária, contra a expropriação de terras e cercamentos dos espaços comunais (FEDERICI, 2017, p. 321). Outro aspecto que demonstra o caráter político das perseguições é o fato de que, apesar de viverem em guerra, as Igrejas Católica e Protestante se uniram para combater a bruxaria (FEDERICI, 2017, p. 303).

Uma leve evidência da relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento do capitalismo é que nas Terras Baixas da Escócia, onde houve maior privatização de terras e avanço da Reforma Protestante, houve também uma intensa caça às bruxas. Em contrapartida, nas Terras Altas da Escócia e na Irlanda, onde o sistema coletivo de posse de terra permaneceu intacto, não se encontra sequer registros de perseguição. O mesmo ocorre entre Essex e Ilhas Britânicas, respectivamente (FEDERICI, 2017, p. 308).

As mulheres consideradas bruxas eram aquelas empobrecidas em decorrência da privatização de terras, e que tentavam sobreviver, em sua maioria, mendigando, ou sob assistência do Estado. Eram criados mitos sobre essas mulheres, nos quais elas jogavam maldições sobre as pessoas e praticavam atos horríveis e imorais, equivalente à acusação de "terrorismo" atualmente (FEDERICI, 2017, p. 306). As perseguições aumentaram significativamente com as revoltas (como as Guerras Camponesas[8]). Os camponeses se reuniam secretamente à noite nos bosques e colinas, gerando os mitos dos sabás malignos realizados nas florestas. Era assim que se organizavam para planejar as revoltas e, muitas vezes, se utilizavam dos mitos para manter o sigilo. Eram representadas como reuniões em que se realizavam grandes orgias, rituais com canibalismo e pactos com o diabo (FEDERICI, 2017, p. 318).

Na perseguição aos movimentos heréticos, homens e mulheres eram acusados e julgados, porém, a partir do século XVI, 80% das

[8] "[...] insurreições contra os cercamentos na Inglaterra (em 1549, 1607, 1628 e 1631), quando centenas de homens, mulheres e crianças, armados com forquilha e pás, começaram a destruir as cercas erguidas ao redor das terras comunais [...]" (FEDERICI, 2017, p. 315).

pessoas julgadas eram mulheres. Apesar da heresia defender os direitos reprodutivos das mulheres, foi na caça às bruxas que os crimes reprodutivos se tornaram centrais, sendo acusadas de "[...] praticar abortos e de pertencer a uma seita infanticida dedicada a assassinar crianças ou ofertá-las ao demônio." (FEDERICI, 2017, p. 324), devido à necessidade existente naquele momento de aumentar a população para criar mais força de trabalho e estimular o crescimento do mercado. Assim, o Estado expropria o corpo das mulheres, "[...] os quais foram assim 'liberados' de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra." (FEDERICI, 2017, p. 330).

A adúltera, a prostituta e a que nega a maternidade, portanto, são aquelas que ameaçam o novo conceito de família criado nos moldes da propriedade privada: a família patriarcal voltada para a produção de mercadorias e força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 334), de modo que a bruxa e a prostituta, sendo representações da sexualidade não produtiva, eram caçadas. Além disso, a homossexualidade era igualmente perseguida: "*Faggot* é um termo que remete ao fato de que os homossexuais eram, às vezes, usados para acender a fogueira onde as bruxas seriam queimadas." (FEDERICI, 2017, p. 354), ou seja, não só as mulheres eram perseguidas, mas sim todos aqueles que de alguma forma poderiam interferir na produção e reprodução da força de trabalho. "Historicamente, a bruxa era a parteira, a médica, a adivinha ou a feiticeira do vilarejo [...]" (FEDERICI, 2017, p. 362). Portanto, mesmo aquelas bruxas muito valorizadas pela comunidade foram igualmente perseguidas, principalmente após o Concílio de Trento e quando, no início do século XVII, "[...] Jaime I estabeleceu pena de morte para qualquer pessoa que usasse espíritos e magia, ainda que não fossem causadores de danos visíveis." (FEDERICI, 2017, p. 363).

Com as expropriações de terras e privatizações dos espaços comunais, a população empobreceu, principalmente as mulheres idosas e abandonadas. Por isso, nos séculos XVI e XVII houve muitos ataques à propriedade privada, o que era usado também nas acusações

de bruxaria (FEDERICI, 2017, p. 361). Além disso, aquelas que eram beneficiadas pelo Estado também eram vistas como detentoras de artes malignas, num período em que a caridade começou a ser exposta pelo protestantismo como algo que incentiva a preguiça.

Sendo assim, a inferiorização da mulher é resultado de um longo processo de retirada de direitos e degradação social. Nos séculos XVI e XVII, sob a influência do direito romano, as leis europeias passaram a considerar as mulheres como incapazes de atuar por conta própria, seja no sentido econômico, jurídico ou social, sendo moralmente repreendidas e, muitas vezes, punidas fisicamente, ao aparecerem em espaços públicos desacompanhadas (FEDERICI, 2017, p. 199). Com o confinamento, um dos objetivos era a divisão das mulheres, de modo que suas reuniões passaram a ser proibidas. Um grande exemplo presente na linguagem é a mudança no significado dada ao termo *gossip*. O que antes era uma expressão de amizade e companheirismo entre elas, passou a ser expressão de rivalidade e competitividade, conhecida hoje como "fofoca" (FEDERICI, 2017, p. 200).

As mulheres eram sempre representadas como seres selvagens, desobedientes e luxuriosos, como a "bruxa", a "puta", a "desbocada". A literatura possuiu um importante papel na construção dessas imagens, pois elas eram sempre representadas por dramaturgos de forma negativa, como se quisessem dominar os homens. O texto literário também serviu para deteriorar a imagem das populações indígenas após a Conquista da América, expondo-os como seres selvagens e demoníacos, a fim de justificar sua escravização (FEDERICI, 2017, p. 202–203). Em ambos os casos, a literatura, tal como as artes, serve de instrumento para tornar mais aceitável a dominação e violência contra esses grupos: "Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror." (FEDERICI, 2017, p. 203).

A caça às bruxas foi, nesse sentido, uma das formas encontradas pela classe dominante para dividir a classe trabalhadora e, dentro

dessa classe, dividir as mulheres, destruindo as relações comunais e todo o conhecimento produzido por elas (principalmente em relação à contracepção), que lhes fornecia poder nas lutas antifeudais e mantinha o controle reprodutivo sob o seu comando. Uma vez destruídas essas relações e fixado o domínio total sobre as mulheres por intermédio de sua desumanização, a partir do século XVIII a imagem disseminada se aprofundou, da dona de casa para a mulher completamente domesticada: "[...] passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas." (FEDERICI, 2017, p. 205). Enquanto, a princípio, foi necessário defini-las com critérios negativos (selvagem, desobediente, etc.), após serem dominadas, passou a ser necessário defini-las com novos critérios de feminilidade (obedientes, morais, etc.). Esses estereótipos servem somente para mantê-las numa condição de subordinação, mas criando a aparência de valorização de suas supostas "qualidades naturais". Apesar dessa aparência, esses estereótipos servem apenas para justificar a perseguição àquelas que não aceitavam a dominação.

Federici consegue demonstrar como, a partir do século XVI, houve intensas campanhas ideológicas para inferiorizar as mulheres. Heleieth Saffioti, no livro *A mulher na sociedade de classes*, realiza um trabalho similar ao observar a influência da Igreja Católica do século XIX e XX. Ela expõe como a Igreja serve de instrumento para retardar mudanças sociais e atenuar tensões que, sem ela, existiriam na sociedade e intensificariam as contradições do modo de produção. Além disso, ela precisa garantir o seu espaço de poder numa economia de mercado e, garantindo esse poder, manter sua influência nas decisões da sociedade, se aliando à classe dominante (SAFFIOTI, 2013, p. 140).

A Igreja entra em contradição com seus valores de solidariedade e igualdade, pois, inserida no modo de produção capitalista, a instituição precisa anulá-los e se submeter às regras do sistema para manter-se ativa. Saffioti cita dois exemplos de quando a Igreja precisou abandonar todos esses valores e apoiar regimes autoritários: "A Igreja

pactuou ainda com os mais violentos regimes políticos da época contemporânea. Em 11 de fevereiro de 1929, o Estado fascista italiano celebrou com ela os pactos de Laterano [...] Pio XI arrendava a Mussolini a publicidade da Igreja católica no mundo inteiro."[9] E ainda: "Também com o nazismo a Igreja fez um pacto, a 20/7/1933 [...]"[10]. Assim, inserida na sociedade de classes, a Igreja Católica objetiva que seu poder não seja ameaçado e, para isso, coopera com setores que precisam da subordinação de certos grupos. No que se refere às mulheres, elas são consideradas pela Igreja como seres portadores do pecado e isso se agrava quando as condições econômicas demandam que a família burguesa seja fervorosamente defendida. É nesse sentido que a Igreja, não só no período citado por Federici (do século XVI ao século XVIII), mas também atualmente, serve de instrumento para a manutenção das classes dominantes a partir de campanhas ideológicas que buscam manter certos grupos presos a determinados papéis sociais. Isso significa que a Igreja não é fundamentalmente contrária às conquistas dos direitos das mulheres e demais grupos oprimidos, ela é um instrumento à serviço do capital. Sendo instrumento, ela pode servir também para mobilizar os indivíduos em prol da construção de novas conquistas.

1.3.8 Sexismo e colonialismo

Durante a crise populacional europeia e após a Conquista da América, que dizimou quase 95% da população nativa, os europeus buscaram mão de obra no tráfico de pessoas escravizadas. A mineração de ouro e prata, o sistema de *plantations*, escravização de povos americanos e africanos, comércio de especiarias e tecidos com a Ásia, foram alguns dos processos de acumulação primitiva utilizados pela

[9] (FIORANI, Mário, *Breve história do fascismo*, Civilização Brasileira, 1963, p. 92–93 apud SAFFIOTI, 2013, p. 141).

[10] (DROZ, Jacques, *Histoire de l'Allemagne*, Presses Universitaires de France, 1958 apud SAFFIOTI, 2013, p. 142).

Europa para desenvolver sua economia devido à crise, pois "[...] periódica mas sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de 'acumulação primitiva', isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala [...]" (BALES, 1999, apud FEDERICI, 2017, p. 207).

Além de servir para acumular uma quantidade enorme de mais-trabalho, a colonização serviu também para fixar um sistema de exportação e de utilização de mão de obra imigrante a baixo custo, no qual os escravizados produziam os bens de consumo que serviam para reproduzir a força de trabalho da Europa. Sendo produzidos com trabalho escravo, os bens de consumo eram mais baratos e, por isso, o salário do trabalhador europeu também podia ser mais baixo:

> [...] foi criada uma linha de montagem global, que reduziu o custo das mercadorias necessárias para produzir a força de trabalho na Europa, e que conectou os trabalhadores escravizados e assalariados por meio de modalidades que anteciparam o uso que o capitalismo faz atualmente dos trabalhadores asiáticos, africanos e latino-americanos como provedores de produtos de 'bens de consumo' 'baratos' [...] (FEDERICI, 2017, p. 208).

Nesse sentido, o trabalho escravo possuía utilidade similar ao trabalho feminino: diminuir o máximo possível os custos na reprodução da força de trabalho, para que a acumulação esteja totalmente voltada para a produtividade do mercado, sem pagar pela reprodução.

Apesar de os trabalhadores europeus consumirem bens oriundos do trabalho escravo, eles não se beneficiaram desse sistema, pois, ao mesmo tempo que os seres escravizados estavam sendo explorados, os capitalistas europeus estavam enriquecendo cada vez mais, o que lhes conferia ainda mais poder contra as revoltas dos trabalhadores europeus. Ou seja, a exploração da mão de obra escravizada para extrair ouro e prata na América fez com que a classe capitalista europeia enriquecesse rapidamente, fortalecendo seu exército e aprofundando seu domínio sobre as colônias e sobre os trabalhadores

urbanos e rurais da Europa, de modo que estes eram "[...] expulsos de suas casas, marcados como animais e queimados como bruxas." (FEDERICI, 2017, p. 210) ao mesmo tempo em que os "[...] Aruaque, Asteca e Inca eram subjugados [...]" (FEDERICI, 2017, p. 210).

Além dos nativos americanos e africanos, homens e mulheres europeias também eram escravizados nas *plantations* e enviados para o Novo Mundo como punição por dívidas, por discordâncias políticas e religiosas e por estarem desempregados (FEDERICI, 2017, p. 212). Entretanto, quando a escravatura foi formalizada, ficou reservada para mulheres e homens negros, e as mulheres brancas passaram, em sua maioria, a serem esposas de proprietários e a empregar as mulheres negras para realizar o trabalho doméstico ficando livres, portanto, para realizar outras atividades. É nesse contexto que começa a se desenvolver a ideologia da feminilidade das mulheres brancas e se fixam as leis segregacionistas, nas quais negros(as) e brancos(as) são proibidos de se relacionar: "Estas leis, aprovadas em Maryland e na Virginia, na década de 1660, são provas da criação de cima para baixo de uma sociedade segregada e racista [...]" (FEDERICI, 2017, p. 216). Nesse momento, se enfraquecia a caça às bruxas na Europa, e se fortalecia nas colônias inglesas e espanholas, com intensa perseguição aos homens negros (FEDERICI, 2017, p. 218).

Com a invasão, as comunidades originárias ficaram bastante debilitadas, de modo que os nativos precisaram estabelecer relações com os colonizadores. Federici expõe o exemplo dos Innu, nação indígena do Canadá, para demonstrar a estratégia de dominação utilizada pelos europeus (neste caso, pelos jesuítas franceses) para destruir as culturas tradicionais desses povos, facilitando a conquista sobre eles a fim de impor uma economia capitalista. Os Innu não possuíam a noção de propriedade privada, autoridade e superioridade masculina (LEACOCK, 1981, pp. 34–8, apud FEDERICI, 2017, p. 221) e os jesuítas franceses fizeram-nos mudar essa cultura sob a pena de não estabelecer com eles o comércio de peles, que estavam necessitando naquele momento. Nesse contexto, se delineia uma estratégia na qual,

para facilitar a conquista sobre esses povos, faz-se necessário dividi-los e enfraquecê-los, além de modificar aqueles aspectos em sua cultura que podem oferecer resistência aos novos valores que buscam impor, valores estes necessários para sustentar a consolidação e reprodução do modo de produção capitalista (FEDERICI, 2017, p. 220).

Nesse contexto de escravidão, apesar do desenvolvimento da ideologia da feminilidade, as mulheres negras eram exploradas da mesma forma que os homens negros e, nesse sentido, não havia imposição de hierarquia sexual (isso nos faz perceber como o mito criado sobre a feminilidade está voltado somente para as mulheres brancas). Contudo, as mulheres estavam sujeitas aos abusos sexuais dos senhores e seus castigos eram mais pesados do que os castigos masculinos, independentemente de estarem grávidas ou não (FEDERICI, 2017, p. 223). Este último aspecto se modificou quando, em 1807, foi proibido o comércio de escravizados, e os senhores passaram a depender da reprodução daqueles que já possuíam, intensificando o controle de natalidade entre eles, e criando certas medidas de "cuidado", reduzindo horas de trabalho e criando casas de parto. Essas medidas não tinham como objetivo o bem-estar dessas mulheres, mas sim o seu controle para não acabar a mão de obra da qual se beneficiavam (BECKLES, 1989, pp. 99–100; BUSH, 1990, p. 135, apud FEDERICI, 2017, p. 224).

Antes da caça às bruxas atingir o seu ápice, a Grande Conquista da América já estava em curso e já eram utilizados os estereótipos de bárbaros e adoradores do diabo (FEDERICI, 2017, p. 383) para definir as populações nativas e servir de justificativa para convertê-los culturalmente e religiosamente e subjugá-los como força de trabalho escravo. Sendo assim, eram expostos dessa forma para mistificar a exploração, levantando a ideia de ser a colonização uma missão civilizatória comandada pelos europeus, mascarando seus interesses econômicos em relação ao ouro e à prata e à mão de obra escravizada. A Coroa Espanhola que colonizou México e Peru dependia do ouro e da prata da América, pois com isso "[...] financiou a expansão da Coroa em

território europeu." (FEDERICI, 2017, p. 391). A necessidade crescente das riquezas americanas para sustentar as guerras internas da Europa fez com que aumentassem brutalmente a exploração dos nativos na década de 1550.

Nesse momento, se iniciou uma resistência contra os colonizadores, gerando grandes conflitos e milhares de mortes de indígenas, dissolvendo as comunidades locais e instaurando de vez a nova economia colonial. Para fazer frente às opressões, surgiram algumas formas de resistência, dentre elas o movimento peruano *Taki Onqoy*, cujo objetivo era unificar todos os deuses andinos (*huacas*) a fim de criar uma identidade própria dos povos colonizados contra os colonizadores (FEDERICI, 2017, p. 392). Os cultos religiosos desses povos têm relação direta com "[...] suas raízes históricas, a relação do povo com a terra e sua relação intensamente espiritual com a natureza." (FEDERICI, 2017, p. 394). Por isso, para dissolver os laços da comunidade que os mantinha unidos contra a opressão, foram destruídos seus costumes e crenças, facilitando, assim, a exploração da força de trabalho indígena.

Uma vez fortalecido o poder colonial, o ataque à cultura e religião atingiram seu ápice no século XVII, de modo que os deuses locais eram destruídos junto a uma caça às bruxas seguindo os mesmos padrões daquela realizada na Europa (FEDERICI, 2017, p. 396). À medida que iam sendo dissolvidos, os cultos perdiam sua natureza coletiva e se tornavam individuais e privados. Sendo transformados em cultos secretos, passaram a ser designados também como bruxaria, com julgamentos e procedimentos de interrogatório, tortura e execução como os realizados na Europa (FEDERICI, 2017, p. 399).

Havia duas linhas de estereótipos das populações nativas: uma na qual eram expostos como selvagens demoníacos que deveriam reprimidos, e outra na qual eram expostos como seres ingênuos e passivos, portanto, infantilizados, e por isso precisavam ser guiados (FEDERICI, 2017, p. 384). Essas duas imagens existiram somente a princípio, pois, com a necessidade de exercer uma força mais brutal,

ganhou protagonismo a representação dos nativos como seres que "[...] se encontravam sob o domínio do diabo [...]" (FEDERICI, 2017, p. 387) em todas as suas práticas, favorecendo a violência contra eles.

O principal a ser ressaltado sobre os nativos americanos pelos escritores do século XVI é a suposta cultura repulsiva desses povos, com ênfase nas práticas canibais. Entretanto, na Europa também se realizavam tais práticas, tradicionalmente, principalmente nas práticas médicas. Nesse sentido, não é coerente atribuir a imposição "civilizatória" dos europeus às suas diferenças culturais, "[...], mas sim deve ser visto como uma resposta inerente à lógica da colonização, que inevitavelmente precisa desumanizar e temer aqueles que quer escravizar." (FEDERICI, 2017, p. 388).

Na Europa, as mulheres que se dedicavam às práticas de magia não eram iguais aos homens. Os magos e alquimistas não eram perseguidos como as bruxas, pois eram distinguidos delas pelos cientistas estudiosos da demonologia. Elas se aproximavam, na verdade, dos americanos colonizados e africanos escravizados, pois sobre estes também foi realizada uma campanha de terror, segundo as quais seus costumes e crenças eram associados a algo demoníaco que deveria ser expurgado, subordinado ou modificado: "A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo." (FEDERICI, 2017, p. 357). Federici (2017, p. 358) afirma ainda que

> O destino comum das bruxas europeias e dos sujeitos coloniais pode ser ainda melhor demonstrado pelo crescente intercâmbio, ao longo do século XVII, entre a ideologia da bruxaria e a ideologia racista que se desenvolveu sobre o solo da Conquista e do tráfico de escravos. O diabo era representado como um homem negro, e os negros eram cada vez mais tratados como diabos [...]

Desse modo, a história das bruxas europeias e dos sujeitos coloniais e escravizados, apesar das diferenças de circunstâncias, se cruzam na medida em que eram usados sobre ambos as mesmas

estratégias de perseguição em busca da inferiorização desses grupos para que eles possam ser mais facilmente explorados e controlados.

As mulheres da América, tal como nas sociedades pré-capitalistas europeias, não eram iguais aos homens, mas os seus trabalhos eram valorizados, além de possuírem suas próprias organizações e serem maioria em movimentos anticoloniais, como no *Taki Onqoy*. Os espanhóis mercantilistas impuseram suas crenças misóginas tomando as terras dos nativos e "[...] reestruturaram a economia e o poder político em favor dos homens." (FEDERICI, 2017, p. 401).

A caça às bruxas e todos os seus mecanismos de repressão foram gestados na Europa a partir do século XII, quando a Santa Inquisição começou a perseguir os movimentos heréticos. A partir do século XV as perseguições tomaram a forma de caça às bruxas, mas foi no fim do século XVI, junto à expansão colonial, que assumiram sua forma de perseguição em massa (PARINETTO, 1998, apud FEDERICI, 2017, p. 407–409). Isso ocorreu porque, ao chegar na América, os europeus solidificaram sua visão de povos inteiros que cultuam o demônio. Portanto, apesar de ter surgido na Europa, a caça às bruxas fixou o "[...] extermínio como estratégia política [...]" (FEDERICI, 2017, p. 407) após a Conquista da América.

É nesse sentido que é importante analisar a relação direta entre os extermínios da Europa e os da América e África, pois assim entendemos como esse foi um movimento global de povos que detinham certa tecnologia e péssimas intenções e as utilizaram para subjugar outros povos e formar um proletariado mundial a serviço da acumulação de riquezas cada vez maior para a burguesia europeia.

1.3.9 O fim da caça às bruxas

No fim do século XVII, ocorreu "[...] a aniquilação do 'mundo das bruxas' e a imposição da disciplina social requerida pelo sistema capitalista triunfante." (FEDERICI, 2017, p. 365). Nesse momento, as perseguições não eram mais necessárias, uma vez que os grupos já se

encontravam dominados e por isso não representavam ameaça. No fim do século XVII e início do século XVIII, quando a bruxaria foi dissolvida como uma fonte de resistência e quando as denúncias se alastraram a ponto de atingir membros da classe dominante, foi posto um fim na caça às bruxas e as pessoas que eram torturadas e executadas por causa da bruxaria passaram a sê-lo com base em leis que defendiam a propriedade e novas modalidades de crime surgiram nos códigos (FEDERICI, 2017, p. 371). Nesse momento, os praticantes de magia restantes seguiram com suas práticas sem perseguições, pois elas deixaram de ser uma ameaça e passaram a representar apenas ignorância de indivíduos iletrados.

Apesar de não ser oficializada pelo Estado, a figura da bruxa permaneceu e, em determinados momentos, ela retorna como ameaça, como em 1871, na Comuna de Paris, quando o estereótipo foi resgatado e usado contra as mulheres que participaram dos combates armados (FEDERICI, 2017, p. 373), além do século XIX na Índia, quando houve um período de queima de bruxas (FEDERICI, 2017, p. 414). Da mesma forma, nos anos 1980 e 1990 também foram realizadas caças às bruxas no Quênia, Nigéria e Camarões, "[...] coincidindo com a imposição da política de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, algo que levou a uma nova série de cercamentos, causando um empobrecimento sem precedentes na população." (FEDERICI, 2017, p. 416).

É importante saber disso para entender como a acumulação primitiva não foi um acontecimento que ficou num passado histórico, pois ela permanece se renovando à medida que surge a necessidade de realizar um processo intenso e rápido de acumulação de capital, como afirma Dias (2020, p. 181):

> [...] este sistema surge como um modo de produção que visa explorar e acumular trabalho e que, portanto, colocou em marcha um processo de exploração do máximo número possível de corpos, a serviço de uma classe dominante. A constituição de uma força de trabalho assalariada, a escravização, a construção do racismo e de uma nova divisão sexual do

> trabalho estão dentro deste contexto de composição e de reprodução do modo de produção capitalista.

Isso significa que "[...] a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão [...]" (FEDERICI, 2017, p. 417) fizeram parte da gênese e imposição do modo de produção capitalista e permanecem fazendo parte da sua manutenção.

2

Uma crítica à *Mística Feminina* de Betty Friedan

2.1 Uma introdução à Friedan e Davis: a ideologia da feminilidade

A fim de compreender as especificidades da opressão de gênero, será utilizado o conceito de opressão de Iris Young para abranger as desigualdades e injustiças que alguns grupos sofrem em decorrência do funcionamento do modo de produção capitalista. Segundo Young (2021, p. 448):

> Em sentido estrutural, a opressão compõe o tecido social; ela não provém das escolhas individuais ou das políticas de algumas pessoas. A opressão estrutural não será eliminada se nos livrarmos dos governantes ou promulgarmos um punhado de novas leis, uma vez que as opressões são sistematicamente reproduzidas nas principais instituições econômicas, políticas e culturais.

Isso significa que o conceito utilizado não se refere às ações individuais e conscientes dos sujeitos – embora elas ainda sejam relevantes – mas sim à forma como essa inferiorização faz parte da estrutura político-econômica. Os grupos que sofrem com a inferiorização, apesar de não serem completamente delimitados (um indivíduo pode fazer parte de mais de um grupo ao mesmo tempo, além de haver a possibilidade de alguma mobilidade social, pois esse indivíduo não se encontra completamente cerrado em seu grupo), possuem um liame que os une em torno de histórias de vida, experiências cotidianas, costumes e estereótipos (YOUNG, 2021, p. 451). Essa noção de grupo de Young é bastante semelhante ao que Saffioti chama de estratos sociais, conceito que será abordado e contextualizado no terceiro capítulo.

A opressão é um conceito bastante abrangente e que, por isso, pode conter em si as mais variadas formas de subordinação. Young (2021, p. 447) cita cinco formas: exploração, marginalidade, impotência,

imperialismo cultural e violência. A exploração consiste na base do modo de produção capitalista, na qual a maior parte dos indivíduos gasta toda a sua energia em benefício de alguns poucos capitalistas a partir da exploração do trabalho, ou seja, a estrutura econômica funciona de modo que as potencialidades de trabalhadores e trabalhadoras sirvam para aumentar o poder daqueles que já o possuem. A marginalidade, por sua vez, é imposta sobre aqueles que são afastados da estrutura econômica (pois não são úteis para ela) e são postos na condição de dependentes, com a suspensão dos seus direitos individuais, pois supostamente não possuem a capacidade de tomar as próprias decisões. A impotência designa os sujeitos que, por não possuírem *status* elevado, não possuem prestígio social e por isso são desvalorizados e desrespeitados. O imperialismo cultural refere-se às relações de dominação entre as culturas, na qual a dominante se coloca como a norma e a dominada é posta como a desviante, a estranha, e por isso deve ser negada. Por fim, a violência é aquela opressão direcionada a grupos considerados inferiores e, por isso, ela geralmente é legitimada pela sociedade, uma vez que as pessoas desses grupos são frequentemente desumanizadas e expostas como seres que merecem tal violência.

Todos esses aspectos fazem parte da noção de opressão que não se resume à identificação da opressão a certo grupo, mas estruturam a sociedade de modo a atingir os grupos de diferentes formas, tendo em vista sempre o lucro. Sendo assim, os mais variados grupos podem sofrer vários tipos de opressão simultaneamente. No que se refere às mulheres, elas sofrem exploração no trabalho produtivo e reprodutivo, algumas sofrem marginalização, sendo expulsas do mercado e postas na condição de dependentes, sofrem também com a impotência quando ocupam posições de baixo prestígio social, e violência na medida em que são continuamente humilhadas, estupradas e assassinadas. Essas opressões, apesar de serem também realizadas conscientemente pelos indivíduos, muitas vezes não são intencionais: "[...] essas pessoas geralmente estão simplesmente fazendo seu

trabalho ou vivendo suas vidas, não se entendendo como agentes de opressão." (YOUNG, 2021, p. 454), ou seja, para além das intenções do sujeito, se encontra uma estrutura político-econômica que possui a opressão em suas bases, e por isso se defende que essa estrutura seja rompida, dando lugar a uma nova estrutura que permita a superação dessas opressões. A maior parte delas é mantida pela divisão social do trabalho e pela forma como está disposta a vida material dos indivíduos, e o modo de produção capitalista se utiliza delas para realizar a manutenção e ampliação de sua estrutura de dominação.

Após compreender o funcionamento do modo de produção capitalista e como a sua construção ocorreu em cima da acumulação de desigualdades e opressões, Betty Friedan surge, neste texto, como uma representante do feminismo liberal estadunidense, sendo, segundo Joana Vieira Borges (2013, p. 278): "a pioneira' ou 'a maior representante' do movimento feminista norte-americano dito de 'segunda onda", tendo em vista a sua importante atuação nesse movimento, sendo idealizadora e presidente da *National Organization for Women* (NOW) em 1966 e uma das fundadoras da *National Association for Repeal of Abortion Laws* (NARAL), em 1973. Há, também, um diálogo entre ela e algumas feministas marxistas, como Heleieth Saffioti (incorpora o termo mística feminina em seu pensamento, mas é capaz de ir além dele), Ana Montenegro (critica intensamente o pensamento de Friedan) e Angela Davis (apesar de não citar Friedan, realiza toda a sua crítica sobre o movimento sufragista em torno de personalidades – Stanton e Anthony – citadas por Betty como exemplos da luta feminista). Apesar de não ser a proposta abordar aqui toda a tradição liberal, é possível visualizar como Friedan incorpora esses valores ao afirmar que a libertação das mulheres deve ocorrer a partir da integração delas no sistema competitivo.

Autora da *Mística Feminina*, livro publicado em 1963 nos Estados Unidos, Betty Friedan analisou nessa obra a função da mulher branca e heterossexual na sociedade capitalista como dona de casa nos subúrbios norte-americanos e suas implicações para a sua vida

individual. Isso significa que ela escreve para as mulheres dos estratos médios da sociedade, alvos da indústria que desvaloriza o trabalho da mulher fora de casa, projetando sobre ela o estereótipo de um ser humano passivo, frágil e pouco racional (conhecido como a ideologia da feminilidade), para que ela permaneça no ambiente doméstico apenas como consumidora e reprodutora da força de trabalho. Um dos grandes aspectos dessa obra é defender que a integração no mercado de trabalho e a consequente necessidade de negação do trabalho doméstico é a redenção da mulher que sofre com a marginalidade (expulsas do mercado e postas numa condição dependente) e com a impotência (presas a posições de baixo prestígio social), de acordo com as definições das faces da opressão esboçadas por Iris Young. No decorrer dos capítulos, Friedan irá observar os movimentos de progresso nas reivindicações dos direitos civis das mulheres (como o sufrágio, por exemplo) e o movimento de retrocesso que houve na década de 1950, trazendo de volta todos os valores conservadores que as feministas pensaram ter superado, assim como as causas desse retrocesso.

Apesar das valorosas contribuições de Betty Friedan, suas ideias de orientação liberal se mostraram insuficientes e problemáticas diante da complexidade das demandas dos mais variados grupos que sofrem diferentes tipos de opressão, além de não expor as causas mais profundas que fazem essas opressões existirem e se manterem, como afirma Saffioti (1987, p. 113): "Esta corrente de pensamento desempenhou importante papel na luta pela conquista do voto feminino em todo o mundo. Ainda que não se possa negligenciar a relevância desta e de outras conquistas, o feminismo liberal esgota-se na luta por liberdades formais.". As conquistas dessas mulheres devem ser comemoradas, pois, mesmo que a situação não seja radicalmente transformada, elas servem para melhorar a condição de muitas mulheres, além de ampliar as possibilidades de transformação social, no caso de serem tomadas como um meio para alcançar novas e mais

amplas conquistas. Do contrário, se forem vistas como um fim em si mesmas, são insuficientes.

Em 1981, Angela Davis, filósofa e militante estadunidense, escreveu o livro *Mulheres, raça e classe*, que, a partir de uma minuciosa análise histórica, expõe um outro lado sobre a corrente filosófica na qual se insere Friedan, expondo como ela serviu de alicerce para a manutenção da supremacia branca e da classe capitalista. Para tanto, se detém em algumas questões, passando pela construção dos movimentos antiescravagistas, dos movimentos sufragistas, pelas problemáticas do estupro e dos direitos reprodutivos e, por fim, pelo trabalho doméstico.

Davis inicia o seu livro já denominando como ideologia da feminilidade os estereótipos citados por Friedan, que ganharam força no período pré-Guerra Civil nos Estados Unidos em meados de 1830, quando os esforços estavam voltados para a industrialização do país, acabando com a manufatura (base do trabalho feminino da época) e retirando os empregos de muitas mulheres brancas. Isso significa que a ideologia da feminilidade surgiu como necessidade de o modo de produção justificar a expulsão dessas mulheres do mercado de trabalho:

> À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, "mulher" se tornou sinônimo de "mãe" e "dona de casa", termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante. (DAVIS, 2016, p. 24–25).

Além de servir de instrumento para manter as mulheres brancas no ambiente doméstico, a ideologia da feminilidade serviu também para justificar a exploração ainda mais intensa das mulheres negras, pois as mantém fora do que se considera como a categoria "mulher", e por isso são ainda mais inferiorizadas. Friedan fala da ascensão dessa ideologia após a Segunda Guerra Mundial, portanto, Davis é importante para demonstrar como desde muito antes (século XIX), esse pensamento já desempenhava suas funções na sociedade estadunidense e, como já foi exposto no capítulo anterior, desde o século XVIII na Europa.

2.2 A mística feminina de Betty Friedan

Sob a perspectiva de Betty Friedan, no decorrer das décadas ocorreram mudanças na imagem propagada pelas mídias sobre a mulher. Nesse ponto, Friedan fala como, a partir de 1939, começou a ser disseminada nas revistas voltadas para o público feminino a imagem da "Nova Mulher": aquela mulher madura que possui uma profissão e várias experiências fora do lar, perdendo a imagem infantilizada daquela que não pode ser independente. Seus relacionamentos com o sexo oposto deixam de ser o foco das discussões e passam a serem expostos com igualdade entre as partes (FRIEDAN, 2020, p. 40–41). Isso aconteceu no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando boa parte da população masculina se encontrava na guerra e as mulheres precisaram ocupar os cargos no mercado de trabalho (BLOCH, 2013, p. 69). Em 1949, após a Segunda Guerra e já no curso da Guerra Fria, no entanto, isso começou a se modificar e a mulher voltou a ser exposta como dona de casa. A mística feminina se espalhou como uma reação à suposta desvalorização da feminilidade (desvalorização ligada ao fato de que as mulheres estavam integrando o mercado de trabalho) para resgatá-la e reestabelecer as tradições que estavam sendo contrariadas (FRIEDAN, 2020, p. 46).

Friedan pinta um quadro que nos faz ver o estilo de vida defendido intensamente pelas mídias a partir da década de 1950, no pós-guerra, o qual era aspirado pelas mulheres como a sua parcela do conhecido "sonho americano":

> Milhões de mulheres viviam sua vida à imagem das belas fotografias das donas de casa suburbanas, dando um beijo de despedida no marido diante da janela principal, estacionando a perua cheia de crianças em frente à escola e sorrindo enquanto passavam a enceradeira elétrica no chão imaculado da cozinha. Faziam os próprios pães, costuravam as próprias roupas e as das crianças, colocavam as máquinas de lavar e secar novas para funcionar o dia todo. [...] O único sonho delas era serem esposas e mães perfeitas; a maior ambição, ter cinco filhos e uma bela casa; a única luta, conseguir manter um marido. (FRIEDAN, 2020, p. 16–17).

Para demonstrar como se dava a disseminação das ideias citadas acima, ela se utiliza das revistas femininas da época para analisar estereótipos de feminilidade, cujas revistas constituíam uma das principais fontes de formação da subjetividade das mulheres as quais ela se refere. Nelas, continham contos que exaltavam a mulher superficial e passiva que abdica de toda a sua individualidade em prol da família (FRIEDAN, 2020, p. 47). As personagens desses contos e todo o conteúdo das revistas eram voltados para um grupo restrito de mulheres dotadas dos privilégios de raça e classe, mas que, no entanto, sentiam falta de algo que não sabiam identificar ("o problema sem nome" que será um dos principais objetos de investigação da obra). Esse era o público alvo dessas revistas e é também o mesmo público ao qual Betty Friedan dirige seus esforços, buscando, a partir desse grupo de mulheres, compreender a sociedade em sua totalidade (BLOCH, 2013, p. 74).

Em seu meio de convivência, em sua classe social, Friedan foi uma personalidade explosiva: atacando diretamente os costumes conservadores que buscavam prender a mulher num papel específico, as suas ideias não foram facilmente aceitas, como ela relata:

> Mas agora que eu estava agindo como uma escritora de verdade e dando entrevistas na televisão, o pecado era público demais, não poderia ser

> perdoado. [...] Embora tivéssemos sido bem populares, meu marido e eu de repente não éramos mais convidados para jantares na casa de vizinhos. Meus filhos foram excluídos do revezamento de caronas para aulas de arte e de dança. [...] Eu não conseguia mais suportar ser uma aberração sozinha no subúrbio. (2020, p. 482).

É nesse contexto que a autora produz a sua obra e defende as suas ideias, sendo, em troca, afastada pelos membros da sua classe.

A autora inicia seu livro falando sobre "o problema sem nome", do qual as mulheres estavam sendo acometidas, pois, apesar de possuírem todo o necessário para viverem bem, eram infelizes e insatisfeitas com a vida que levavam, tendo em vista a descoberta de que o ideal de felicidade vendido era uma mentira. Além disso, apesar de estudarem e pensarem sobre questões políticas, permaneciam aprisionadas ao lar sem poder exercer suas potencialidades:

> O problema permaneceu mergulhado, intacto, durante vários anos, na mente da mulher americana. Era uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio de que ela começou a padecer em meados do século XX, nos Estados Unidos. Cada dona de casa lutava sozinha com ele, enquanto arrumava camas, fazia as compras, escolhia tecido para forrar o sofá, comia com os filhos sanduíches de creme de amendoim, levava os garotos para as reuniões de lobos e fadinhas e deitava-se ao lado do marido, à noite, temendo fazer a si mesma a silenciosa pergunta: "É só isto?" (FRIEDAN, 1971, p. 17).

Isso se tornou um problema na sociedade estadunidense, e a mídia (jornais, televisão, revistas de moda) passou a se deter no assunto, atribuindo como causa para esse problema o fato de que a mulher estava começando a lidar com coisas que supostamente não deveria. Seguindo esse raciocínio, uma vez que seu papel é se limitar aos serviços domésticos, desenvolver o intelecto com atividades que não poderia exercer obviamente geraria alguma insatisfação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o retorno dos homens da guerra para o mercado de trabalho, foi reforçado, como já foi exposto, o ideal do "sonho americano" para as mulheres. A busca incessante por esse estilo de vida gerou nas mulheres dos estratos médios problemas como ansiedade e depressão (FRIEDAN, 2020, p. 24), pois não possuíam

objetivos de vida próprios, todas as suas aspirações foram construídas em função dos outros membros familiares. De qualquer forma, esse ideal construído poderia ser alcançado somente por um número muito restrito de mulheres, as quais possuíam a possibilidade de não trabalhar fora de casa e dedicar-se ao estilo de vida totalmente voltado para a família.

As mídias começaram a disseminar que as conquistas dos direitos das mulheres eram as causas da infelicidade, uma vez que, ao ter acesso ao conhecimento, perceberiam a superficialidade das suas vidas e que tinham muito mais a fazer além de cuidar da casa e dos filhos. Foi criado todo um arcabouço teórico e midiático para explorar a temática e tentar encontrar falsas soluções para o problema: "Em 1962, o sofrimento da dona de casa presa tinha se tornado um jogo nacional. Edições inteiras de revistas, colunas de jornal, livros sérios e frívolos, conferências educacionais e debates televisivos foram dedicados ao problema." (FRIEDAN, 2020, p. 25). Afirmavam que a solução para o problema exageradamente discutido era afastar as mulheres dos empregos formais, das escolas e universidades, da política, e arranjar um marido, ter vários filhos, dedicar-se à espiritualidade e manter-se adaptada a um padrão de beleza inatingível.

Buscando a própria identidade, entram em crise ao se descobrirem inseridas no mundo no papel limitado de esposas e mães, gerando forte frustração e necessidade de buscar algo mais. Entretanto, essas frustrações não as direcionam para aquilo que falta: apesar de saberem que esta não é a melhor forma de viver, não conhecem outra alternativa, mantendo as gerações de mulheres num beco sem saída até conseguirem descobrir por si mesmas o seu próprio caminho. Partindo disso, Betty atribui como problema central o fato de que as mulheres não tiveram oportunidade de construir essa identidade:

> Creio que foi este o âmago do problema feminino na América durante muito tempo – a falta de uma imagem pessoal. A imagem pública, que desafia a razão e tem pouco a ver com a realidade, teve o poder de modelar

> excessivamente a vida da mulher. Mas essa imagem não possuiria tal força se não existisse uma crise de identidade. (1971, p. 67).

ou seja, para Friedan, se a mídia exerce poder sobre a construção da subjetividade da mulher é porque ela mesma ainda não tomou as rédeas dessa construção.

Segundo a autora da Mística, para os homens as crises de identidade são consideradas pautas válidas para o seu desenvolvimento, pois eles são incentivados desde cedo a tomarem decisões, diferente da formação das mulheres, que as coloca numa posição determinada *a priori*. Isso significa que as mulheres não são incentivadas a passar por esse processo de tomada de decisões (pois outra pessoa toma as decisões por ela) que é também um processo de autoconhecimento. A partir disso, defende que homens, independente de raça e classe, são incentivados para tanto:

> O lavrador que vai para a cidade, o filho do alfaiate que se torna médico – Abraham Lincoln aprendeu a ler sozinho – constituem histórias mais significativas do que a simples passagem da miséria para a riqueza. Faziam parte integrante do sonho americano. O problema para muitos era dinheiro, raça, cor ou classe, que os impedia de escolher; não a ausência de objetivo, caso fossem livres para optar. (FRIEDAN, 1971, p. 70).

Apesar de reconhecer a raça e a classe como obstáculos de escolha, afirma que os homens negros e trabalhadores possuem mais facilidade de alcançar o "sonho americano" em relação à mulher branca de classe média, além de observar a luta feminista como autônoma e superior a todas as outras. Seguindo essa linha de raciocínio, todos os homens são privilegiados em relação a todas as mulheres, ignorando a existência de mulheres que alimentam a máquina do sistema que também oprime os homens, principalmente em relação aos fatores raça e classe. Essas mesmas mulheres integram, de fato, o "sonho americano", quando abandonam suas carreiras profissionais para dedicar-se à família e jogar *bridge* com as amigas enquanto os filhos estão na escola. A diferença é que elas integram aquela parcela do "sonho" voltada para as mulheres e, mesmo que esse padrão seja

inatingível, há um consenso social de quais pessoas podem integrá-lo e quais não podem.

2.2.1 Uma campanha ideológica em prol da Mística

Segundo Friedan, após conquistar seus principais direitos civis (depois de 1920) as mulheres estadunidenses não sabiam o que fazer com tal liberdade, pois não estavam preparadas para isso do ponto de vista educacional (2020, p. 115), e por isso tornaram-se alvos fáceis para essas mídias, cujo trabalho não foi realizado isoladamente. Um grande suporte teórico para fundamentar a mística feminina foi a apropriação da teoria psicanalítica freudiana da feminilidade pelas revistas populares e pelas interpretações do senso comum. Friedan não critica Freud como um todo, pois reconhece sua grande importância no desenvolvimento da ciência psicanalítica, mas afirma que seu pensamento relativo às mulheres está obsoleto e é uma das grandes causas do "problema sem nome", tornando-se parte da contrarrevolução sexual nos Estados Unidos (FRIEDAN, 2020, p. 122). Um exemplo disso é o conceito de "inveja do pênis", utilizado por Freud em contextos específicos com suas pacientes, mas que, a partir da década de 1940, foi utilizado de modo irresponsável como causa de todos os problemas da mulher norte-americana para sustentar a ideia de que a feminilidade estava sendo ameaçada e criando obstáculos à libertação dessas mulheres.

Segundo Friedan, para Freud "[...] as mulheres eram uma espécie estranha, inferior, subumana. Ele as via como bonecas infantilizadas, que existiam em termos apenas do amor masculino, para amar um homem e cuidar de suas necessidades." (2020, p. 127). A mulher é, nesse sentido, um homem a quem falta alguma coisa. A atitude de querer realizar atividades consideradas masculinas é vista como um complexo de masculinidade em que a mulher se sente inferior e inveja a presença do pênis nos homens, pois associa a ele a causa de sua inferioridade (FRIEDAN, 2020, p. 134). Assim, Friedan descontrói essa visão freudiana

e afirma que a inferioridade observada na mulher foi causada pelo seu confinamento no ambiente doméstico. Apesar disso, acentua como foi provado pela ciência que a mulher, mesmo confinada, possui igual inteligência e capacidades em relação ao homem. A crítica realizada por Betty Friedan a Freud é muito interessante e, apesar de não nos fazer entender a causa da inferiorização das mulheres, nos faz perceber como a ciência pode ser uma ferramenta para alimentar esse sistema, e também como as mídias são capazes de se apropriar de certas teorias e transformá-las em poderosas armas de controle social.

Um breve parêntese se faz necessário para expor rapidamente como a autora da mística utiliza Freud também para expor a relação da mulher com os filhos. Ela busca sustentar que a mãe é a responsável por tornar o filho homossexual, pois não permite o seu amadurecimento (comparando o desejo e afeto pelo mesmo sexo a uma falha no desenvolvimento do indivíduo), ativamente ou em potencial: "[...] seu ódio e repugnância por todas as mulheres é uma reação àquela mulher que o impediu de se tornar homem." (FRIEDAN, 2020, p. 341). Ela afirma que essa atitude da mãe torna os filhos incapazes de se desenvolver sexualmente e intelectualmente, assumindo uma postura homofóbica ao associar a homoafetividade a um problema de desenvolvimento do indivíduo. De acordo com Friedan, citando Clara Thompson[11]

> Homossexualidade assumida pode expressar temor pelo sexo oposto, medo de responsabilidade adulta [...]. Pode representar fuga da realidade na absorção em estímulo corporal muito semelhante às atividades autoeróticas dos esquizofrênicos, ou pode ser um sintoma de destrutividade de si ou dos outros [...]. As pessoas com baixa autoestima [...] têm tendência a se apegar ao próprio sexo, porque é menos assustador [...].

[11] Clara Thompson, "*Changing Concepts of Homosexuality in Psychoanalysis*" [Novos conceitos sobre homossexualidade na psicanálise], em *A Study of Interpersonal Relations, New Contributions to Psychiatry* [Um estudo de relacionamentos interpessoais, novas contribuições para a psiquiatria], Patrick Mullahy, ed., Nova York, 1949, pp. 218 ss. apud FRIEDAN, 2020, p. 344.

Além disso, associa esse desenvolvimento sexual ao intelectual/profissional e afirma que o sujeito que deseja ou ama outro do mesmo sexo não se desenvolve profissionalmente e, por isso, quem faz um curso superior, um juiz ou cientista, não é promíscuo como quem exerce atividades de menor valor para a sociedade, nas palavras de Betty Friedan (2020, p. 342–343).

Friedan expõe os psicanalistas, antropólogos, sociólogos e psicólogos como os responsáveis por construir as bases científicas que serviram para sustentar a mística feminina. Cita o funcionalismo de Talcott Parsons (FRIEDAN, 2020, p. 156), que defendia a importância de conservar as estruturas sociais o máximo possível, pois, para que uma ordem social seja funcional, os indivíduos devem desempenhar os papéis que lhes foram designados. Nesse sentido, a segregação sexual é necessária e a mulher só pode manter um emprego se ele não entrar em conflito com as suas "obrigações" domésticas (PARSONS, p. 174 apud FRIEDAN, 2020, p. 157-158).

Essa perspectiva que limita a mulher à função de reprodutora da espécie foi ainda mais endossada pela cultura estadunidense na década de 1950, quando as mulheres estavam indo para as universidades, mas poucas concluíam os cursos, e destas, menos ainda utilizavam seus diplomas para construir carreiras (FRIEDAN, 2020, p. 183). Assim, apesar de ser senso comum para essas mulheres o ingresso na universidade, não havia interesse real na vida acadêmica, pois permaneciam voltadas para o ideal de conseguir um marido, ter filhos e ser dona de casa. Betty enfatiza como a sua geração levava a sério esses direitos conquistados, de modo que o grande questionamento da *Mística Feminina* é compreender como a geração seguinte, após Friedan (e pós-guerra), passou a ignorar essas questões e retornar à dormência. Segundo a autora, uma das causas foi a cultura continuar glorificando ideais de feminilidade, fazendo com que, mesmo com certos direitos garantidos, as mulheres decidam retornar ao ambiente doméstico, como consequência das pressões sociais e familiares para se adequarem ao modelo tradicional, sem se realizarem individualmente

(FRIEDAN, 2020, p. 186). Essa educação voltada para a manutenção da feminilidade faz com que as mulheres, crescendo e se desenvolvendo nesses moldes, não possuam identidade própria, se mantendo nas fantasias criadas pela educação e pela cultura, sem domínio nenhum da realidade, gerando falta de objetivos de vida, não envolvimento com as questões políticas e econômicas e, de modo mais amplo, não permitindo que essa mulher se realize individualmente, pois está sempre orbitando a família.

2.2.2 Capitalismo e consumo: como essa relação afeta as mulheres segundo Friedan

Segundo a autora, as pressões sobre as mulheres se intensificaram com o fortalecimento do modo de produção capitalista, tornando-as as principais consumidoras no setor da economia doméstica. Friedan consultou "[...] um homem que ganha aproximadamente um milhão de dólares por ano para manipular as emoções da mulher americana de modo a obter lucros comerciais." (1971, p. 181) e este lhe disse que: "Corretamente manobradas [...] as donas de casa são capazes de obter senso de identidade, objetivos, criatividade, autorrealização e até satisfação sexual por meio da aquisição de objetos." (FRIEDAN, 1971, p. 182). Isso demonstra como a indústria de utensílios domésticos é orientada pelo sexismo que pressupõe a subordinação da mulher a um papel específico e como são capazes de aprofundar essa atribuição de papéis a partir da publicidade e propaganda, estimulando o consumo desmedido de equipamentos domésticos por elas, uma vez que essas mulheres "[...] controlam 75% do poder aquisitivo da América." (FRIEDAN, 1971, p. 182). Além da indústria de eletrodomésticos, Friedan cita também a indústria que lucra com os padrões de beleza: desde alimentos dietéticos, até academias de ginástica que são utilizadas por essas mulheres com o intuito de emagrecer o máximo possível (FRIEDAN, 1971, p. 219). Fala também sobre a indústria do sexo, cujo crescimento ocorreu devido à busca incessante pela satisfação sexual por parte das mulheres para preencher o vazio provocado pela mística.

Os jornais, revistas, televisão, rádio, canções populares e *best-sellers* da década de 1950 para 1960 passaram a girar em torno do sexo em formato de manual, criando símbolos e noções irreais sobre o assunto (FRIEDAN, 1971, p. 225). É muito interessante a pesquisa feita por Betty sobre essas indústrias e como ela entende que de alguma forma o capitalismo impacta na vida das mulheres. Entretanto, em sua obra isso não é feito estruturalmente, as opressões geradas pelo capitalismo são vistas por ela somente como apêndices, na medida em que as transforma em massa de consumidoras, produzindo mecanismos para manipular seus desejos individuais. Ou seja, apesar de entrar na questão da alienação provocada pelo modo de produção capitalista, o faz somente de relance, tratando como se esse fosse somente um dos aspectos que subordina as mulheres, e não como algo que fundamenta as opressões.

Betty fala de um estudo, realizado em 1945, para uma grande revista feminina que dividia o seu público em três categorias: a Verdadeira Dona de Casa, a Mulher Profissional e a Dona de Casa Equilibrada (FRIEDAN, 1971, p. 182). A primeira categoria diz respeito às donas de casa à moda antiga que hesitam em consumir novas ferramentas, pois dedicaram toda a vida aos cuidados domésticos e acreditam ser o trabalho manual preferível àquele mediado por aparelhos tecnológicos. Na segunda estão aquelas mulheres que não se deixam levar por esses discursos consumistas, pois não creem ser a verdadeira função da mulher a de dona de casa e, assim que possível, saem do ambiente doméstico. A terceira categoria, por sua vez, corresponde àquelas mulheres que têm interesses externos ao lar, mas se mantêm desempenhando as atividades domésticas. Essa última é a categoria ideal para o mercado, pois oferece uma liberdade ilusória para a mulher afirmando ser possível ter interesses externos (desde que não se transforme na Mulher Profissional) e ainda assim cumprir suas obrigações convencionais. Para isso funcionar foi preciso grande empenho dos comerciantes e publicitários, disseminando e mantendo a influência da mística feminina nas mulheres, incentivando cada vez

mais o consumo e a adequação ao papel estabelecido: "Cultura, independência, personalidade em evolução, tudo o que lhes apontasse outras finalidades precisava ser constantemente combatido e encaminhado de volta ao lar." (FRIEDAN, 1971, p. 184). É nesse sentido que em 1957, relatórios de lojas de departamentos expõem sua visão sobre as mulheres: "Se as lojas são as escolas da mulher, os anúncios são seus livros de estudo." (FRIEDAN, 1971, p. 194).

É interessante que Friedan chega à conclusão, com esse estudo, de que o perfil de mulher ideal para o mercado é aquele no qual ela busca cumprir as duas funções (trabalhar dentro e fora de casa), entretanto, não atribui como causa o fato de que essa foi a forma encontrada pelo mercado capitalista de se apropriar de uma quantidade enorme de mais-trabalho sobre as mulheres (a partir do trabalho remunerado e do não remunerado). Diferente disso, afirma que a causa desse fenômeno se deve ao fato de que A Verdadeira Dona de Casa, por ser demasiado conservadora, não irá consumir toda a gama de eletrodomésticos oferecidos pelo mercado e, por isso, a Dona de Casa Equilibrada é o perfil mais adequado para as necessidades do mercado, pois, além de equilibrar funções dentro e fora de casa, consome os equipamentos que poderão facilitar as atividades domésticas (FRIEDAN, 1971, p. 183). Nesse momento, ela chega bem perto do ponto defendido por Saffioti, porém, devido à ausência da crítica da economia política de Marx em sua obra, não o atinge, pois percebe somente a dinâmica da esfera do consumo, ignorando a esfera da produção e extração de mais-valor. Além disso, fala que "[...] sugeri que a causa real para o feminismo e a frustração das mulheres era o vazio do papel da esposa dona de casa." (FRIEDAN, 2020, p. 299). Nesse momento, ela também se mantém alheia ao modo de produção gerador das dificuldades impostas sobre as mulheres.

Para fazer frente a esse fenômeno, Friedan entende que o potencial revolucionário pertence à classe média, pois assume os valores da sociologia liberal do pós-guerra de que essa, por ser uma "não-classe", está mais apta a conduzir os processos de transformação

social, em contraposição à luta de classes da análise política marxista e deixando de lado a atuação da classe trabalhadora sindicalizada, pois, para ela, não possuíam a instrução e a possibilidade de construção de uma carreira como a classe média (BLOCH, 2013, p. 77–78).

Friedan demonstra como, mesmo com os avanços tecnológicos e o consumo de vários eletrodomésticos, o trabalho doméstico não foi diminuído, ao contrário, se a limpeza é facilitada por algum utensílio ou máquina, então cria-se novo critério para a limpeza. Dessa forma, o tempo nunca fica de fato livre: "[...] cada utensílio destinado a poupar trabalho trouxe consigo maior elaboração das tarefas caseiras." (FRIEDAN, 1971, p. 208). Sociólogos e especialistas em economia doméstica da década de 1950 constataram que apesar de todos os avanços tecnológicos, a mulher gasta mais tempo nas atividades domésticas (FRIEDAN, 1971, p. 209). Além disso, apesar de serem formadas, optam pelo ambiente doméstico e estão sempre buscando novas obrigações nesse âmbito para preencher um vazio e sentirem-se úteis. Segundo Friedan, essa foi uma oportunidade perdida, em que as mulheres poderiam ter assumido posições de poder, como as direções de creches e escolas. Entretanto, como resultado das pressões sofridas, retornaram ao lar e os homens assumiram esses postos (FRIEDAN, 2020, p. 305).

2.3 O movimento feminista nos Estados Unidos sob as perspectivas de Friedan e Davis

Friedan fala sobre o desenvolvimento do movimento feminista dos Estados Unidos e cita algumas feministas que lhe inspiraram, como Mary Wollstonecraft (sufragista inglesa do século XVIII), Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony (2020, p. 93). Essas duas últimas foram muito criticadas por Angela Davis por terem se aliado a grupos de supremacia branca para conquistar o sufrágio feminino no sul dos Estados Unidos. A despeito dessa crítica produzida por Davis, Friedan afirma que "Mas é fato inegável que ao se organizar, lutar e

suplicar pela libertação dos escravos, a americana aprendeu a libertar-se a si mesma." (1971, p. 81), pois foi a experiência nas lutas abolicionistas que ofereceu o material necessário para essas mulheres darem início aos movimentos de luta pelos seus próprios direitos civis. Foi a partir disso que, em 1848, ocorreu a Convenção de Seneca Falls, organizada por mulheres dentre as quais estava Stanton e cuja Declaração girava em torno dos problemas do matrimônio, envolvendo a submissão moral e econômica das mulheres em relação aos seus maridos, tanto no casamento como no divórcio (DAVIS, 2016, p. 63), além de começar a levantar a ideia de reivindicar o direito ao voto. Essas reivindicações, no entanto, abrangiam somente as mulheres da burguesia e da classe média, como afirma Davis (2016, p. 64)

> [...] enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul como do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento.

As mulheres operárias construíram a sua própria luta a partir dos anos 1820 com greves, marchas e petições, reivindicando investigações sobre as condições trabalhistas nas indústrias e, apesar de serem pioneiras, suas lutas foram escanteadas nas mídias e na tradição feminista corrente em detrimento das lutas das mulheres sufragistas (DAVIS, 2016, p. 66).

Ana Montenegro, em *Ser ou não ser feminista*, lembra como as mulheres estadunidenses já lutavam pela igualdade por intermédio dos movimentos antiescravagistas desde 1828 e, depois de 1825, na Inglaterra, as trabalhadoras já lutavam pelos seus direitos de formarem sindicatos (1981, p. 23). A autora denuncia a história comumente conhecida de que o movimento feminista teve seu início com as sufragistas, por esse ser um movimento cooptado pela burguesia branca. O Congresso socialista na França em 1879, "[...] no

qual foi proclamada a igualdade de direitos dos sexos e de cujas resoluções constaram as reivindicações de mulheres trabalhadoras." (MONTENEGRO, 1981, p. 25), geralmente não é citado e mulheres como Flora Tristan e Pauline Roland, que uniam as lutas das mulheres com os/as operários(as), geralmente não são lembradas (1981, p. 25). Ana continua: "A participação da mulher russa na revolução de outubro de 1917, a participação das mulheres nas lutas durante os sombrios anos da Segunda Guerra Mundial e na resistência heroica ao fascismo e ao nazismo são também páginas de livros que não se abrem." (1981, p. 28). Ela denomina neofeminismo esse movimento burguês que "chegou depois", ignorando todo o legado das mulheres negras e trabalhadoras, exaltando um feminismo que não abrange a maior parte das mulheres e serve de instrumento para a classe dominante.

O movimento liderado por Anthony e Stanton possuía uma compreensão muito estreita sobre as relações entre as opressões e suas causas, pois não viam o capitalismo como um problema: "As líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra do Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática." (DAVIS, 2016, p. 75). O movimento foi construído, portanto, de modo que apenas as demandas desse grupo de mulheres foram consideradas, afastando a sua possibilidade de união com os outros movimentos políticos.

Na segunda metade do século XIX, os movimentos antiescravagistas se fortaleceram reivindicando o direito ao voto para o homem negro e, junto a isso, se fortaleceram os movimentos sufragistas que reivindicavam o direito ao voto para as mulheres. Essas duas demandas entraram em conflito quando as representantes da Associação pela Igualdade de Direitos (Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony) argumentaram que a extensão do voto aos homens negros antes das mulheres era mais um passo sexista (DAVIS, 2016, p. 81), como se, ao conquistar o sufrágio, o homem negro estivesse mais próximo da hierarquia do homem branco e da mulher branca, porém:

> A suposição de que a emancipação tornava os ex-escravos iguais às mulheres brancas [...] ignorava a total precariedade da recém-conquistada "liberdade" da população negra após a Guerra Civil. Embora as correntes da escravidão tivessem sido rompidas, a população negra ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava a violência terrorista de gangues racistas [...] (DAVIS, 2016, p. 85).

Além disso, Davis menciona como a luta por direitos civis para o povo negro era mais urgente do que para as mulheres brancas de classe média, pois os primeiros estavam envolvidos numa luta concreta por libertação, sendo perseguidos, linchados e assassinados por grupos de supremacia branca como a Ku Klux Klan e Cavaleiros da Camélia Branca (2016, p. 189), então essa conquista era uma questão de sobrevivência, enquanto as reivindicações daquelas mulheres eram por questões morais (2016, p. 87).

Essas mulheres abandonaram todas as campanhas abolicionistas e fizeram alianças com organizações e indivíduos abertamente racistas (DAVIS, 2016, p. 89). A princípio, os movimentos de mulheres sufragistas disseminavam o "racismo por conveniência", para não perder o apoio das mulheres do Sul dos Estados Unidos, que defendiam a supremacia branca (DAVIS, 2016, p. 118). Essa abertura, no entanto, foi se ampliando, fazendo com que esse movimento se tornasse o meio mais eficaz para alcançar a supremacia branca, distorcendo as reivindicações de libertação das mulheres, transformando-as em "mães da raça", afastando as possibilidades de conquista dos direitos políticos para a população negra e, ao mesmo tempo, reforçando o estereótipo da mulher branca reprodutora e limitada a atender às necessidades da família. Em 1867, elas já possuíam o apoio de Henry Blackwell (um dos fundadores do Partido Republicano e da American Woman Sufrrage Association), cujo *slogan* era "primeiro a mulher, por último o negro" e em 1893 a Nawsa (Associação Nacional Estadunidense pelo Sufrágio Feminino, presidida por Susan Anthony) lançou uma resolução que excluía oficialmente as mulheres negras e trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 121–122).

Sendo assim, o movimento sufragista feminino não só ignorava as mulheres negras e trabalhadoras, como também era um canal de propagação de discursos racistas e exploratórios. Anthony afirmava: "a grande vantagem que diferencia os operários desta república é que o filho do cidadão mais humilde, negro ou branco, tem oportunidades iguais às do filho do homem mais rico do país."[12]. Essa má compreensão fez com que ela (e as associações de modo geral) acreditasse ser o sexo o único critério para a construção de suas reivindicações, mesmo que isso as fizesse entrar em conflitos constantes com os movimentos abolicionistas e sindicalistas. Ela não percebeu que "[...] o inimigo real [...] era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho." (DAVIS, 2016, p. 148). É nesse sentido que Dias (2020, p. 179) afirma: "A luta pelo voto das feministas brancas, ao assumir um frequente discurso racista, de supremacia branca, para tentar angariar apoio dos capitalistas brancos, colocou-se como uma luta não potente, como uma luta que aprofundou opressões ao invés de superá-las.".

Essas mulheres podem ter encontrado nas lutas abolicionistas um espaço para se expressarem e, a partir daí, começaram a construção de uma luta pela libertação das mulheres, culminando num movimento que servia aos interesses da burguesia branca dos Estados Unidos. Friedan parte do mesmo princípio de autonomização da categoria "mulher", centralizando o problema da ideologia da feminilidade e ignorando as relações que as diferentes opressões sofridas pelas mulheres possuem com as opressões que perpassam as categorias de classe e raça. Ela cita ainda um trecho do célebre discurso de Sojourner Truth, intitulado *E não sou uma mulher?* (1971, p. 85), porém, apenas expor de relance a experiência de algumas mulheres negras não é

[12] Ida Huster Harper, *The Life and Work of Susan B. Anthony*, v. 2 (Indianápolis, [Bowen-Merrill], 1898), citado em Miriam Schneir, *Feminism: The Essential Historical Writings* (Nova York, Vintage, 1972), p. 139-40. (apud DAVIS, 2016, p. 146)

suficiente para modificar todo o direcionamento de sua teoria feminista, que atribui a libertação das mulheres à tomada de consciência individual e à autonomização do movimento feminista, afastando as demandas coletivas.

Apesar de defenderem, de modo geral, a supremacia branca e a exploração de classe, Davis demonstra como havia mulheres brancas verdadeiramente envolvidas com as causas abolicionistas e que demonstravam em suas práticas como era possível concretizar a união dos mais variados grupos de mulheres. Uma delas foi Prudence Crandall, uma professora de Connecticut que combateu ativamente a segregação dentro das escolas, mesmo sofrendo diversos tipos de boicotes da população local (DAVIS, 2016, p. 47). Outro grande exemplo citado por Davis é o das irmãs Sarah e Angelina Grimké que,

> Nascidas em uma família proprietária de escravos da Carolina do Sul, as irmãs Grimké desenvolveram uma intensa aversão à "instituição peculiar" e, quando adultas, decidiram se mudar para o Norte. Unindo-se à luta abolicionista em 1836, começaram a fazer discursos públicos na Nova Inglaterra sobre sua própria vida e seu contato diário com a perversidade da escravidão. (DAVIS, 2016, p. 52–53).

As irmãs Grimké compreendiam a relação dialética entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, pois afirmavam como as mulheres nunca poderiam ser livres enquanto o povo negro não fosse (DAVIS, 2016, p. 56). Elas apontaram continuamente as falhas dos movimentos de mulheres e o racismo presente neles (DAVIS, 2016, p. 68–69). Dias (2020, p. 178) menciona como Davis denomina essa possibilidade de união entre o povo negro e as mulheres brancas como "uma poderosa aliança" (2016, p. 47).

Dessa forma, apesar de todos os conflitos existentes, foi possível constatar a capacidade de algumas mulheres brancas de se envolverem na causa abolicionista de modo verdadeiro. Davis demonstra como isso se deu principalmente no âmbito da educação, afirmando: "Como professoras, as mulheres negras e brancas parecem ter desenvolvido uma profunda e intensa admiração mútua." (2016, p. 115). E em seguida

continua: "A história da luta das mulheres por educação nos Estados Unidos alcançou o auge quando as mulheres negras e brancas comandaram juntas, depois da Guerra Civil, a batalha contra o analfabetismo no Sul." (2016, p. 116). A partir de 1900, com a criação do Partido Socialista nos Estados Unidos, as trabalhadoras começaram a obter maior participação na política, começando a retirar o monopólio dos movimentos das mulheres de classe média, aumentando o número de socialistas e comunistas (DAVIS, 2016, p. 156). Embora se dedicassem aos problemas das mulheres especificamente, foi somente a partir da década de 1930 que as organizações socialistas e comunistas passaram a realmente levar em consideração a importância dos problemas da população negra (DAVIS, 2016, p. 157), com a participação de mulheres como Lucy Parsons, Eva Bloor, Anita Whitney, Elizabeth Flynn e Claudia Jones.

2.3.1 Davis e os principais debates do movimento feminista

Angela Davis fala sobre alguns conflitos frequentes no interior dos movimentos de mulheres no que se refere aos seus principais debates: estupro, direitos reprodutivos, trabalho doméstico e o já citado sufrágio. Esses conflitos eram gerados devido à autonomização do movimento feminista predominante, que não construía debates amplos e unificados contra o racismo e a exploração de classe. Como já foi exposto, as reivindicações das sufragistas foram completamente tomadas por discursos racistas ao surgir o conflito com as reivindicações dos homens negros pelo direito ao voto, além do componente da supremacia de classe ao defender uma espécie de voto censitário. O mesmo ocorreu nos outros debates na medida em que eles eram apropriados e orientados de acordo com os interesses de uma elite étnico-racial e econômica.

No que se refere às campanhas contra o estupro, Davis menciona exemplos de denúncias fraudulentas contra os homens negros, endossando o mito do estuprador negro, como foi o caso de Delbert

Tibbs, que ia ser executado por ser falsamente acusado de estuprar uma mulher branca, fato constatado pela acusação retirada em 1978 (2016, p. 179). A disseminação desse mito, em conjunto com o mito da fragilidade das mulheres brancas, serviu para justificar os linchamentos e condenações realizadas injustamente de uma grande quantidade de homens negros, pois: "Sem dúvida, houve alguns casos de homens negros que estupraram mulheres brancas. Mas o número de estupros que de fato aconteceram era desproporcional às alegações implicadas no mito." (DAVIS, 2016, p. 192). Outro exemplo citado por Davis foi o de um governador da Carolina do Sul, Ben Tillman, que, em 1892, "[...] entregou um homem negro a uma gangue branca, ainda que a vítima do linchamento tivesse sido publicamente absolvida pela mulher branca responsável pela queixa de estupro." (2016, p. 193). Imprimir no homem negro a alcunha de estuprador, além de contribuir para a sua criminalização, serve também como uma forma de proteger os homens brancos da classe capitalista ou média que, devido a sua condição social, permanecem no anonimato e são protegidos dos processos judiciais, mesmo quando cometem delitos como o estupro (DAVIS, 2016, p. 201). É nesse sentido que a luta contra o estupro deve ser norteada não só pela luta contra o sexismo, mas também contra o racismo e a exploração de classe e, mais profundamente, contra o capitalismo, pois "[...] a ameaça de estupro persistirá enquanto a opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser uma muleta essencial para o capitalismo." (DAVIS, 2016, p. 203).

O controle de natalidade e a maternidade voluntária, os quais buscam por métodos contraceptivos e abortos quando necessário, surgiram como uma das principais formas de busca pela emancipação feminina. Entretanto, essa questão também é permeada por problemas de classe e raça. Enquanto os movimentos dominados por mulheres brancas reivindicam somente o direito de escolha individual, não compreendem o que há por trás de todo o mecanismo de controle de natalidade, como nos Estados Unidos, onde muitas mulheres negras e

porto-riquenhas o fazem não por escolha, mas por necessidade: "Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo." (DAVIS, 2016, p. 207). Sendo assim, embora possuísse em seu núcleo uma visão progressista, não abrangia as necessidades das mulheres trabalhadoras, que estavam imersas em questões muito mais fundamentais de sobrevivência econômica.

Com o aumento do controle de natalidade entre as mulheres brancas burguesas e de classe média, uma nova campanha eugenista se iniciou com Theodore Roosevelt, em 1905, afirmando: "a pureza da raça deve ser mantida" (STEINFELD, 1972, p. 212 apud DAVIS, 2016, p. 211) e, por isso, as mulheres negras, imigrantes e pobres deveriam reduzir os números de suas famílias, de modo que "O que era reivindicado como um 'direito' para as mulheres privilegiadas veio a ser interpretado como um 'dever' para as mulheres pobres." (DAVIS, 2016, p. 213). Davis demonstra como foi assim que, em 1932, 26 estados já haviam aprovado leis de esterilização compulsória em pessoas consideradas inaptas para se reproduzirem de modo a eliminar certos grupos da população, resultando numa mudança de direcionamento do movimento de controle de natalidade: "O potencial progressista do movimento foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao controle de natalidade, e sim a estratégia racista de controle populacional." (2016, p. 217). A luta contra a esterilização compulsória, nos Estados Unidos, foi realizada pelas mulheres porto-riquenhas, negras, de origem mexicana e indígena, pois foram as que mais sofreram com essas práticas. Essas reivindicações entram em conflito com os interesses das mulheres brancas burguesas e de classe média, pois elas, diferentemente das mulheres não brancas, possuem o seu direito ao acesso à esterilização dificultado por essas instituições: "Enquanto as mulheres de minorias étnicas são constantemente encorajadas a se tornarem inférteis, as

mulheres brancas de condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças, a se reproduzir." (DAVIS, 2016, p. 223).

No capítulo anterior já foi visto, a partir das pesquisas realizadas por Federici, como as medidas tomadas em relação às capacidades reprodutivas das mulheres quase sempre têm relação com as necessidades de controle populacional impostas pelo capital. Federici demonstra como, já nos séculos XVI e XVII, havia enormes perseguições das mulheres que praticavam abortos devido à diminuição da população provocada pela Peste Negra e pelas crises econômicas e demográficas que ocorreram. Diante do exposto por Federici e por Davis, é possível observar como, tanto a criminalização, quanto a descriminalização do aborto, dos métodos contraceptivos e práticas de esterilização, dependendo de como forem realizados, podem servir não aos interesses das mulheres de realizarem o seu planejamento de vida, mas sim a interesses ligados à reprodução de força de trabalho e a métodos racistas de controle populacional.

Em seguida, Angela Davis argumenta sobre a relação entre trabalho doméstico e sexismo. Nesse momento, Davis ressalta que, historicamente, essas atividades foram distribuídas como obrigações das mulheres, ou "trabalho de mulher" (2016, p. 225), utilizando a mesma argumentação de Silvia Federici sobre como ocorreu a desvalorização desse trabalho, exposta no capítulo anterior. Davis defende, no entanto, que somente redistribuir essas tarefas entre os membros da família não é suficiente, pois elas devem ser integradas num sistema de prestação de serviços pelo Estado, deixando de serem tratadas como um trabalho privado do núcleo familiar, tendo em vista que já possuímos um desenvolvimento tecnológico capaz de suprir essas demandas em larga escala. Sendo assim, afirma ser possível o seguinte cenário: "Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia, poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz [...]" (2016, p. 226). Essa perspectiva, porém,

esbarra nos limites impostos pela própria estrutura do modo de produção capitalista:

> A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente. Uma vez que, em termos de lucro, o resultado seria pequeno, a industrialização das tarefas domésticas – como todas as iniciativas que não geram lucro – é um anátema para a economia capitalista. (DAVIS, 2016, p. 226).

Nesse sentido, para modificar a realidade na qual as mulheres realizam esse trabalho não pago e são submetidas às duplas jornadas, seria preciso modificar também a lógica do modo de produção, que opera segundo a necessidade de obter lucro e busca sempre o achatamento dos serviços públicos.

O estereótipo da "dona de casa", tão citado por Betty Friedan, é uma imagem posta em prática somente pelas mulheres da burguesia e da classe média emergente. A despeito da proliferação dessa ideologia da feminilidade na qual a mulher deve servir à sua família, uma quantidade enorme de mulheres se encontra integrada ao mercado de trabalho com os salários mais baixos, as condições mais precárias e as jornadas mais longas, tendo em vista o acúmulo de jornadas dos empregos formais e do trabalho doméstico (DAVIS, 2016, p. 231). Sendo assim, apesar de serem reais os problemas enfrentados pela mulher que é impelida a cumprir o papel de dona de casa que lhe é imposto, centralizar a questão da integração da mulher no mercado de trabalho – como propõe Friedan – não parece uma boa solução tendo em vista que o próprio mercado de trabalho capitalista já possui os seus enormes problemas fundamentais estruturados pelo modo de produção e, nesse sentido: "[...] dever-se-ia imprimir mais força às lutas por equipamentos de consumo coletivo, tais como creches, pré-escolas, escolas em tempo integral no ensino de primeiro grau, restaurantes a preços módicos, lavanderias populares, etc." (SAFFIOTI, 1987, p. 83–84). Negar o trabalho reprodutivo, como faz Friedan, não

parece ser a melhor alternativa, tendo em vista que eles são estritamente necessários para o funcionamento de qualquer modo de produção. Deve ser realizada, portanto, a socialização dessas atividades a partir dos serviços públicos acessíveis para todas e todos, com instituições de ensino e saúde, lavanderias e cozinhas comunitárias, cuidadores de idosos e pessoas com deficiência, acompanhantes terapêuticos para pessoas com adoecimento psíquico, e todos esses serviços necessários para a reprodução da espécie e que são desempenhados, em sua maioria, pelas mulheres.

Outra solução difundida para o problema do trabalho doméstico por algumas organizações feministas é a remuneração por esse trabalho. Federici, em alguns artigos disponíveis em *O ponto zero da revolução*, defende que, a partir do ponto de vista de uma organização chamada *Wages for Housework* (Salários para o Trabalho Doméstico), as donas de casa fazem parte de um proletariado não remunerado e isso deve ser revertido a fim de oferecer autonomia para as trabalhadoras domésticas e diminuir as hierarquias dentro da classe a partir do seu reconhecimento como trabalhadoras e da sua justa remuneração (FEDERICI, 2019, p. 25). Ela entende que, mesmo o salário não representando justiça social, ele é ainda a medida da exploração do indivíduo, além de ser um contrato feito com o modo de produção capitalista, a única forma de se integrar nele e poder reivindicar melhorias nas condições de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 42). Federici afirma: "[...] trata-se de reivindicar um salário para cada momento que vivemos a serviço do capital." (2019, p. 82), pois essa é uma forma de se apropriar de, pelo menos, uma parte do que o capital se apropriou com o trabalho não assalariado. A autora acredita ser o assalariamento do trabalho doméstico uma forma de "[...] lutar para recusar a reprodução de nós mesmas e dos outros como trabalhadores [...]" (2019, p. 84), entretanto, não parece que isso se efetivaria, pois, mesmo que recebam o salário, a reprodução continuará sendo voltada para o mercado, ou seja, a lógica da reprodução da força de trabalho a serviço do acúmulo de capital permanece. Essa mudança deve alterar, de fato, a dinâmica

da vida das mulheres, mas não parece ser suficiente para revolucionar as bases do modo de produção, pois, apesar de forçar um grande investimento por parte do Estado (podendo demandar alguma mudança estrutural), ela permanece no âmbito privado, na medida em que o trabalho reprodutivo continua a cargo do núcleo familiar, diferente da visão que busca reivindicar a sua socialização, como defende Angela Davis e Heleieth Saffioti.

Federici defende que esse salário deve ser demandado do Estado como sendo um representante do capital, até tornar-se o capital insustentável do ponto de vista econômico. O sistema de remuneração pelo trabalho doméstico já existe, mas apenas no formato no qual um indivíduo é contratado por outro para executar esses serviços, voltado principalmente para as mulheres negras, imigrantes e pobres. No caso dessas mulheres, inicialmente, elas deveriam receber dois salários: um salário referente ao seu trabalho contratado por terceiros e outro referente ao trabalho exercido no interior da sua própria família. Para Federici, esse assalariamento, no entanto, é somente um ponto de partida para forçar o capital a remunerar as pessoas por todo o trabalho do qual ele se beneficia, sobrecarregando a estrutura capitalista que busca sempre pagar o mínimo possível para, então, rompê-la. Entretanto, essa remuneração parece ainda ser uma solução individual (pois cada mulher é remunerada individualmente e somente a sua própria família se beneficia com os seus serviços) e, por isso, para romper com a lógica do capital, parece ser mais eficaz a ampliação dos serviços públicos a partir da socialização do trabalho reprodutivo, pois todos se beneficiariam simultaneamente (com a participação nesses serviços e com a sua utilização), além de conter em si também a ideia de justa remuneração pelo trabalho e a criação de bens públicos.

Além disso, percebemos, ao observar as condições das trabalhadoras remuneradas, como a sua remuneração não fez com que elas fossem mais valorizadas, pois, mesmo com as suadas conquistas de direitos, muitas continuam trabalhando em regime de semiescravidão, submetidas a jornadas muito extensas, recebendo

baixos salários, além de ser uma categoria constantemente submetida à informalidade. Isso ocorre porque o racismo, a xenofobia e a exploração de classe são, juntos ao sexismo, elementos que sustentam a economia capitalista e tornam natural que o trabalho de mulheres negras, imigrantes e pobres (que ocupam a maior parte do mercado de serviços domésticos) seja desvalorizado e intensamente explorado. Nesse caso, a desvalorização é uma consequência do racismo, xenofobia, sexismo e da exploração de classe e, para resolvê-la, não basta apenas reivindicar a valorização desses serviços ou remunerá-los, mas sim atacar as causas da desvalorização: os elementos citados e que estruturam o modo de produção. Ter as suas atividades reconhecidas como trabalho, receber salários e poder lutar por melhores condições é fundamental e necessário, porém, sabemos que, na prática, as trabalhadoras domésticas são ainda as mais desvalorizadas, mesmo que possuam remuneração. É nesse sentido que Angela Davis afirma:

> O Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas parte do princípio de que, se as mulheres forem pagas para ser donas de casa, elas consequentemente gozarão de uma condição social mais elevada. Uma história bem diferente é contada pelas antigas lutas das trabalhadoras domésticas remuneradas, cuja condição é mais miserável do que a de qualquer outro grupo profissional no capitalismo. (2016, p. 240).

Ou seja, a luta por melhores condições para o trabalho doméstico representa um caminho necessário para que as mulheres vivam melhor, no entanto, é preciso também ir além disso para interferir na estrutura da organização social, pois as trabalhadoras continuam submetidas às opressões intensificadas pelo mercado capitalista e, consequentemente, a um regime de grande exploração. Retomando, a desvalorização não ocorre somente devido à ausência de salários para as donas de casa, mas, ao contrário, a ausência de salários (bem como a precariedade de condições de trabalho e de salários, quando eles existem) é consequência de um sistema baseado no racismo, xenofobia,

sexismo e preconceito de classe que inferioriza determinados grupos e os mantém em atividades igualmente inferiorizadas.

Portanto, a remuneração das tarefas domésticas, mesmo sendo realizada pelo Estado (e não pela esfera privada), apesar de poder ser uma forma de reconhecimento da importância desses trabalhos, é ainda uma saída na qual o trabalho reprodutivo permanece escondido no âmbito privado, na medida em que as famílias se beneficiam privadamente de suas medidas. Além disso, se a ideia de o Estado remunerar as mulheres pelas suas atividades domésticas pode gerar alguma força contrária ao movimento do capital, então socializá-las e atribuí-las como função do Estado deve gerar uma força muito mais intensa, pois pressupõe a pressão sobre a ampliação dos serviços públicos (e, consequentemente, uma mudança estrutural nas instituições pois os serviços públicos geralmente vão na contramão do mercado capitalista) e ainda contém a perspectiva de tornar esse trabalho remunerado, pois a socialização também pressupõe a remuneração. Sendo assim, parece mais interessante a perspectiva de Davis (e Saffioti, como será visto no próximo capítulo) de socialização das atividades domésticas, de modo que sejam criadas instituições a desempenharem as funções realizadas atualmente pela dona de casa, pois, ao exigir mais do poder público (a perspectiva de Federici exige bastante do poder público, mas a de Davis e Saffioti exige ainda mais, além de repensar a forma de oferecer esses serviços, criando bens públicos), é possível realizar uma pressão maior no modo de produção capitalista, uma vez que "[...] pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia" (DAVIS, 2016, p. 244).

2.4 Como o pensamento de Friedan pode sustentar uma agenda neoliberal

A crítica de Friedan sobre a cultura que delega às mulheres o trabalho doméstico gira em torno da desvalorização desse trabalho quando ela afirma que ele "[...] é não só incessante, como de tipo para o qual a sociedade contrata indivíduos e grupos de baixa categoria.

Qualquer pessoa que tenha bons músculos e um mínimo de cérebro é capaz de executar esses trabalhos manuais." (1971, p. 187). Esse posicionamento é elitista e preconceituoso na medida em que afirma ser o trabalho doméstico atribuição de seres inferiores que não têm a capacidade de conquistar uma melhor posição no mercado. Em outro momento fala também que "Talvez isso seja apenas uma sociedade doente ou imatura que escolhe tornar as mulheres 'esposas donas de casa' e não pessoas." (FRIEDAN, 2020, p. 289), reforçando ainda mais essa posição assumindo as trabalhadoras desses serviços como não pessoas. De fato, é importante que as mulheres possam desempenhar as mais variadas funções na sociedade, entretanto há de se observar que os serviços domésticos possuem grande importância na manutenção de qualquer estrutura social, pois envolve a produção e reprodução da vida dos indivíduos.

Friedan questiona, também, "Pergunto a mim mesma se os desafios e as oportunidades para a economia americana não residirão, a longo prazo, em deixar a mulher evoluir, em vez de enganá-la com soros de juventude [...]" (1971, p. 199). Esse argumento serve para explicitar, além da visão da autora de que as mulheres podem produzir grandes contribuições para a sociedade, também a visão que afirma ser importante a inclusão da mulher no mercado de trabalho como uma estratégia para fortalecer a economia estadunidense, aumentando a concorrência em relação aos homens e supostamente criando serviços mais qualificados. Porém, Betty parece não perceber que o modelo de dupla função da mulher já é o mais adequado para alimentar a "economia americana" (não só a economia estadunidense se beneficia com isso), pois além de mantê-la no mercado em empregos mal remunerados, a mantém também desempenhando uma função que não custa nada ao capital. Esse modelo não é um obstáculo para a economia capitalista, é, ao contrário, uma ferramenta para a sua evolução, pois promove uma maior acumulação de capital.

Seguindo essa mesma linha de defesa da economia estadunidense, Federici cita a NOW (Organização nacional para mulheres), fundada

por Betty Friedan e que, nos anos 1970, fizeram campanha pela igualdade de gênero nas Forças Armadas, defendendo o direito de mulheres participarem ativamente nos combates pelos Estados Unidos. A isso, Federici responde: "Se isso é feminismo, não sou feminista, porque não quero ajudar a política imperialista dos Estados Unidos e, talvez, morrer no processo. A luta pela igualdade de direitos, neste caso, prejudica a luta que homens estão fazendo para recusar o recrutamento." (2019, p. 127).

Além disso, Silvia fala que entre os anos 1980 e 1990 deu-se início a um processo de globalização (2019, p. 139), cuja reestruturação da economia mundial resultou numa nova divisão internacional do trabalho (NDIT), fazendo com que as mulheres de continentes de periferia (África, Ásia e América Latina) sejam ainda mais exploradas pelo capital internacional, "[...] produzindo trabalhadores para as economias locais e [para] os países industrializados, além de mercadorias baratas destinadas à exportação." (2019, p. 140). Isso ocorreu porque as multinacionais precisaram transferir suas unidades industriais para países que se encontram na periferia do capital, pois nos países de centro as lutas sindicais estavam se fortalecendo, criando as chamadas Zonas de Livre Comércio: "A razão de ser das ZLC [Zona de Livre Comércio] é criar um ambiente de trabalho onde a mão de obra não tenha absolutamente nenhum direito." (2019, p. 144). Essas mulheres trabalham jornadas extensas, em condições insalubres e recebendo menos de um salário. Em alguns casos, elas são trancadas no ambiente, de modo que, em 1985, muitas morreram na cidade do México com a destruição das unidades industriais provocada por um terremoto, pois não conseguiram sair do local (2019, p. 144). Isso significa que, para os países de centro do capital, é importante que os países de periferia não tenham direitos trabalhistas bem definidos, pois assim podem se beneficiar com as Zonas de Livre Comércio.

A partir da década de 1980, portanto, já era disseminada a noção na qual a acumulação de capital em larga escala, junto aos ajustes estruturais propostos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário

Internacional (FMI), iria provocar uma redistribuição de riquezas, diminuindo a disparidade entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundo[13]. Entretanto, o que ocorreu foi somente a universalização do modelo neoliberal, destruindo de vez o que ainda restava da economia de subsistência, formando um "[...] proletariado mundial desprovido de meios de reprodução [...]" (2019, p. 146). Isso é o que Federici chama de "novos cercamentos" (2019, p. 163), nos quais as terras de uso comum são privatizadas para a exploração em prol da acumulação de capital, como ocorreu na África na década de 1980, que ainda possuía um modelo de terras comunais. Nesse caso, o ajuste estrutural surgiu com a promessa de aumentar a produtividade e permitir a integração da África no mercado global, porém, o que ocorreu foi a exploração mineral e a produção de uma agricultura que não atende às demandas internas, pois é voltada somente para exportação (FEDERICI, 2019, p. 166), gerando grande aumento nos índices internos de pobreza. Os programas do Banco Mundial e FMI, como a liberalização econômica, desmantelaram as indústrias nacionais dos países de Terceiro Mundo ao inserir nesses países a importação de produtos estrangeiros, com os quais as indústrias locais não eram capazes de competir (FEDERICI, 2019, p. 148), gerando a dependência pelos alimentos importados e, consequentemente, boicotando a capacidade do país ser independente política e economicamente (2019, p. 176).

Os ajustes estruturais impostos pelo Banco Mundial e FMI aos países da África, Ásia e América Latina, consistem, em resumo, em "Cortes massivos no gasto público em serviços sociais, desvalorizações cambiais contínuas e congelamento de salários [...]" (FEDERICI, 2019, p. 146), levando-os a altos índices de pobreza e trabalho semiescravo. Federici afirma que isso instaurou um *apartheid* global, de modo que o Terceiro Mundo passou a representar um espaço no qual os países do

[13] O mesmo argumento foi utilizado nos primeiros cercamentos na Inglaterra, quando afirmaram que a privatização iria aumentar a produtividade e o povo iria se beneficiar, o que não ocorreu, como foi exposto no capítulo anterior.

centro do capital podem colher, à vontade, mão de obra e recursos naturais a serem submetidos à superexploração. O sistema de imigração serve para mantê-los na ilegalidade e, assim, manter os trabalhos como informais e os salários mais baixos: "A desvalorização social e política dos imigrantes possibilita usá-los para conter as demandas da classe trabalhadora local." (FEDERICI, 2019, p. 150).

É nesse sentido que os países centrais do capital (Europa e Estados Unidos) se beneficiam com a imigração, trazendo para as mulheres da periferia do sistema a ilusão de que estão se integrando na economia internacional e que essas políticas de incentivo à migração irão auxiliar no desenvolvimento do Terceiro Mundo. Foram essas políticas que provocaram grande migração feminina na década de 1990 no setor de serviços e de trabalho doméstico. Dessa forma, o Banco Mundial e FMI "[...] forneceram os instrumentos para que os governos da Europa, Estados Unidos e do Canadá resolvessem a crise do trabalho doméstico, que se encontrava na origem do movimento feminista, e 'liberaram' milhares de mulheres para o mercado de trabalho." (2019, p. 153), pois encontraram outro grupo para desempenhar essa função a um baixo custo. Isso significa que um país situado no centro do capital é capaz de ser mais igualitário internamente, uma vez que se desenvolve às custas dos países de periferia: "O emprego de capitais na periferia do sistema canaliza para seu centro a 'mais-valia internacional', possibilitando uma redistribuição menos injusta de sua renda nacional, propiciando, enfim, a constituição do Estado de bem-estar social." (SAFFIOTI, 2013, p. 193), enquanto as áreas perifericamente situadas na estrutura internacional são mantidas num nível de subdesenvolvimento social e econômico.

O mesmo ocorre com a maternidade, na qual práticas como "A barriga de aluguel, tal como a adoção, permite às mulheres dos países capitalistas 'avançados' ter um filho sem interromper sua carreira ou arriscar sua saúde." (FEDERICI, 2019, p. 155), criando o tráfico internacional de crianças, movimentando milhões de dólares a partir da exploração da reprodução das mulheres do Terceiro Mundo. Tais

práticas possuem a aprovação do Banco Mundial e FMI "[...] posto que esse comércio serve para corrigir 'excessos demográficos' e está de acordo com o princípio de que as nações endividadas devem exportar todos os seus recursos, desde florestas a seres humanos." (FEDERICI, 2019, p. 155). Federici cita também a indústria do sexo, e usa a Ásia como exemplo (Tailândia, Coreia do Sul e Filipinas) para demonstrar como há uma "clientela" internacional que crê serem esses locais suas áreas de livre recreação (2019, p. 155). Há também o tráfico das chamadas "noivas por correspondência", em que as mulheres do Sudeste Asiático e América do Sul são vendidas por catálogos para homens dos Estados Unidos (FEDERICI, 2019, p. 156).

Federici, em resposta a essa terrível realidade, questiona: "O governo dos países da Ásia ou da África dispõe de recursos para melhorar a condição das mulheres quando o Banco Mundial e o FMI os pressionam a cortar todas as despesas e a adotar os mais estritos programas de austeridade?" (2019, p. 158). Esse questionamento nos faz ver como boa parte dos males dos países de Terceiro Mundo são consequências das medidas tomadas pelas maiores instituições financeiras, comandadas pelos países de Primeiro Mundo. É nesse sentido que, para alcançar a tão desejada igualdade, é preciso realizar uma crítica ao capital internacional e como ele está sempre mantendo as relações de colonização com os países que se encontram na periferia do capital, e por isso: "[...] as desigualdades existentes entre as mulheres em nível internacional também afetam as políticas do movimento feminista." (2019, p. 159), uma vez que são as feministas dos países de centro que desenvolvem as agendas do movimento nas conferências globais, pois têm acesso aos meios necessários para fazê-lo.

Num artigo escrito em 2000, intitulado "*Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista*", Federici demonstra como a Organização das Nações Unidas (ONU) se apropriou dos debates feministas e, com o apoio do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e

grandes empresas como a *Apple*, *Samsung Electronics* e muitos outros grupos empresariais no fórum das ONGs em Pequim em 1995, modificaram os direcionamentos das lutas feministas, de modo que não entrassem em conflito com a agenda neoliberal (2019, p. 243). Isso foi facilitado em decorrência da "[...] existência de correntes liberais no seio do movimento de mulheres, que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à 'igualdade de oportunidades' no sistema econômico existente [...]" (FEDERICI, 2019, p. 240). Ou seja, as mesmas agências financiadoras dos eventos e ações da ONU são aquelas que impõem ajustes estruturais que destroçam a vida das mulheres e de suas comunidades do Terceiro Mundo: "[...] políticas contra as quais a ONU nunca se opôs e nunca criticou." (FEDERICI, 2019, p. 244). Nesse sentido, "O que a ONU conseguiu foi neutralizar o movimento pela libertação das mulheres e incorporá-lo a seu programa político como uma vitrine para seu projeto de 'democratização'." (FEDERICI, 2019, p. 244), diluindo um debate potencialmente revolucionário na busca por liberdade individual e igualdade com os homens dentro da estrutura capitalista já posta, retirando os debates que ferem o avanço do capital internacional, como a coletivização dos meios de produção.

Sendo assim, apesar de defender a igualdade de gênero no que se refere à saúde e educação, a Plataforma de Ação de Pequim da ONU, realizada em 1995, não combate as medidas de ajuste estrutural que cortam os investimentos públicos nessas áreas nos países de Terceiro Mundo, de modo que saúde e educação passam a ser serviços raros tanto para homens quanto para mulheres desses países (FEDERICI, 2019, p. 247). Isso significa que a liberdade e igualdade defendida por essas instituições se enquadram somente em parâmetros formais, ou seja, a liberdade e a igualdade jurídica permitida pelo modo de produção capitalista de poder vender e comprar mercadorias. Com isso, percebemos que a luta pelos direitos das mulheres vai muito além da mera busca por igualdade formal no mercado de trabalho e na cultura, pois há mecanismos mais profundos estruturados no modo de

produção que geram todas essas opressões e não permite a sua superação.

2.5 Individualização de uma problemática estruturada pelo modo de produção

A atenção do feminismo liberal de Betty Friedan está sempre voltada para as mulheres individualmente, e nunca à estrutura social, política e econômica que as constrói. Em certo sentido, traz para o debate político questões que eram escondidas no ambiente privado, porém, em suas resoluções, permanece na superfície, não encontrando as profundas raízes desses fenômenos. Apesar de mostrar como a educação (familiar e escolar) e as mídias (televisão, revistas, jornais, etc.) influenciam diretamente na construção da feminilidade, não se aprofunda no que demanda que essas mídias e instituições sejam construídas dessa forma, sem expor os fundamentos desse sistema de controle, do qual o modo de produção capitalista é determinante no processo de criação. Com isso, atribui a causa do problema à desigualdade entre homens e mulheres (quando na verdade a desigualdade entre homens e mulheres é a consequência de um modo de produção desigual em suas bases) e, portanto, para ela basta que essas mulheres construam suas próprias carreiras para se libertarem:

> Nossa sociedade força os meninos, até onde consegue, a crescer, a enfrentar as dores do crescimento, a buscar formação educacional para o trabalho, a seguir em frente. Por que as meninas não são forçadas a crescer, a alcançar de algum modo sua essência individual, que irá acabar com esse dilema desnecessário, a escolha equivocada entre feminilidade e humanidade subjacente na mística feminina? (FRIEDAN, 2020, p. 378).

Quando fala em construir uma carreira, se refere à mobilidade social existente no modo de produção capitalista que, segundo a autora da mística, não é acessível às mulheres por elas se manterem presas ao ambiente doméstico. Assume, portanto, a posição de que as mulheres devem encontrar sua liberdade a partir da ascensão social dentro da lógica competitiva capitalista. Friedan parece esquecer que muitas mulheres já se encontram nas condições em que a mulher dominada

pela mística busca se incluir, integradas ao mercado de trabalho. Essa escolha não existe para as mulheres trabalhadoras, elas "constroem sua carreira" por necessidade de contribuir para a renda de sua família, sendo ainda a camada mais explorada nesse contexto. Assim, parece estranho afirmar que a solução para a libertação das mulheres é somente a sua incorporação ao mercado de trabalho, quando boa parte da população feminina está sendo oprimida e explorada sob esses mesmos princípios. Além disso, Saffioti (2013, p. 436) acrescenta que "A ideologia do êxito pessoal é amplamente usada nas sociedades de classes para desviar a atenção das pessoas da estrutura social e das severas limitações que ela impõe a determinadas classes sociais.", de modo a ensinar aos indivíduos que a sua ascensão individual é um importante elemento na transformação das condições da classe como um todo, o que já se verificou ser uma concepção errônea.

A autora incorpora as ideias propagadas pelo capitalismo de que as atividades domésticas são inferiores e que a mulher possui valor e subjetividade somente na medida em que se integra ao mercado de trabalho. Além disso, comete o erro de comparar o trabalho doméstico aos campos de concentração nazistas (FRIEDAN, 1971, p. 262), afirmando não serem as torturas e trabalhos forçados os fatores a destruírem os/as prisioneiros(as), mas sim a perda de suas identidades humanas que, segundo a autora, é condição semelhante à da dona de casa estadunidense. Essa comparação não leva em consideração a extrema diferença de poder sendo empregado em cada caso e que nos campos de concentração as pessoas são sequestradas, vivem em condições subumanas em ambientes insalubres com trabalhos forçados, são torturadas e estão sempre sob a ameaça de serem assassinadas. A dona de casa estadunidense, apesar de todas as imposições que sofre, não está sujeita a essas condições.

A autora cita uma história na qual uma mulher (anteriormente dançarina) estava na fila da câmara de gás e foi incumbida por um

oficial da SS[14] a dançar para ele e, ao fazer isso, a mulher encontrou uma oportunidade e o abateu. A partir disso, Friedan cita uma análise feita por Bruno Bettelheim (1960, p. 265, apud FRIEDAN, 2020, p. 383–384) de ser esse o momento em que, ao assumir uma postura ativa, ela deixou de ser uma prisioneira despersonalizada e, ao resgatar sua individualidade (sua por escolha), foi capaz de libertar a si mesma. Em seguida, ela foi assassinada pelos outros oficiais, mas para Betty e Bruno o importante nesse momento é o simbolismo da sua ação, caracterizando-a como indivíduo livre, mesmo que presa numa câmara de gás. Essa história é uma metáfora para afirmar que, para acabar com as opressões, basta as mulheres se rebelarem e construírem sua autonomia, ou seja, não é um sistema político-econômico que precisa mudar, mas são as mulheres, cada uma delas, que devem conquistar a liberdade a partir de seus próprios esforços. Apesar do grande impacto gerado na vida das mulheres pela tomada de consciência e pela sua capacidade de se recusar a viver como lhe impõem, essas conquistas devem ser realizadas coletivamente visando mudanças reais no modo de produção capitalista, e não por algumas mulheres individualmente. Essa perspectiva defendida por Betty Friedan, além de não ser suficiente para a libertação das mulheres de todas as classes e etnias, reforça a ideia de ser possível se libertar das opressões independente das condições materiais e históricas em que se encontram, somente a partir da vontade individual, sem modificar diretamente essas condições.

Para transformar essa realidade na qual a personalidade das mulheres é desperdiçada, Friedan afirma que elas devem poder conquistar "[...] a afirmação individual da existência e potencialidade de um ser em seus direitos [...]" (1971, p. 267) e passar a cultivar uma personalidade dominante, permeada de autoconfiança, segurança de si e ausência de timidez para construir uma personalidade forte e poder levantar a voz quando necessário. É no trabalho que a mulher deve

[14] Organização paramilitar ligada ao partido nazista.

encontrar, segundo Betty Friedan, a resolução desses problemas. Mais do que isso, ela afirma que o homem moderno também se encontra nessa situação, devido aos avanços tecnológicos. Afirma: "Isso pode ser visto mais claramente em nossa própria sociedade abundante; os homens não precisam mais trabalhar o dia todo para comer. Eles têm uma liberdade sem precedentes para escolher o tipo de trabalho que realizarão; também têm uma quantidade de tempo sem precedentes [...]" (FRIEDAN, 2020, p. 416). Ela parece estar correta se estiver se referindo aos homens burgueses, mas deve estar errada se estiver se referindo à sociedade de modo geral, pois, como já foi observado por Marx, o avanço tecnológico no modo de produção capitalista não diminui o tempo de trabalho dos trabalhadores (a diminuição das jornadas é fruto das lutas comunistas), pois serve apenas para aumentar a produção e gerar mais mais-valor (MARX, 2013, p. 435). E a partir desse pensamento, Friedan afirma: "O trabalho pode ser agora considerado a solução do problema sem nome." (1971, p. 288). A completa integração da mulher no mercado de trabalho deve, sim, ser reivindicada, e isso faz parte também dos debates de algumas feministas marxistas, como Ana Montenegro (1981, p. 56), que defende essa integração, não como um fim em si mesmo, mas sim como um meio de tornar-se independente em relação ao homem e, participando ativamente do progresso social, possibilitar a formação de uma consciência social e de classe. Ou seja, essa reivindicação, para a marxista, não se encerra em si mesma, mas deve estar sempre atrelada à supressão da exploração e alienação provocadas pelo trabalho nos moldes capitalistas.

Sendo assim, para a autora, para não serem engolidas pela mística, é preciso que essas mulheres a neguem. Isso não significa abandonar seus maridos e filhos(as), mas sim que eles deixem de ter controle total sobre a sua vida. Cita dois grandes passos para essas mulheres atingirem a emancipação. A princípio, devem se apropriar de todos os equipamentos que facilitem o trabalho doméstico para sobrar mais tempo e poderem realizar outras atividades de seu interesse, pois

"O primeiro passo nesse plano é enxergar o trabalho doméstico pelo que ele é: não uma carreira, mas algo que deve ser feito tão rápida e eficientemente quanto possível." (FRIEDAN, 2020, p. 434). Por isso devem negar tudo que lhe é oferecido pelas mídias de massa (revistas, jornais, televisão etc.) e não permitir que dominem suas escolhas sobre como realizar essas atividades. O segundo passo seria modificar a relação com o casamento e com a maternidade e retirar o poder que essas duas instâncias exercem sobre a sua vida.

Essas transformações devem ser permanentes e perpassar todos os âmbitos da vida da mulher e por isso não basta oferecer momentos de folga, pois eles não são suficientes para a mulher refazer toda a sua vida. Entretanto, para a autora não se trata também de simplesmente arranjar um emprego, mas sim de realizar algo de acordo com suas capacidades e desejos, para que possa construir sua vida de modo criativo (FRIEDAN, 2020, p. 437). Em seguida, acentua: "[...] centenas de donas de casa talentosas e cultas iludem-se sonhando que poderiam ser escritoras ou atrizes, fazendo tentativas amadorísticas de arte e música, ou procurando empregos de recepcionistas, balconistas, tarefas muito inferiores à sua verdadeira capacidade." (FRIEDAN, 1971, p. 298). Dessa forma, não são somente os trabalhos domésticos que, para a autora, não são dignos dessa mulher a qual ela se refere, mas também todos aqueles de baixa remuneração e/ou baixo prestígio social, são empecilhos para o seu progresso. Ela deve ser, segundo Friedan, uma mulher com uma carreira profissional, ocupando posições de poder. Porém, essa busca, dentro dos limites do modo de produção capitalista, gera somente a ascensão de um grupo seleto de mulheres e uma maior exploração de outros grupos. Além disso, essa perspectiva se rende ao discurso meritocrático de que, independentemente das circunstâncias materiais do indivíduo, ele pode transpor todas as barreiras com um mínimo de ajuda externa e alcançar todos os seus objetivos unicamente a partir de seus próprios esforços, sem mudanças na estrutura econômica. É nesse contexto que Avital H. Bloch (2013, p. 93–94) afirma que Betty Friedan pode ser

qualificada como uma líder do "feminismo liberal moderado", pois, apesar de levantar pautas sobre o trabalho das mulheres, não realiza uma crítica sobre o modo de produção capitalista e, por isso, não reivindica mudanças profundas, mas somente a igualdade formal em relação aos homens a partir de reformas no interior das instituições existentes.

A autora cita uma série de programas governamentais e de universidades que ajudam a custear os estudos da dona de casa. Esses programas, apesar de serem muito interessantes, beneficiam somente esse grupo muito restrito de mulheres que já possuem a subsistência da sua família garantida. Cita um programa nacional em que "Os estudos seriam custeados de modo que ela pudesse sair de casa e internar-se num colégio desocupado durante o verão." (FRIEDAN, 1971, p. 318), entretanto, nem todas as mulheres podem deixar sua família durante semanas para estudar, pois também participam na obtenção da subsistência para a família. É importante que existam esses programas, porém, também é importante que eles sejam formados de modo a poder abranger diferentes classes e grupos étnico-raciais.

"Precisamos de uma remodelação drástica da imagem cultural de feminilidade que permita às mulheres amadurecer, obter uma identidade, tornar-se completa, sem conflito com a realização sexual." (FRIEDAN, 2020, p. 459). Com isso, Friedan reitera o que já foi dito no decorrer de todo o livro, de que a libertação da mulher se limita às mudanças culturais nas quais ela irá empreitar uma jornada em busca de sua própria identidade. Nesse sentido, para Friedan, modificar o pensamento e o comportamento das mulheres a partir da transformação da cultura é suficiente para atingir a finalidade da libertação, mesmo que essa cultura seja totalmente direcionada por um modelo político e econômico fundado na desigualdade e opressão. Essa perspectiva resgata um debate político – que não pode prescindir de uma análise materialista-histórica – e o transforma num debate moral, focado nos aspectos subjetivos, o que não significa serem esses

aspectos irrelevantes, mas sim que eles são insuficientes para realizar uma análise completa e profunda sobre a questão feminista.

3

O feminismo marxista de Saffioti

3.1 Introdução

A ideia central do pensamento de Heleieth Saffioti, socióloga e feminista brasileira, é de que o feminismo não pode ser um movimento autônomo, ele deve estar vinculado à crítica da economia política do modo de produção capitalista, pois ele se desenvolve em uma relação que nega o sujeito humano na medida em que afirma o sujeito capital, de modo que "[...] o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização." (MARX, 2013, p. 230), ou seja, a valorização do valor (lucro) ocorre em função de si mesmo, acima de todas as necessidades humanas. Isso será exposto, principalmente, em sua tese de doutorado orientada pelo grande sociólogo Florestan Fernandes, *A mulher na sociedade de classes* (GONÇALVES, 2013, p. 12).

Antes de adentrar nas ideias de Saffioti, é importante perceber que nem toda a tradição de autores(as) marxistas compreendem as opressões como algo estruturante no modo de produção capitalista. É comum a afirmação de que a tendência do capitalismo é anular as desigualdades de raça e classe, sustentada na argumentação de que as identidades são apagadas em prol da igualdade formal de indivíduos prontos para vender a sua força de trabalho, pois todos e todas são capazes de contribuir para a acumulação de capital do seu empregador. Nesse caso, somente o fim da exploração de classe seria capaz de destruir esse sistema, e as opressões que perpassam raça e gênero, por exemplo, são meros acessórios. Ellen Wood (2003, p. 227) denomina raça e classe como "bens extra-econômicos", pois, segundo ela, o modo de produção é capaz de sobreviver frente à relativa igualdade de ambos. Ainda assim, Wood entende que o capitalismo utiliza o racismo e o sexismo para criar subclasses, mas, apesar disso, afirma: "[...] o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial ou

opressão de gênero [...] a exploração capitalista pode, em princípio, ser conduzida sem preocupações com cor, raça, credo, gênero, ou com a dependência de desigualdade ou diferença extra-econômica [...]" (2003, p. 229). Ela afirma que isso ocorre devido a aparente separação entre a esfera política e a esfera econômica, e a desvalorização dos chamados bens extra-econômicos, de modo que eles passam a ser mais facilmente distribuídos (WOOD, 2003, p. 236).

A afirmação de Wood não parece ser correta quando recordamos que, sem a acumulação primitiva, o modo de produção capitalista não haveria se consolidado, pois esse processo teve em suas bases o assassinato de mulheres e a escravização das populações originárias de África e América. Além disso, vimos também que essas subclasses criadas são necessárias para a manutenção do modo de produção mesmo após a sua consolidação, na medida em que é preciso haver um exército de reserva para manter os salários baixos e as jornadas extensas, além de grupos predestinados a receber os salários mais baixos e condições mais insalubres. Essa distribuição de papéis na produção estrutura o modo de produção, não é algo externo a ele, ou seja, faz parte de sua estrutura a criação de diferentes estratos dentro da classe trabalhadora, de modo que alguns ocupam melhores posições, outros ocupam cargos desvalorizados e outros, ainda, transitam pelos diferentes níveis da superpopulação relativa (exército de reserva). Assim, não é só que o capitalismo se aproveita das opressões, mas sim que precisa delas para se manter em equilíbrio.

Outro aspecto a ser ressaltado é o incentivo à integração no mercado de trabalho. Vimos no primeiro capítulo como, nesse modo de produção, há uma certa mobilidade social em relação ao modo anterior, principalmente nas camadas da superpopulação flutuante e latente, fazendo com que determinados grupos sejam periodicamente afastados ou absorvidos pelo mercado de acordo com a sua necessidade. No capítulo 2 vimos que a vida das mulheres dos estratos médios nos EUA passou por várias mudanças nesse sentido, quando foram absorvidas no mercado de trabalho durante a Segunda Guerra

Mundial devido à necessidade do mercado de ocupar os postos deixados para trás pelos homens que foram para a guerra. Quando os homens retornaram, foi necessário realizar a campanha ideológica que alimentou o mito da feminilidade (a mística feminina) para afastá-las dos postos que estavam ocupando e fornecê-los de volta aos homens. Esse é somente um exemplo de como os diversos tipos de desigualdade são necessárias a fim de manter esse modo de produção, demonstrando como é possível lançar campanhas ideológicas capazes de justificar e pôr em marcha o afastamento ou absorção de determinados indivíduos de acordo com as demandas do mercado capitalista.

Apesar dessa relativa mobilidade social (comandada pelo mercado), vimos também que o capitalismo é capaz de se apropriar dessas lutas (de igualdade de raça e gênero, por exemplo) e diluir suas ideias de modo a não interferirem no funcionamento do modo de produção, eliminando o fator da luta de classes e a crítica à economia política desses debates. Isso ocorre devido à necessidade de anular a potência revolucionária dessas lutas, uma vez que permite somente a emancipação dentro de alguns limites (no caso das mulheres, é possível a emancipação parcial somente daquelas que são brancas e pertencem aos estratos médios), trazendo ainda a ilusão de serem lutas revolucionárias, quando na verdade somente permitem melhorias na vida de alguns indivíduos sem realizar nenhuma mudança estrutural e, muitas vezes, sob a condição de piorar a vida de outros indivíduos que serão acionados para suprir certas demandas, como ocorre com o exemplo citado no capítulo anterior em relação ao trabalho dos/das imigrantes.

Sendo assim, Wood acerta quando (2003, p. 232) afirma não ser possível realizar uma transformação social profunda apenas com essas lutas isoladamente, sem estarem atreladas à luta anticapitalista, mas não acerta quando afirma que o capitalismo ignora as diferenças extra-econômicas (2003, p. 231) e, sobretudo, não acerta ao encaixar essas diferenças nessa categoria, pois elas não são externas à esfera

econômica. Assim, os grupos mais explorados são aqueles que, historicamente, já se encontravam numa posição de inferioridade, ou seja, o modo de produção capitalista se utiliza das opressões já existentes em sociedades pré-capitalistas para se consolidar e estabelecer os critérios de sua reprodução, pois é mais provável obter sucesso na opressão de grupos que já se encontravam numa condição vulnerável do que mobilizar novas forças para criar novas formas de inferiorização. A emancipação parcial de alguns indivíduos, por sua vez, ocorre somente na medida em que respeita os limites criados pelo próprio modo de produção, não permitindo, portanto, a emancipação da população como um todo.

3.2 As mulheres e o mercado de trabalho

Como foi exposto no primeiro capítulo, as desigualdades já existentes são acentuadas no modo de produção capitalista devido à separação entre valor de uso e valor de troca (resultando numa produção voltada para o mercado e não para a subsistência), bem como devido ao aprofundamento da divisão social e sexual do trabalho. Isso ocorre junto à criação de *status* de igualdade e liberdade jurídica entre os indivíduos, fazendo parecer que as únicas diferenças existentes são econômicas e que elas variam de acordo com suas capacidades individuais, uma vez que todos os indivíduos são formalmente livres para vender sua força de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 54).

Apesar dessa igualdade e liberdade jurídica, nem todos são inclusos da mesma forma no sistema competitivo:

> Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um aliviamento simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (SAFFIOTI, 2013, p. 58–59).

Isso significa que certas categorias são utilizadas para justificar desigualdades necessárias para a harmonia do sistema econômico. A

crença de que alguns grupos são naturalmente inferiores serve para sustentar a aparência de que esses indivíduos não possuem a capacidade de se realizarem nessa ordem social, mascarando o fato de ser a própria ordem social a não permitir que eles desenvolvam amplamente todas as suas potencialidades. Essas marcas sociais, apesar de serem também derivadas de uma herança histórica e cultural, estão longe de se resumirem a isso. É nas relações de produção que deve ser encontrada a principal explicação da estruturação e manutenção dessas marcas que hierarquizam a sociedade, pois, mais do que resquícios de um passado, são elementos continuamente sustentados e renovados pela sociedade de classes. A desigualdade, sendo um aspecto necessário para a permanência da sociedade de classes, deve estar sempre criando e mantendo grupos a serem subalternizados e, mesmo numa situação hipotética na qual algum grupo que sofre opressão passe por um processo de relativa emancipação, "[...] a sociedade acaba por encontrar outros fatores que possam funcionar como marcas sociais e justificar o desprestígio de outros setores demográficos e sua localização na base da pirâmide social." (SAFFIOTI, 2013, p. 60), pois é necessária a existência de marcas sociais que justifiquem (sob a perspectiva da sociedade de classes) a manutenção de certos indivíduos em condição subordinada.

Saffioti menciona dois âmbitos de inferiorização da mulher: um nível superestrutural (superestrutura ideológica), no qual são criados mitos que tratam a mulher como um ser inferior, e um nível estrutural (infraestrutura econômica), no qual a mulher é posta na periferia do sistema de produção (2013, p. 65–66). Esse último é posto em prática à medida que se desenvolvem as forças produtivas, com o desenvolvimento para a manufatura e em seguida para a grande indústria, afastando ou absorvendo as mulheres na cadeia produtiva de acordo com as necessidades do mercado. Isso ocorre porque, para transformar o modo de produção e instaurar um novo modelo, o ônus social pesa sobre aqueles grupos que já são vulneráveis. É nesse contexto que a inferiorização das mulheres é utilizada para firmar as

classes sociais e dar marcha à sociedade competitiva, pois ela "[...] lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Essa distribuição de papéis é desigual, também, entre as próprias mulheres, levando em consideração os fatores classe e raça. Enquanto as esposas dos membros da burguesia ascendente passam a fazer parte das camadas ociosas devido à sua expulsão do mercado pautada na ideologia da feminilidade, as mulheres de camadas mais baixas não são afastadas do trabalho e a elas se atribuem os trabalhos com jornadas mais extensas e salários mais baixos (SAFFIOTI, 2013, p. 67). A integração das mulheres nas fábricas não representa, portanto, subversão na hierarquia da família patriarcal, mas sim a necessidade do mercado de explorar um número cada vez maior de indivíduos e, por ser a mulher um construto vulnerável nesse contexto, ela é mais passível de exploração, possibilitando uma maior acumulação de mais-valor pelos capitalistas. De qualquer modo, o capital é capaz de se adaptar aos acontecimentos, conseguindo encontrar estratégias de expansão com as mulheres integradas ou não, a partir da manipulação do capital variável. Sendo assim, se elas são integradas, os salários caem e, se elas forem afastadas, as jornadas dos que permanecem se expandem e os empregadores precisam pagar uma quantidade menor de trabalhadores.

Ambos, mulheres e homens trabalhadores, não se apropriam da totalidade daquilo que produzem, pois os bens produzidos socialmente são apropriados privadamente, por isso: "Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefícios do homem." (SAFFIOTI, 2013, p. 73). O homem é iludido pelas noções de masculinidade e acredita ser uma autoridade, porém, na sociedade de classes, ele é um indivíduo subalterno, a não ser que pertença à classe capitalista, como demonstra Saffioti (1987, p. 23): "[...] o poder do macho no seio das classes trabalhadoras representa uma vitória da classe patronal e não uma conquista do trabalhador.". Além disso, o trabalhador não percebe que a mulher, no exército de reserva,

representa um risco para ele, pois a ela se paga menos, então em determinados momentos ela pode ser preferível do ponto de vista do capitalista, além de que a sua atuação no setor de reprodução social representa mais uma parcela de trabalho não pago e que, portanto, representa diminuição no salário total da família, pois não é contabilizado. É nesse contexto que "[...] libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches."[15], pois ele crê possuir um poder que na verdade não possui, ou o possui em um grau muito baixo. O modelo de família patriarcal, no qual o homem deve ser uma força dominante, "[...] apenas medeia e camufla as relações de produção." (SAFFIOTI, 2013, p. 77).

Como já foi exposto por Betty Friedan, nos períodos de guerra, quando os homens se encontraram fora de seus lares, as mulheres tornaram-se numerosas nos cargos. Na Primeira Guerra Mundial, na França, as mulheres integradas ao mercado de trabalho passaram de 179 mil em agosto de 1914 para 550 mil em meados de 1917 em empresas francesas. Na Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, as mulheres ativas passaram de 5,094 milhões em 1939 para 7,107 milhões em 1944. Em ambos os casos, os números voltaram a cair com o fim da guerra e com o retorno dos homens para os lares (SAFFIOTI, 2013, p. 79). Nesse período em que era demandada força de trabalho feminina, as jornadas eram reduzidas e escolas maternais foram ampliadas para que as mães pudessem trabalhar, mas com o fim das guerras a situação se reverteu, as jornadas comuns retornaram e muitas escolas foram fechadas (SAFFIOTI, 2013, p. 80). Porém, "À medida que os países se industrializam, a força de trabalho feminina vai sendo absorvida, no grau em que a fase de desenvolvimento econômico permite, no setor secundário e terciário do sistema de produção dominante." (SAFFIOTI, 2013, p. 83), de modo que na década de 1950 vários países desenvolvidos

[15] Muldworf, Bernard, "La Femme à la recherche de sa personne", *in*: La Femme à la recherche de d'elle-même, La Palatine, 1966, p. 199; também *in*: Femmes du XX siècle, Presses Universitaries de France, 1965, p. 95 (apud SAFFIOTI, 2013, p.74).

encontraram alto crescimento nos índices de mulheres distribuídas na periferia do sistema de produção, como EUA, Bélgica, Suíça, França e Suécia.

A inferiorização da mulher é baseada primeiramente em aspectos naturais, nos quais a sua inatividade num curto período (últimos meses da gestação e os primeiros que seguem o parto) serve de justificativa para pagar um salário mais baixo ou não a empregar. O empregador precisa que os trabalhadores estejam em suas plenas condições para produzir mais-valor, portanto, mulheres que não podem fazê-lo (potencialmente, porque nem todas engravidam), são rejeitadas ou mais desvalorizadas. Por outro lado, a inferiorização é baseada também em aspectos sociais, nos quais a mulher é sobrecarregada com trabalhos de cuidado com toda a família (idosos, maridos, filhos, pessoas com deficiência), fazendo com que sua produtividade no mercado seja afetada (SAFFIOTI, 2013, p. 85), além da mística feminina, que as mantêm presas aos papéis socialmente estabelecidos a partir do mito da feminilidade. Esses dois são os grandes âmbitos (natural e social) que servem de justificativa para que as mulheres sejam afastadas da produção ou mantidas na periferia desse sistema.

Esses enormes trabalhos de reprodução social que são obstáculos na vida da maioria das mulheres devem, portanto, ser socializados, pois "Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 86). As estratégias encontradas pelo modo de produção para tentar mitigar o problema, como a licença remunerada, não chegam perto de conseguir resolvê-lo, pois "O objetivo de lucro impõe um alto grau de racionalização das atividades da empresa." (SAFFIOTI, 2013, p. 87), de modo que não importa as intenções do empregador, ele será levado a tentar diminuir ao máximo os custos com a força de trabalho (o capital variável), devido à necessidade imposta pelo mercado de superar a concorrência. Saffioti demonstra

como essa discriminação é extremamente racional do ponto de vista de ser ela fundamental para alcançar os fins impostos pela acumulação de capital da melhor forma possível, pois "É limitando, através do uso cuidadoso de imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços, que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera." (SAFFIOTI, 2013, p. 89).

A força de trabalho feminina é contraditória na medida em que se põe como valor de troca no mercado e valor de uso no lar, e se espera que ela execute os dois papéis com perfeição, de modo que "Qualquer hierarquização das funções femininas nas sociedades capitalistas reforça as dificuldades de integração da mulher na sociedade." (SAFFIOTI, 2013, p. 97), ou seja, ela não deve priorizar nenhuma das duas funções, deve exercer ambas de modo completo, pois o mal desempenho em alguma delas irá dificultar a sua inserção no meio social, seja a partir da aceitação no mercado de trabalho, seja a partir da aceitação no âmbito social e afetivo. Essa exigência de dupla função imposta sobre as mulheres trabalhadoras dificultam a sua sindicalização, pois, além do acúmulo de jornadas consumir todo o seu tempo e energia, também há a desvalorização de suas demandas, uma vez que seu trabalho é considerado subsidiário.

3.3 As mulheres e o socialismo

Tal como Angela Davis, Saffioti também retorna à história do movimento feminista liberal para compreender como o movimento se deixou ser cooptado pela ideologia competitiva do modo de produção capitalista. Dessa forma, retorna, principalmente, à história do movimento sufragista dos Estados Unidos, cujas defesas dos direitos civis e políticos estavam sempre atrelados ao acesso à propriedade privada. Tendo em vista que esse movimento não ameaça a estrutura de classes, suas reivindicações se põem sempre de acordo com os moldes estabelecidos pelo modo de produção capitalista e, por isso,

essa parcela do movimento ganha mais visibilidade e se torna dominante. Além disso, Saffioti menciona também como o movimento antiescravagista serviu como uma via para as mulheres brancas estadunidenses se expressarem fora do ambiente doméstico, uma vez que eram espaços consolidados pela luta contra a escravidão: "A guerra contra a discriminação racial legal parecia, porém, funcionar como tropa de choque abrindo caminho ao feminismo." (SAFFIOTI, 2013, p. 182).

Esse feminismo pequeno-burguês não busca a coletivização da propriedade privada, mas, ao contrário, busca somente a conquista individual dessa propriedade a partir da inserção da mulher na estrutura competitiva. É nesse sentido que Saffioti afirma: "Nas sociedades competitivas, as conquistas das mulheres parecem reverter em benefício da própria estrutura de classes." (2013, p. 176), pois essas conquistas resultam no aprofundamento da competição pela obtenção da propriedade privada. A autora defende que esse feminismo realizou grandes vitórias no âmbito cultural e nos direitos civis, porém, sendo inofensiva para a estrutura de classes, elas servem também de escape para aliviar os conflitos que, se agravados, poderiam realizar rupturas no modo de produção (2013, p. 189). Mas, de qualquer forma, a respeito da nomenclatura do movimento, afirma:

> Desenvolver as forças produtivas da sociedade capitalista implica, simultaneamente, dar à mulher oportunidades de trabalho remunerado e auxiliar a liberação, por parte da estrutura de classes, de ponderável parcela da força de trabalho feminina. Deste ângulo, o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas. (SAFFIOTI, 2013, p. 194).

Nesse momento, Saffioti assume uma postura ainda mais radical e afirma que esse movimento não deve sequer ser chamado feminista, pois antes de ser organizado em torno das opressões geradas pelo modo de produção, ele é uma forma encontrada pela própria estrutura político-econômica de diluir uma luta que poderia ser ameaçadora

para essa estrutura. Apesar disso, é preciso compreender que, mesmo não respondendo de modo completo e satisfatório aos problemas gerados pelas opressões, diferentes vertentes feministas cumpriram papéis importantes no decorrer da história.

Para além desse feminismo burguês, há perspectivas socialistas que compreendem as contradições do modo de produção e por isso são capazes de realizar análises mais amplas sobre as opressões que atingem as mulheres. Desse modo, absorvendo a crítica da economia política de Marx, Saffioti realiza um trabalho no qual analisa como os autores socialistas lidavam com as questões das mulheres e afirma que tanto os socialistas utópicos quanto os científicos abordavam esses problemas em algum nível. Inicia sua análise expondo como, para Saint-Simon, a igualdade entre os sexos pode ser concretizada a partir da igualdade dentro do casamento. Fourier, por sua vez, vai muito além quando reivindica "[...] que a sociedade ofereça à mulher educação idêntica à do homem e que a liberte definitivamente dos trabalhos domésticos através da organização de uma cozinha central e de um infantário que se ocupe das crianças." (SAFFIOTI, 2013, p. 113–114).

Ambos pertencem ao que Marx e Engels chamam de socialismo e comunismo crítico-utópicos, os quais compreendem as contradições do modo de produção, mas não conseguem encontrar a melhor forma de combatê-lo, pois criam modelos que não são capazes de fazer frente ao capital: "[...] precisam apelar à filantropia dos corações e dos bolsos burgueses." (MARX; ENGELS, 2008, p. 63). Nesse modelo, a libertação da mulher é somente um apêndice da consciência utópica. Enquanto isso, o socialismo científico percebe que as criações de centros de resistência, como cooperativas, apesar de serem experiências que merecem muito respeito, não são capazes de fazer frente ao capital, pois precisarão incorporar o modo de funcionamento do mercado ou serão consumidas pela concorrência. Nesse sentido, "Com o socialismo científico, a solução para o problema da mulher passa a ser buscada na destruição total do regime capitalista e na implantação subsequente da sociedade socialista." (SAFFIOTI, 2013, p. 114).

É importante ressaltar que o modo de produção capitalista não é o único baseado na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. Algumas sociedades pré-capitalistas também se baseiam nesse modelo (como a feudal), porém, é no capitalismo que esse sistema se encontra em seu nível mais desenvolvido, devido à transformação do dinheiro em capital, à necessidade constante de obtenção de lucro e sua acumulação na forma dinheiro. Dessa forma, os modos de produção sustentados pela apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho precisam, dentre outras coisas, de um modelo de família patriarcal, no qual a mulher é afastada do mercado de trabalho para executar prioritariamente as atividades reprodutivas não remuneradas. No capitalismo, tal modelo é aprofundado (e se mantém em função do lucro e da manutenção da propriedade privada) e existe somente entre a burguesia, pois as mulheres trabalhadoras são integradas no mercado e impelidas a executar dupla função, com extensas jornadas e baixas remunerações, o que é ainda mais fundamental para a manutenção do capital. Nesse contexto, surge um dos mitos citado por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* de que os comunistas buscam destruir a família. Os comunistas não são a favor da destruição da família em si (uma vez que a sua forma se modifica historicamente), mas são contra uma instituição de família inscrita num momento histórico, em um determinado modelo político-econômico e que serve aos interesses da classe capitalista (MARX; ENGELS, 2008, p. 38).

Marx, apesar de não falar diretamente sobre as diversas opressões no livro I de *O Capital*, está sempre voltado para aquilo que há por trás delas (uma estrutura político-econômica), demonstrando como elas não são isoladas, mas são parte fundamental do modo de produção. Saffioti, tal como Marx, percebe a necessidade de transformar essa estrutura para existir a possibilidade de superar as opressões e, por isso, sustenta: "A ideia de que a mulher, assim como o próprio homem, só atingirá a verdadeira liberdade no regime socialista se apresenta, aliás, como invariância de todo o socialismo chamado científico." (2013,

p. 118), pois, segundo a autora, não é possível alcançar essa liberdade dentro dos moldes capitalistas. A autora exprime essa impossibilidade:

> [...] qualquer tentativa de solução do problema da mulher nas sociedades de classes deve levar em conta o fato de que o sistema capitalista de produção impõe limites estruturais intransponíveis para a intervenção deliberada na realidade, visando a atacar as raízes da problemática feminina. (2013, p. 516).

Somente no socialismo, portanto, é possível trilhar um caminho no qual seja possível a superação das opressões, uma vez que seu objetivo é anular as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, fornecendo um contexto mais favorável para a emancipação humana.

Em 1963, enquanto apenas uma pequena parte das operárias eram sindicalizadas nos Estados Unidos, boa parte das mulheres da burguesia e dos estratos médios eram organizadas em clubes que influenciavam o congresso como *lobbysts* para aprovar leis e emendas de acordo com seus interesses (SAFFIOTI, 2013, p. 100). Enquanto isso, Saffioti expõe como, na URSS de 1932, a porcentagem de trabalhadoras sindicalizadas era de 83,3% (2013, p. 101). É possível visualizar a mesma situação no que diz respeito à diferença salarial entre homens e mulheres. Em países como Estados Unidos, Alemanha, França e Japão, os salários femininos eram bem mais baixos em relação aos salários masculinos e o único país que conseguiu atingir a paridade absoluta foi a União Soviética (SAFFIOTI, 2013, p. 104). Não pretendo aqui entrar num debate mais profundo sobre os pontos positivos ou negativos da experiência soviética, mas a partir dos dados citados é possível observar como, mesmo com os seus problemas, esse foi um dos momentos em que houve maior paridade de gênero no mercado de trabalho e nos sindicatos e que a reprodução social chegou mais perto de ser tratada como função do Estado (SAFFIOTI, 2013, p. 139).

Indo além, enquanto Marx visualiza o modelo de família como parte da constituição do modo de produção[16], Engels visualiza esse modelo como sendo fruto da necessidade de manutenção da propriedade privada como herança, além da propriedade patriarcal, com o poder que os homens exercem sobre as mulheres. Sendo assim, Engels defende que a propriedade é o elemento que fundamenta a opressão de classe e de sexo. Saffioti não concorda com essa visão defendida por Engels, porque, apesar da manutenção da propriedade ter relação direta com o modelo de família monogâmica, ela está longe de ser a única causa da inferiorização feminina. Ou seja, para Saffioti a propriedade privada gera formas de dominação, mas nem todas as formas de dominação derivam somente dela (2013, p. 121).

Pensar em formas de reduzir e facilitar o trabalho doméstico é fundamental para diminuir a sobrecarga sobre as mulheres, porém, na sociedade de classes essas formas surgem como mercadoria (eletrodomésticos, instituições de ensino e cuidado privadas, anticoncepcionais, etc) e, portanto, são acessíveis somente a uma pequena parcela da população. Não obstante a falta de acesso a esses bens, as mulheres da classe trabalhadora não deixam de trabalhar por causa disso, resultando no acúmulo de funções e jornadas, sem nada para aliviar o peso do trabalho excessivo. Porém, o que aconteceria se, hipoteticamente, o problema do trabalho doméstico fosse de fato resolvido e o modo de produção capitalista permanecesse firme? Saffioti responde:

> Libertar a mulher das maternidades involuntárias e substituir os modos domésticos de socialização dos filhos pelo trabalho organizado de equipes especializadas nesta tarefa não seria libertá-la para o nada quando a estrutura ocupacional não pode absorver o potencial de força de trabalho feminina? A ser mantida a estrutura de classes, haveria necessidade de se

[16] No modelo de família burguesa o caráter privado do ambiente doméstico é intensificado e o homem passa a ser dominante também a partir do poder adquirido no mercado de trabalho. As mulheres que são afastadas do mercado são inferiorizadas por isso e aquelas que não são afastadas também são inferiorizadas, pois seu trabalho é considerado subsidiário ao trabalho masculino.

> selecionarem outros caracteres naturais que pudessem funcionar como marcas sociais a fim de justificar a marginalização da estrutura de classes de certas categorias sociais. Nestes termos, o processo de emancipação feminina corre paralelo ao processo de libertação do homem. (2013, p. 127–128).

Por outro lado, romper a estrutura de classes também não significa que a mulher automaticamente deixará de ser inferiorizada, pois a prática concretiza uma cultura de hábitos que, mesmo com a mudança da estrutura social, podem permanecer, pois "O desenvolvimento do capitalismo, assim como do socialismo, mostra que certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem na nova [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 130). As mudanças culturais, no capitalismo, encontram seus limites no próprio modo de produção, enquanto nas hipotéticas economias socializadas essas mudanças dependem da continuidade e desenvolvimento do modo de produção, pois sua estrutura permite a construção de uma legislação igualitária e aponta na direção do rompimento das opressões (SAFFIOTI, 2013, p. 130). Isso significa que, mesmo com o rompimento do modo de produção capitalista, ainda há um longo caminho a ser percorrido para realizar a superação das opressões, mas é a partir desse rompimento que essa superação se torna possível.

Auguste Bebel, socialista alemão, percebeu as diferenças que separam as mulheres, negando a ideia de que o antagonismo de classe pode também ser aplicado ao sexo, tendo em vista que as diferenças de classe dificultam a criação de um movimento feminino unificado:

> Influenciadas pelo lugar privilegiado que ocupam na sociedade, elas veem, no movimento feminista proletário e em suas aspirações diferentes, tendências perigosas e pouco razoáveis, que devem ser combatidas. É assim que a diferença de classes, que cria um abismo entre os trabalhadores e os capitalistas, faz igualmente sentir seus efeitos no movimento feminista. [17]

[17] "La Femme et le socialisme", *in: La Femme et le communisme*, p. 131, apud SAFFIOTI, 2013, p. 132.

Isso ocorre porque mulheres da classe dominante se beneficiam da exploração de trabalhadores e trabalhadoras, de modo que, no interior da burguesia, há uma solidariedade de classe, enquanto no proletariado e nos estratos médios, homens e mulheres competem entre si a fim de garantir algum espaço no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 133).

O ponto de partida para a superação da exploração feminina é, portanto, a "[...] substituição da economia doméstica individual pela economia doméstica socializada," (SAFFIOTI, 2013, p. 137). Nos 50 anos de socialismo da URSS, as mulheres ainda estavam sobrecarregadas, pois a necessidade de desenvolver uma indústria mais pesada os impediu de se voltarem para a indústria de eletrodomésticos, fazendo com que algumas mulheres de países com capitalismo desenvolvido estivessem em melhores condições do que as mulheres soviéticas. Por isso:

> Há que reconhecer a enormidade das dificuldades enfrentadas por nações pobres, atrasadas e, muitas vezes, contendo brutais desigualdades socioeconômicas, na construção de sociedades menos injustas. Acrescente-se a isto o caráter adverso do cenário mundial, no qual nações poderosas, seguidas por países dependentes, desencadearam uma verdadeira guerra política, econômica e ideológica contra o comunismo. A imagem do comunista é, ainda hoje, para muitos, a imagem do bicho-papão a ser temido e evitado para a preservação da democracia liberal. Para liberais e conservadores, comunismo é sempre sinônimo de totalitarismo. Não convém a estas posições políticas reconhecer as diferentes nuanças entre os distintos países socialistas, nem tampouco entre fases históricas de uma mesma nação em vias de construir o socialismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 92).

Sendo assim, a emancipação da mulher encontra obstáculos também em contextos que buscam construir uma economia igualitária na medida em que é preciso ainda realizar grandes e intensas mudanças em culturas nas quais a misoginia está enraizada, além de haver uma dinâmica internacional na qual as potências capitalistas constroem barreiras contra o avanço dessa economia que aponta na direção do comunismo.

3.4 O MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

Retomando o conceito de acumulação primitiva (visto no capítulo um, com Marx e Federici) e levando em consideração as relações de exploração entre os países situados no centro e na periferia da estrutura econômica internacional (visto no capítulo dois, com a Nova Divisão Internacional do Trabalho exposta por Federici), Saffioti analisa a situação do Brasil, país que se enquadra na condição de economia dependente. As relações internacionais devem ser consideradas ao debater esse assunto, pois elas influenciam intensamente no funcionamento interno do país, sobretudo quando se trata de um país situado na periferia da divisão internacional do trabalho.

Há um mito existente de que os modos de produção pré-capitalistas seguiram todos a mesma linha cronológica dividida em: escravização-feudalismo-capitalismo. Entretanto, países como o Brasil, por exemplo, não passaram pela economia feudal, pois na colonização foi implantada "[...] uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu." (SAFFIOTI, 2013, p. 203). O açúcar, algodão, cacau, café e ouro eram as matérias-primas exportadas pelo Brasil para impulsionar o mercado capitalista que estava surgindo no território europeu, com a dissolução do feudalismo nesse local. Tanto no capitalismo mercantil como no industrial, o Brasil ocupa a posição de economia exportadora de matérias-primas: ela "[...] foi sempre determinada de fora, atendendo, assim, aos interesses de uma burguesia que, historicamente, foi primeiro portuguesa e holandesa, depois portuguesa e inglesa, em seguida apenas inglesa e, finalmente, norte-americana, francesa, inglesa, alemã, canadense etc. [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 205). Sendo assim, a exploração dos recursos naturais e o uso de mão de obra escravizada em território brasileiro foram os dois grandes processos de acumulação primitiva ocorridos nesse país, mantendo-o numa condição de dependência e subordinação. Devido à essa economia

dependente, é ainda mais difícil o processo de industrialização e, consequentemente, a construção da soberania nacional.

Diferente dos Estados Unidos, no século XIX, no Brasil, a mulher ainda não possuía nenhum acesso à educação e os movimentos políticos eram dominados pelos homens brancos: "Como o movimento abolicionista fermentou nos meios letrados, a mulher brasileira não pôde sequer ver nele a oportunidade para um enfoque crítico de sua condição existencial." (SAFFIOTI, 2013, p. 251), de modo que o processo de conscientização da mulher sobre os problemas sociais foi ainda mais lento.

Após a abolição formal da escravidão, o Brasil passou por um processo de industrialização e urbanização, gerando mudanças na estrutura familial: o chefe de família é o homem por ele ser o principal provedor da família. Porém, também se modificaram as relações entre homens e mulheres, uma vez que as indústrias passaram a demandar o trabalho de mulheres e crianças, ou seja, de todos os membros do grupo familiar, a depender da necessidade do capital. Isso fez com que surgisse a necessidade de repensar a educação feminina (somente até o nível necessário para que ela cumpra sua função), além de começar a ser discutido direitos relacionados ao divórcio e limitação da natalidade, uma vez que o papel da mulher estava mudando em decorrência das necessidades da indústria (SAFFIOTI, 2013, p. 257). Nesse contexto, em certa medida o padrão colonial de família patriarcal se transformou, com as mulheres assumindo postos em fábricas, por exemplo. Porém, o padrão patriarcal, no qual a mulher é subordinada à figura masculina (marido, pai, irmão etc.) permanece constituindo a socialização de homens e mulheres, principalmente no ambiente rural. Enquanto a família rural mantém todos esses valores patriarcais, a família urbana se despe de alguns deles (no momento que o mercado demanda o trabalho das mulheres) em decorrência das transformações econômicas, que exigiram certa ampliação na instrução das mulheres. Essa ampliação, mesmo sendo pequena, "[...] contribuiria para, alargando os horizontes culturais da mulher, que

homens e mulheres iniciassem o longo processo de redefinição dos papéis sociais destas." (SAFFIOTI, 2013, p. 265).

Durante o século XVII e XVIII, a única forma de acesso a algum tipo de instrução pelas mulheres era por intermédio dos conventos, principalmente na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No final do século XVIII e no decorrer do século XIX, com a expulsão dos jesuítas e a criação da Constituição de 1823 (SAFFIOTI, 2013, p. 273), o governo imperial começou a tentar inserir uma educação laica (sem sucesso), criando escolas para mulheres que consistiam em ensinar coisas como costura e atividades domésticas, mas também permitia que elas fossem alfabetizadas e o acesso à aritmética básica. Na prática, no entanto, nas classes femininas eram deixados de lado a escrita, a leitura e o cálculo e todo o tempo era gasto com o ensino de atividades domésticas. Saffioti cita Benedita da Trindade e Maria da Glória do Sacramento, duas professoras que retiraram tempo do ensino das atividades domésticas para ensinar letras e foram severamente punidas por isso (2013, p. 276).

Somente no fim da década de 1920 e início da década de 1930, novos decretos remodelaram o ensino primário, normal e profissional, favorecendo o acesso das mulheres a uma instrução um pouco mais completa (SAFFIOTI, 2013, p. 318). Entretanto, mesmo as mudanças na legislação não são suficientes, pois as diferenças econômicas e sociais permanecem mantendo-as presas às funções domésticas, desempenhando funções no mercado que são consideradas extensões da maternidade, por exemplo, como o ensino de crianças (SAFFIOTI, 2013, p. 324), e, no setor terciário, aquelas que possuem a mais baixa remuneração. As atividades terciárias demandadas pela urbanização precisam somente do grau médio, fazendo com que as mulheres e as camadas populares se mantenham presas a esse nível. O superior, por sua vez, ficou voltado somente para os homens dos estratos médios e para umas poucas mulheres desse mesmo estrato (SAFFIOTI, 2013, p. 327).

As configurações econômicas, além de possuírem as suas próprias determinações, ligam-se às características naturais dos indivíduos, sejam elas de raça ou sexo. Dessa forma, tanto a categoria sexo como a categoria raça servem para esconder os mecanismos do modo de produção, ou seja, caracteres naturais são utilizados para mistificar e justificar a desigualdade que é essencialmente necessária para a formação econômico-social, além de amenizar as tensões geradas pela economia capitalista, tornando mais aceitável e naturalizando a inferiorização de certos indivíduos e sua consequente posição de subordinação nessa estrutura (SAFFIOTI, 2013, p. 329). Assim,

> [...] faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho da mulher o caráter de trabalho subsidiário e torná-lo o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas. (SAFFIOTI, 2013, p. 330).

Dessa forma, criam critérios e educam as mulheres para se encaixarem neles e poderem utilizar isso para diminui-las e subordiná-las. O mesmo ocorre em relação aos demais grupos que sofrem os mais variados tipos de opressão (população negra e indígena, por exemplo). São criados estereótipos que são utilizados racionalmente (no sentido de cumprir os objetivos a que se propõem) a fim de mantê-los em funções marginalizadas (tanto na produção como na reprodução) e não romper o equilíbrio do sistema competitivo.

Apesar de serem mantidas em condições subalternas, em alguns momentos o modo de produção demanda grandes quantidades dos trabalhadores e trabalhadoras mais baratos, "[...] seja em virtude de atravessar a sociedade o período de acumulação originária, seja pela necessidade de elevar seu ritmo de crescimento econômico [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 332). Isso significa que algumas forças de trabalho específicas, como a feminina, são periodicamente expulsas ou absorvidas no mercado a depender das necessidades que surgem nas variadas etapas de desenvolvimento produtivo. Como já foi

mencionado, a superpopulação relativa cumpre, aqui, sua importante função na qual, além de força de trabalho potencial que o mercado absorve quando necessário, é também uma forma de regular os salários dos trabalhadores ativos, tendo em vista a manutenção da competitividade gerada pelas filas do exército de reserva.

Outro fator que permitiu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi a diferença entre os salários masculinos e femininos, de modo que, em 1920, os salários industriais mais baixos eram os das mulheres, como demonstra Saffioti (2013, p. 344): "Mesmo nas indústrias têxteis, onde predominavam as mulheres, os salários masculinos eram mais elevados que os femininos.". Na década de 1960, essa discrepância permaneceu, com as mulheres ocupando os postos mais mal remunerados: "Em 1963, aproximadamente 80% das 275 mil operárias adultas e menores do Estado de São Paulo integravam o 'baixo' operariado." (SAFFIOTI, 2013, p. 348). As duas causas que mantêm as mulheres nessa condição são a baixa qualificação técnica e a ausência de perspectiva de construir carreira (a mística feminina), pois os trabalhos de carreira que permitem ascensão nos postos priorizam os homens brancos dos estratos médios.

Apesar dessa intensa inferiorização, as mulheres brasileiras, desde o início do século XX, tiveram grande participação nas construções de greves e comícios. Entretanto, Saffioti defende que o movimento sindical brasileiro, por possuir em sua composição muitos indivíduos estrangeiros, tiveram suas reivindicações e estratégias importadas dos países de economia industrializada, sem o cuidado de adaptá-las à realidade brasileira, muito diferente da realidade das mulheres estrangeiras. Isso fez com que os movimentos se detivessem somente em conquistas imediatas, sem pensar nos problemas nacionais (2013, p. 350). A importação de ideias e legislações trabalhistas fez com que houvesse um descompasso entre o desenvolvimento intelectual e o econômico, de modo que "[...] a julgar-se pela legislação, a nação brasileira pareceria, com frequência, mais avançada no campo da eliminação de preconceitos e mais

receptiva a ideias novas." (SAFFIOTI, 2013, p. 356), o que não condizia com a realidade, ainda fortemente permeada pelos preconceitos de raça e sexo. Assim, embora a Constituição de 1934 e a Lei Afonso Arinos pregassem a igualdade de sexo, raça e classe, a realidade material se encontrava alheia a isso, fazendo com que essas conquistas ficassem apenas no âmbito formal, sem provocar mudanças reais na vida dos indivíduos.

A formação do movimento feminista brasileiro possui influência dos movimentos e das produções intelectuais estadunidenses. Feministas como Bertha Lutz realizaram intercâmbios de ideias estrangeiras para o Brasil (como será visto a seguir) e, além disso, um dos aspectos que contribuíram para essa importação foi a visita realizada por Betty Friedan ao Brasil em 1971, que gerou grandes debates sobre o feminismo e, como afirma Zucco (2005, p. 7): "A autora estadunidense sofreu inúmeras críticas de periódicos como O Pasquim e da Coluna de Millôr Fernandes na revista Veja.", de modo a expressar como apenas a presença da autora já foi capaz de gerar um grande movimento. Entre 1970 e 1985, a autora foi citada também pelo *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Opinião* e *Diário de Notícias*, sendo considerada "a teórica mais importante do feminismo", mas também lhe foram atribuídos "[...] uma série de adjetivos pejorativos empregados para caracterizar sua aparência e sua personalidade: 'feia', 'displicente', 'agressiva', 'fala aos berros', 'exalta-se facilmente', 'arrogante', 'exagerada', [...] 'desajustada sexualmente' [...]" (BORGES, 2013, p. 302), como uma tentativa de desqualificar as suas falas a partir de críticas sexistas que se referem à mulher feminista como uma pessoa agressiva e com problemas relacionados à sexualidade. Além disso, *A mística feminina* de Friedan inspirou mulheres brasileiras que buscavam divulgar o feminismo, como Carmem da Silva, que escreveu a coluna *A Arte de Ser Mulher* na *Revista Claudia* nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e Marta Suplicy, que, além de escrever na *Folha de São Paulo* durante a década de 1980 e participar de um quadro intitulado *Comportamento Sexual* na televisão brasileira (ZUCCO, 2005, p. 9), foi

também uma figura política bastante conhecida da década de 1990 até os dias atuais. Essas mulheres, tal como muitas outras, ajudaram a disseminar o pensamento feminista nas mídias do Brasil e, segundo Zucco (2005, p. 7), fizeram-no principalmente a partir das obras de Friedan e Simone de Beauvoir.

Uma das primeiras organizadoras do movimento feminista no Brasil foi Bertha Lutz, em 1918, após o seu contato com os movimentos feministas ingleses. Em 1919, ela participou do Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aprovou, nesse ano, a igualdade salarial e a obrigação dos Estados fiscalizarem a aplicação das leis trabalhistas. Em 1922, junto à estadunidense Chapman Catt, criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujos objetivos foram estabelecidos de acordo com as demandas das feministas dos EUA, além de ressaltar a importância da "[...] integração do Brasil no conjunto de países que integram o chamado Bloco Ocidental." (SAFFIOTI, 2013, p. 360), demonstrando a tendência de adequação do Brasil às necessidades dos países que habitam o centro do capital.

De qualquer modo, somente na Constituição de 1934 foi incluído o sufrágio universal. O anteprojeto dessa lei foi feito com o auxílio de duas importantes mulheres: Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz. Essa última formulou treze princípios fundamentais em suas sugestões capazes de ultrapassar até mesmo as demandas feministas, pensando na ordem social, política e econômica de modo abrangente. Com a conquista do sufrágio, os movimentos feministas passaram a se voltar para questões sobre o trabalho feminino e proteção à maternidade e infância. Lutz já lutava no âmbito do trabalho feminino desde 1922, reivindicando a redução da jornada de treze horas para oito horas diárias.

Em 1936, Bertha Lutz passou a integrar a Câmara Legislativa Federal, criando o Estatuto da Mulher, projeto de lei que formulava os direitos das mulheres em vários aspectos como: político, econômico-social, civil-comercial e penal. Um dos aspectos mais

defendidos era o da ampliação da licença maternidade remunerada. No entanto, neste aspecto, Lutz afirma que, no caso da funcionária pública, o salário é pago integralmente pelo poder público, enquanto no caso das empresas privadas, o salário é pago pelo empregador, pela empregada e pela administração pública, de modo que a empresa privada fica encarregada de pagar somente um terço (1/3) do salário às suas funcionárias. Nesse contexto, "[...] a defesa dos interesses femininos se subordinava inteiramente aos da burguesia empresarial." (SAFFIOTI, 2013, p. 368).

Outro aspecto problemático no Estatuto da Mulher são as vantagens que oferece à trabalhadora: dois dias de folga remunerada por mês (para a trabalhadora braçal e de balcão), Semana Inglesa (jornada de oito horas de segunda à sexta-feira e quatro horas pela manhã do sábado) e vinte minutos diários de descanso para todas. Saffioti demonstra como tais medidas podem ser problemáticas numa sociedade de classes, pois elas representam uma redução no tempo útil da força de trabalho comprada pelo capitalista, além de constituir mais uma diferenciação entre a força de trabalho masculina e feminina, fazendo com que esta seja menos lucrativa e, portanto, ainda menos aceita pelo empregador, além de não ser uma mudança suficientemente grande a ponto de forçar o rompimento do modo de produção. Levando em consideração que o mesmo Estatuto afirma que as empresas não devem arcar totalmente com os custos especiais gerados pelas mulheres (como a licença remunerada), então esses outros benefícios podem também gerar salários ainda mais baixos. Ou seja, essas propostas de Bertha Lutz no Estatuto da Mulher revelam "[...] uma grande incompreensão dos princípios e mecanismos que regem o funcionamento das sociedades de classes [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 370), pois oferecem instrumentos para que os empresários capitalistas possam justificar salários ainda mais baixos ou empregar apenas homens, gerando desemprego e empobrecimento feminino. Dessa forma, não compreende "[...] a totalidade das implicações da estrutura de classes para o trabalho feminino, nem as contradições

existentes entre a sociedade competitiva e a equiparação dos sexos." (SAFFIOTI, 2013, p. 371).

Em relação ao salário, há um parágrafo nesse Estatuto afirmando que a mulher tem direito a 10% da renda do marido para o seu uso pessoal como pagamento pelos serviços domésticos realizados. Essa medida reforça a noção capitalista que afirma estar o trabalho feminino contido no masculino. A mulher não está trabalhando para o seu marido, mas sim para que ele possa se ver livre do trabalho reprodutivo e possa dedicar mais tempo e gerar mais lucro para o seu empregador. Representa, como afirma Saffioti (2013, p. 372), dupla espoliação, pois a mulher não recebe o que lhe é de direito (10% de uma renda não paga todo o seu trabalho) e o homem, que já não recebe o equivalente pelo seu trabalho, passa a receber ainda menos. Essa proposta beneficia, portanto, somente a classe capitalista, sobrecarregando ainda mais os trabalhadores, pois pensa nas mulheres como um grupo antagônico aos homens, quando na verdade eles podem pertencer à mesma classe social, transferindo um ônus da classe capitalista para a classe trabalhadora.

Bertha Lutz assume uma postura acrítica em relação à sociedade de classes na medida em que "Toda sua ação se desenrola no sentido de obter uma expansão da estrutura capitalista no Brasil, de modo a se abrirem novas vias à emancipação econômica da mulher." (SAFFIOTI, 2013, p. 378). Visualiza, portanto, a emancipação da mulher, mas sempre aspirando à noção competitiva de ascensão social, mesmo que essas medidas gerem danos para a classe trabalhadora como um todo. Não obstante todos esses problemas, Saffioti afirma que o movimento feminista brasileiro promoveu um grande avanço nas áreas do trabalho fora do lar, da educação e da participação social e política (2013, p. 383).

Mas, além dos movimentos políticos já citados, houve também outros que partiam de uma visão negadora do modo de produção capitalista. Um deles foi a União Feminina, formada por mulheres operárias e intelectuais em 1934, como parte da Aliança Nacional Libertadora e posta na ilegalidade em 1935, sendo todas as suas

dirigentes presas. Esses movimentos com premissas anticapitalistas começaram a se organizar durante a Segunda Guerra Mundial, contra o alto custo de vida e contra o nazifascismo. Surgiu, assim, a necessidade de criar organizações de caráter nacional, unificando as mulheres de diferentes classes sociais (principalmente dos estratos médios e operárias). Surgiu, assim, o Departamento Feminino da Liga de Defesa Nacional e a Federação de Mulheres do Brasil. Esta, fundada em 1949, filiou-se ao Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, mas tiveram dificuldades na participação dos congressos por serem continuamente negados os seus passaportes (SAFFIOTI, 2013, p. 384). Além desses, foram muitos os movimentos feministas que giraram em torno não só de questões que afetam a vida das mulheres, mas sim de toda a classe trabalhadora nacional e internacional, denunciando o alto custo de vida, defendendo o monopólio estatal do petróleo e a soberania nacional. Saffioti faz uma lista desses movimentos, expondo também como eles foram intensamente perseguidos e dissipados, primeiro pelo governo de Juscelino Kubitschek e em seguida pelo golpe militar de 1964 (2013, p. 388).

A autora produz uma intensa crítica aos movimentos feministas que tentam ser autônomos em relação aos outros movimentos e partidos políticos e pensam exclusivamente nos problemas imediatos da mulher. Ela os identifica como utópicos, pois "[...] realmente acredita ser possível transformar profundamente os papéis e a posição social da mulher nas sociedades competitivas sem alterar, concomitantemente, as bases em que está assentada e organizada a vida social." (2013, p. 389). Nesse caso, endossam inconscientemente o modo de produção capitalista. Ela defende o feminismo socialista (em contraposição ao chamado por ela de feminismo pequeno-burguês) que se coloca de modo crítico ao capitalismo e, por isso, é capaz de compreender os problemas da mulher de modo mais amplo (2013, p. 390), embora não seja ainda plenamente capaz de superar todos os problemas em torno das questões das mulheres. No Brasil, esse movimento, por estar ligado aos partidos de esquerda, se manteve por

muito tempo de forma clandestina devido às perseguições, fazendo com que se desenvolvessem muito lentamente.

3.5 A estratificação como instrumento de divisão da classe trabalhadora

É preciso compreender a importância de ser realizada uma análise das opressões em conjunto com a crítica da economia política de Marx, a fim de perceber como o modo de produção capitalista fundamenta todas essas opressões e como não é possível superá-las sem um rompimento com esse modo de produção. A consciência feminina deve ser desmistificada, portanto, não somente em prol da sua emancipação individual, mas principalmente para que se perceba que essa mística, tão comentada por Betty Friedan, é uma forma de subordinar a mulher, mas não se reduz a isso. Essa subordinação, além de manter a mulher em um papel pré-determinado, é um instrumento para a manutenção de uma ordem social baseada na divisão da sociedade em classes sociais. A mística feminina, portanto, não é um fim em si mesmo, mas sim um meio encontrado pela sociedade de classes para atingir o objetivo da elevação da exploração e da consequente acumulação de capital pela classe capitalista.

É nesse sentido que Saffioti menciona a mística feminina, expondo, tal como Friedan, a função desempenhada pelas ciências humanas (principalmente pela psicanálise) na construção da subjetividade da mulher passiva e do homem viril ao conectar diretamente elementos comportamentais a elementos biológicos. Nesse contexto, a ausência do pênis na mulher é vista como uma falta, um defeito que irá determinar seus comportamentos, como "[...] na vaidade; na necessidade de ser amada mais do que de amar; na sua menor capacidade de realização intelectual [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 406). Essas ideias, já presentes nas culturas, passam a ser legitimadas cientificamente, fazendo com que a formação das mulheres fosse intensamente influenciada, de modo que "A predição criadora começa por uma definição falsa da situação, provocando um comportamento

novo que torna verdadeira a concepção, falsa na origem."[18], ou seja, de tanto serem disseminados os mitos sobre as mulheres, eles passam a interferir na sua formação, de modo que elas passam a incorporar elementos da feminilidade em suas personalidades e se encaixar nos estereótipos que, a princípio, eram falsos.

Ao mencionar esse fenômeno, Saffioti defende que essas afirmações representam somente as mulheres burguesas ou dos estratos médios e não todas da época, como defende Friedan, pois "A 'mulher universal' tanto quanto o 'homem universal' são criações mentais inexistentes no terreno factual." (SAFFIOTI, 2013, p. 411). Isso significa que a mística não atinge todas as camadas sociais da mesma forma, pois somente uma parte da população feminina está sendo afastada do mercado de trabalho e sendo posta no papel de esposa e mãe em tempo integral, enquanto todas as outras fazem parte do mercado, mas submetidas às piores condições. Nesse contexto, Saffioti compreende a importância de se debater a influência exercida pela mística feminina sobre as mulheres, porém, apesar de incorporar esse debate em sua construção teórica, ela é capaz de ir além dele, expondo-o como um elemento em meio a uma cadeia de opressões que sustenta o sistema capitalista.

São esses mitos criados sobre as mulheres que permitem a manutenção da sociedade de classes, mantendo-as presas às funções mais precárias e desempenhando dupla função (produção e reprodução). Entretanto, esses são fatores que mantêm, mas não dizem respeito a um "princípio estratificatório por excelência", pois, como demonstra Saffioti (2013, p. 415): "As mulheres não constituem a classe social inferior e os homens a classe social superior; ambos os sexos vivem as diferentes situações de classe possibilitadas pela diferenciação interna de sua classe.". Dessa forma, apesar de

[18] Merton, Robert King, *Éléments de méthode sociologique*, Plon, 1953, p. 173; e, do mesmo autor, *Social theory and social structure*, The Free Press of Glencoe, 1957, p. 423, apud SAFFIOTI, 2013, p. 409.

desempenharem funções diferentes e a mulher se encontrar numa posição subalterna em relação ao homem da mesma classe, os sexos não são antagônicos na medida em que homens e mulheres podem pertencer à mesma classe. Ou seja, o homem subordina a mulher acreditando estar se beneficiando ao exercer o pouco poder que possui sobre ela, mas na verdade está somente cumprindo o papel que lhe foi atribuído pela sociedade de classes em função da acumulação de capital por uma classe que não é a sua. Apesar de as mulheres estarem em desvantagem na busca pela participação na estrutura ocupacional,

> Também os homens integram os contingentes de desempregados ou em virtude de sua cor, raça, ou em virtude da não qualificação de sua força de trabalho. Nem mesmo os homens partem, pois, de condições iguais, para atingir o êxito econômico, valor central das sociedades capitalistas. (SAFFIOTI, 2013, p. 423–424).

Porém, mesmo com o trabalho remunerado feminino sendo considerado uma possibilidade mediante a necessidade econômica, na maior parte dos casos o homem continua sendo o chefe de família e o trabalho da mulher continua sendo considerado subsidiário, como um complemento do trabalho do homem.

É na socialização que os valores culturais são incutidos no indivíduo, motivando-o a assumir determinado papel na sociedade. No entanto, essas motivações podem falhar, o indivíduo pode não ser orientado de modo eficaz ou pode querer divergir dessa lógica. Nesses casos, surge alguns mecanismos de controle social para aumentar a probabilidade de que essas divergências não se mantenham (SAFFIOTI, 2013, p. 428). Os estereótipos criados sobre os grupos servem para exercer essa força que busca encaixá-los em parâmetros estabelecidos e criar um ambiente no qual os indivíduos passem a exigir uns dos outros que sigam esses estereótipos. De todo modo, masculinidade e feminilidade são construídos de acordo com as necessidades de organização social, de modo que grandes mudanças na sociedade podem provocar condições diversas por necessidade de estabelecer um novo equilíbrio. Nesse contexto, quando a mulher exerce atividades

consideradas masculinas em períodos de guerra, por exemplo, ela não negligencia sua feminilidade, "Ela simplesmente desempenhava papéis que, naquele momento, o sistema lhe impunha." (SAFFIOTI, 2013, p. 433).

Tal como foi exposto no capítulo anterior, Betty Friedan desloca a responsabilidade de realizar mudanças para o núcleo do indivíduo e não percebe que há uma estrutura social que precisa ser rompida pela atitude revolucionária. Saffioti define essa postura reformista como aquela que "[...] exige que se tenham sempre presentes no espírito os limites dentro dos quais se define a reforma, isto é, os limites da compatibilidade entre a reforma e a estrutura a ser reformada." (2013, p. 450). Friedan, na *Mística Feminina*, acredita que o sexismo irá acabar a partir do momento que cada uma puder atuar livremente dentro dos limites da estrutura competitiva com suas capacidades plenamente desenvolvidas. Acredita também ser possível isso se realizar destacando somente a categoria de sexo, ignorando a divisão de classes sociais.

Nos estratos sociais médios, apesar de se fazer presente a ideologia da feminilidade, é frequente também a "[...] aspiração de mobilidade social ascendente, sobretudo nos estratos inferiores das referidas camadas." (SAFFIOTI, 2013, p. 441). Dessa maneira, o estrato que antes possuía segurança econômica a partir da propriedade passa a mantê-la a partir da educação e qualificação da força de trabalho. Nesse contexto, a mulher é também estimulada a se qualificar, principalmente à medida que a economia fica mais complexa e demanda uma maior qualificação. Saffioti diferencia os conceitos de estratificação social e estrutura de classes, em que o primeiro consiste no prestígio social de cada estrato no plano da cultura e o segundo, na competição no interior da esfera econômica. Assim, "As classes sociais são agrupamentos humanos antagônicos, cujas lutas expressam a contradição fundamental do sistema produtivo." (SAFFIOTI, 2013, p. 467), ou seja, é a relação dominação-subordinação que define as classes sociais antagônicas. É nesse sentido que não se efetiva o conceito

"classe média", mas sim estratos ou camadas intermediárias, pois não representam nenhum antagonismo, mas sim pessoas que possuem *status* semelhante, podendo estar mais próximo da classe capitalista ou da classe trabalhadora a depender da posição que ocupa dentro desse estrato. Outros exemplos de estratificação são as categorias mulher, negro(a), indígena, LGBT+ etc., que são constituídos por grupos cuja marca de inferioridade lhes é imputada e são diferenciados a partir da posição que ocupam na esfera social.

Na estratificação, a unidade do sistema é o indivíduo, tendo em vista que, no que se refere ao *status* econômico, ele pode oscilar em sua aproximação à classe capitalista ou trabalhadora e por isso o objetivo é sempre a ascensão social individual, a mobilidade de *status* que é, por sua vez, uma mudança discreta diante da dinâmica das classes sociais e da estrutura global. Sendo assim, compreender somente os estratos, ignorando as relações antagônicas entre as classes, embora tenha sua importância, não auxilia na compreensão completa do mecanismo da sociedade: "A mobilidade social, tal como é entendida correntemente, não pode, de modo algum, ser tomada como um indicador de mudanças operadas na estrutura de classes." (SAFFIOTI, 2013, p. 470). As classes sociais, em contrapartida,

> [...] constituem agregados humanos que ocupam, um em face do outro, posições estruturais antagônicas no sistema de produção de bens e serviços, isto é, agregados que se distinguem, fundamentalmente, em virtude do fato de que um deles cria, direta ou indiretamente, a mais-valia de que se apropria o outro. Partindo-se da concepção de que toda sociedade apresenta uma *infraestrutura econômica* e uma *superestrutura ideológica*, pode-se dizer que é na primeira que tem lugar o fenômeno *classe social*, enquanto à segunda pertence o fenômeno *estratificação social*. (SAFFIOTI, 2013, p. 471).

Pensar somente no âmbito da estratificação social (no qual é permitido alguma mobilidade dos indivíduos), portanto, é perceber apenas a superfície do funcionamento da sociedade (a superestrutura ideológica). Por isso, é preciso ir a fundo na infraestrutura econômica,

na qual se encontram as classes sociais, a fim de compreender a sociedade em sua complexidade.

A estratificação é a aparência da estrutura de classes, da qual se parte para realizar a análise científica, para em seguida compreender as determinações essenciais do modo de produção. Todos os indivíduos fazem parte de, pelo menos, um estrato, podendo fazer parte de vários ao mesmo tempo, enquanto no que se refere às classes sociais, os indivíduos não podem fazer parte de mais de uma classe ao mesmo tempo (SAFFIOTI, 2013, p. 475), uma vez que "[...] os indivíduos se distribuem segundo sejam proprietários ou não dos meios de produção [...]" (SAFFIOTI, 2013, p. 466). Os interesses da classe capitalista e da classe trabalhadora são contraditórios, pois, enquanto aqueles buscam sempre extrair a maior quantidade de mais-valor possível, esses buscam fazer corresponder o seu trabalho à quantia que recebe (diminuir a jornada ou aumentar o salário), enquanto os indivíduos de diferentes estratos podem possuir interesses e objetivos em comum. As classes dominadas, portanto, não são homogêneas e "Elas se constituem de trabalhadores com diferentes graus de qualificação, inseridos de distintas maneiras no sistema produtivo e percebendo salários muito desiguais." (SAFFIOTI, 1987, p. 56), de modo que no interior das classes dominadas há várias divisões (estratificações), nas quais cada estrato possui diferentes níveis de renda, diferentes valores e diferente prestígio social, possibilitando formas de opressão entre um estrato e outro, mesmo entre membros da classe dominada.

É nesse contexto que Saffioti (1987, p. 16) afirma: "A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens.", ou seja, apesar de mulheres serem comumente subordinadas por homens, as relações de opressão não se encerram nesse contexto, pois existem outros princípios (além do sexo) que estruturam a sociedade e interferem na dinâmica entre os sexos. Por isso, as relações entre os sexos não podem ser comparadas às relações

antagônicas de classe, pois: "Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe [...], facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua." (SAFFIOTI, 2013, p. 123). Ou seja, esses homens podem se beneficiar com a opressão das mulheres, porém num nível muito baixo, tendo em vista que aqueles que lucram com a exploração do trabalho dessas mulheres são os capitalistas. A família serve como um mediador entre o sistema e a exploração feminina, atribuindo-lhe a dupla função de produtora e reprodutora. A relação de dominação entre os sexos, portanto, é complexa e não se reduz somente à categoria sexo, de modo que uma mulher poderosa é capaz de dominar homens em seu local de trabalho, mas em casa pode ser subordinada ao marido e esse mesmo homem, que pode ser inferiorizado e oprimido em seu local de trabalho, também pode exercer poder de domínio sobre as mulheres em seu ambiente doméstico (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

3.6 O feminismo deve ser para todo mundo

Na nota preliminar do livro *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti define a necessidade de a temática ser abordada levando em consideração a situação na qual se encontram homens e mulheres, e não somente as mulheres, uma vez que "[...] não são apenas as mulheres que sofrem a atuação da mística feminina; desta constituem presas fáceis também os homens." (2013, p. 34). Nesse sentido, a luta contra as opressões sofridas pelas mulheres não deve ser vista como oposta à luta dos homens, tendo em vista que ambos sofrem, de modos diversos, os efeitos do modo de produção capitalista, causa dessas opressões. Além disso, endossar essa oposição entre os gêneros reforça a divisão da qual o capitalismo se vale para manter essas opressões e autonomiza uma problemática que não pode ser vista isoladamente, fazendo parecer ser suficiente compreender a questão de modo descolado do contexto da estrutura econômica. Sendo assim, Saffioti

busca "[...] desvendar, na elaboração social do fator sexo, os requisitos estruturais e funcionais do sistema capitalista de produção e os mecanismos de sua satisfação." (2013, p. 45), de modo a compreender essa opressão como algo "[...] que emana da necessidade de o sistema manter seu padrão de equilíbrio." (2013, p. 45).

Professora e escritora estadunidense, bell hooks define o feminismo como "[...] um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão." (2019, p. 17). Apesar de não se intitular como marxista, ela propõe essa definição para defender que o feminismo não seja um movimento que diz respeito somente às mulheres, mas sim a todos aqueles que sofrem as consequências de uma estrutura social opressora, e seu pensamento é coerente com as ideias defendidas por Davis e Saffioti no que se refere ao não antagonismo de gênero. Em *O feminismo é para todo mundo*, ela demonstra como o feminismo mais aceito e difundido pela mídia é aquele no qual as mulheres buscam igualdade em relação aos homens dentro de um sistema baseado nas opressões, pois "Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante." (hooks, 2019, p. 21). Esse modelo reformista liberta somente um grupo muito restrito de mulheres dotadas de privilégios de raça e classe que se apropriam do trabalho de outras mulheres para ascender socialmente. Assim, ela diferencia esses movimentos reformistas, que buscam direitos iguais sem romper com a estrutura de classes, daqueles que são considerados revolucionários, os quais buscam romper com a estrutura existente e criar uma nova (hooks, 2019, p. 65).

Um dos grandes exemplos disso é a mística feminina de Betty Friedan (citada no segundo capítulo) e como ela foi largamente utilizada pelas mídias para falar de uma crise existente entre as mulheres, pois falava sobre aquelas que eram confinadas e subordinadas ao trabalho como dona de casa, enquanto "[...] muitas dessas trabalhadoras, que se dedicavam a longas horas de trabalho, com baixos salários, e ainda faziam todo o trabalho doméstico, teriam

enxergado o direito de ficar em casa como 'liberdade'." (hooks, 2019, p. 66). Essas mulheres, portanto, não buscavam igualdade de fato para todas, mas buscavam, na verdade, somente a igualdade de seu grupo em relação aos homens da mesma classe ou estrato. Mary Barfoot (1993, apud hooks, 2019, p. 71) fala "Se somos irmãs do Falo e queremos o que ele tem, então, no fim das contas, apoiamos o sistema do qual ele obteve tudo.", para expor como, ao buscar somente a igualdade em relação ao homem branco da burguesia, se reforça a estrutura de classes existente.

Algumas dessas conquistas, em certo sentido, até aumentaram as desigualdades, uma vez que as mulheres beneficiadas nos países do centro do capital o fazem às custas de uma maior exploração da população do Terceiro Mundo. Além disso, quando se amplia o feminismo a um movimento global, entrando em diversas culturas situadas na periferia do capital, surgem questões que devem ser debatidas com o cuidado para não resgatar o imperialismo ocidental, pois são esses países (principalmente de África, Oriente Médio e América Latina) que são descritos como "bárbaros e não civilizados" (hooks, 2019, p. 78) pelos países desenvolvidos nos moldes do capital.

bell hooks expressa de modo muito pertinente como o movimento foi despolitizado:

> O feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes. De repente, a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida. (2019, p. 23).

Ao tornar o feminismo autônomo, ele passa a ser esvaziado do seu sentido político na medida em que se torna um mero acessório que todas as mulheres podem adquirir levando em consideração somente os seus direitos e vontades individuais, sem perceber que ele está (ou deveria estar) atrelado a uma consciência mais ampla sobre a estrutura política e econômica que impulsiona as opressões, de modo que "A

expansão da noção de que pode haver vários 'feminismos' serviu aos interesses políticos, conservadores e liberais, de mulheres à procura de status e poder de classe [...]" (hooks, 2019, p. 162). Essa autonomização faz com que mulheres e homens sejam vistos com oposição, enquadrando todos os homens na categoria de opressores, ignorando fatores de classe e raça, por exemplo, que não permite a alguns homens terem poder suficiente para oprimir mulheres que, por sua vez, podem ter poder para oprimir esses mesmos homens.

hooks (2019, p. 50) ressalta que, no que se refere à sexualidade, o movimento feminista elitizado e dominante considerava importante somente as questões ligadas ao amor livre e ao aborto, pois eram as pautas mais requeridas pelas mulheres dos estratos médios da sociedade. Essas questões ficaram sobrepostas ao acesso a contraceptivos e educação sexual, pois essas mesmas mulheres já possuíam acesso a ambos. Além disso, afirma que é preciso defender o sistema de saúde público e universal para que todas tenham acesso a esses serviços, e não somente uma pequena parcela de mulheres.

No plano da cultura, a autora defende algumas medidas para popularizar um movimento feminista coerente com as necessidades das mulheres mais vulneráveis e que não seja comandado pela burguesia. Para tanto, hooks (2019, p. 46–47) sugere a criação de escolas, literatura infantil, música, rádio, televisão (criação de um canal ou a compra do tempo em algum canal já existente) com conteúdo voltado para uma educação feminista, cultivando ideias contra o sexismo e as demais opressões, ensinando mulheres e homens a lutarem contra "[...] a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens menos poderosos e sobre mulheres e crianças." (hooks, 2019, p. 107), bem como campanhas de alfabetização para todas, produção de materiais acessíveis e em vários formatos, como escritos, orais e visuais (hooks, 2019, p. 159–160), expondo do que se trata o feminismo, para que ele não seja mais sequestrado e distorcido pela mídia hegemônica. Menciona também a importância da divisão igualitária dos trabalhos domésticos, mas ao mesmo tempo percebe os limites

dessa reivindicação quando visualiza as altas cargas de trabalho a que esses indivíduos são expostos: "[...] muitos trabalhadores que estão exaustos e são mal pagos aceitarão de muito bom grado que a mulher seja completamente responsável pelo cuidado da criança, ainda que a mulher esteja exausta e seja mal paga." (hooks, 2019, p. 123).

hooks centraliza as transformações culturais em detrimento das transformações no modo de produção, mas sem perder de vista que há, para além dessa cultura, algo que conecta as diversas opressões (de modo que elas não possam ser observadas de forma isolada), além de perceber como a potência revolucionária do movimento feminista é cooptada e diluída pelos interesses de uma classe dominante. Ana Montenegro também realiza essa crítica, porém do ponto de vista marxista. Ela denuncia o protagonismo do movimento sufragista em detrimento do apagamento das lutas das mulheres negras e trabalhadoras, como já foi exposto no segundo capítulo, quando expõe como o início da história tradicional do movimento feminista surge a partir dos movimentos sufragistas, mas, muito antes deles, já havia intensa organização entre as mulheres abolicionistas e socialistas (MONTENEGRO, 1981, p. 23). Para além dessa relação entre protagonismo e apagamento, Ana Montenegro produz uma crítica que gira em torno da ideia de que esse feminismo liberal (chamado por ela de neofeminismo) trata a luta das mulheres como uma luta autônoma, centrada no sexo, e que não ameaça a estrutura do modo de produção capitalista, pois, ao assumir como solução a tomada de consciência de cada mulher individualmente (como propõe Friedan), esse feminismo abstrai e separa os problemas das mulheres dos outros problemas sociais, dificulta a conscientização de classe, e acreditam, como afirma Montenegro (1981, p. 33), que "[...] a opressão é a mesma para a burguesa, a pequena burguesa e a operária.". Ela cita várias autoras que se encaixam nessa categoria, mas aqui será discutido somente o diálogo realizado por ela com Betty Friedan.

Ana (1981, p. 55) cita a visão daquelas vertentes feministas críticas ao pensamento de Marx, que se utilizam do argumento de ser ele

economicista, reduzindo os indivíduos a um processo de produção, não oferecendo, portanto, a devida atenção à esfera cultural. Porém, Marx se detém na realidade da sociedade dividida em classes, na qual a mulher se encontra inserida. Os processos de transformação cultural, nesse contexto, só poderão ser radicalmente transformados se houver a transformação dessa sociedade de classes, ou seja, só é possível revolucionar a cultura, de fato, junto a uma revolução no modo de produção. Do contrário, o que se obtém são somente conquistas momentâneas que são facilmente revertidas em momentos de crise e que são, ainda, delimitadas dentro das barreiras impostas pelo modo de produção capitalista e revertidas em benefícios para a classe dominante, agravando a condição de mulheres e homens pelo mundo.

Nesse sentido, a crítica se direciona ao fato de que o feminismo liberal reivindica somente uma espécie de revolução moral na cultura, a qual, mesmo possuindo um papel progressista, não visa uma transformação estrutural, e a isso, a autora responde: "Não sabemos como seria possível uma revolução moral, sem uma mudança de estruturas, para estabelecer – e isso somente em um longo processo – uma nova moral." (1981, p. 36). Ela dialoga diretamente com Betty Friedan, reconhecendo a sua importância nos movimentos feministas da década de 1960 e ressalta a pertinência de levantar o debate sobre a mística feminina, mas afirma também que ela: "Mantém-se no marco dos fenômenos aparentes do sistema, sem explicá-los. E propõe como solução a elaboração de um programa de vida individual [...] Seu 'plano de vida' é alheio à situação das trabalhadoras e da maior parte das donas de casa." (1981, p. 40). Além disso, Montenegro, tal como Saffioti, compreende que o homem não se beneficia realmente com a exploração da mulher (por ele ser somente um mediador em seu processo de inferiorização), uma vez que eles também são explorados e também se prejudicam com a exploração das mulheres: "Terá o operário um interesse capitalista em oprimir sua mulher? Que benefício obteria com isso? Que ganharia com a discriminação salarial de sua mulher, que implicaria a redução do orçamento familiar?"

(MONTENEGRO, 1981, p. 42). Isso significa que o homem, ao acreditar que possui uma grande parcela de poder ao oprimir mulheres do seu estrato ou de estratos inferiores, contribui para a manutenção de um sistema que oprime ele mesmo, como afirma Montenegro: "Um trabalhador machista está contribuindo para a criação de uma mão de obra marginal ou suplementar para aumentar os lucros da classe que o explora." (1981, p. 59).

O sexismo é, portanto, uma ferramenta existente nas sociedades pré-capitalistas, aproveitadas e intensificadas pelo modo de produção capitalista que, além de dividir a sociedade em classes, divide as classes em estratos sociais, de modo a afastar ainda mais as pessoas, dificultando a identificação e união entre um grupo e outro, tornando aceitável os conflitos constantes entre diferentes gêneros, raças, nacionalidades etc., e favorecendo a divisão social e sexual do trabalho necessária ao funcionamento do modo de produção. Atribuir o antagonismo sexual como base para a luta é perder de vista a real resolução dos problemas de uma sociedade de classes. Isso ocorre porque a discussão passa a girar em torno de experiências pessoais, deixando de lado uma análise capaz de compreender o funcionamento da estrutura do modo de produção e como ele é construído em cima dessas desigualdades e opressões. É a partir disso que Ana Montenegro questiona se essa deve ser uma "[...] luta contra uma sociedade masculina ou luta contra um sistema social que nega a prática de todos os direitos à mulher, porque também os nega a milhões e milhões de homens." (1981, p. 61).

Considerações finais

Na introdução foram realizados os seguintes questionamentos: 1) Será que o feminismo pode se limitar ao empoderamento individual de algumas mulheres? 2) Será que o feminismo pode legitimar a manutenção de uma elite feminina que reproduz opressões de classe e raça? 3) Será que é possível vencer as barreiras impostas pelo sexismo realizando reformas no modo de produção capitalista, sem romper com o seu funcionamento? A eles, foram fornecidas respostas possíveis a partir da perspectiva marxista, expondo como o feminismo não pode ser limitado ao empoderamento individual de algumas mulheres, pois esse modelo endossa uma estrutura de classes que possui a desigualdade em suas bases. Em outras palavras, a economia, nessa estrutura, é voltada apenas para a obtenção de lucro, do qual uma parcela muito pequena da população se apropria e, por isso, não é possível alcançar a emancipação de todas as mulheres nesse modo de produção, tendo em vista ser ele baseado nas desigualdades.

A partir da acumulação primitiva (que ocorreu historicamente na consolidação do capitalismo, cujos elementos permanecem sendo reproduzidos) e das campanhas ideológicas que inferiorizam certos grupos, é possível perceber como o modo de produção capitalista é capaz de se apropriar de opressões existentes em sociedades pré-capitalistas e organizá-las e intensificá-las dentro da classe trabalhadora, cujas divisões, além de gerar cada vez mais lucro para os capitalistas, servem também de obstáculo para a união dos trabalhadores e trabalhadoras contra o capital. A expropriação de terras e cercamentos dos espaços comunais, a caça às bruxas, a expansão colonial e a escravização de povos originários africanos e americanos surgem, nesse contexto, como estratégias para realizar esse processo de acumulação primitiva de forma acelerada e intensa.

Esses processos violentos serviram para firmar as divisões (estratificações) no interior da classe trabalhadora, possibilitando uma exploração mais intensa de alguns estratos em relação a outros, além de dissolver os movimentos de enfrentamento que estavam surgindo (como a heresia, que lutava contra as autoridades feudais) e, ao mesmo tempo, criar obstáculos para a criação de novos movimentos de resistência.

Além disso, percebemos, ao ler Angela Davis, como o feminismo não pode legitimar a manutenção de uma elite feminina que reproduz opressões de classe e raça. Ao compreendê-lo como uma ferramenta para a ascensão individual, a estrutura da sociedade de classes se fortalece e, consequentemente, mulheres que estão em desvantagem no sistema competitivo são ainda mais oprimidas e exploradas em prol da ascensão de um pequeno grupo de mulheres pertencentes a estratos prestigiados socialmente. Ao expor aspectos da história do movimento feminista liberal dos Estados Unidos, passando pelas questões do sufrágio, do estupro, do aborto e do trabalho doméstico, Davis escancara as contradições existentes nesse movimento que visualiza apenas conquistas imediatas voltadas para um grupo seleto de mulheres e que não consegue romper os limites impostos pelo modo de produção capitalista.

Para compreender e superar a opressão das mulheres, portanto, é necessário observá-la sob um ponto de vista anticapitalista, com viés crítico à perspectiva liberal de feministas como Betty Friedan, que entendem a questão de modo isolado, resultando numa teoria e prática política que serve aos interesses da classe capitalista. A autora da mística defende que a via para alcançar a emancipação da mulher é aquela na qual cada uma busca, individualmente, o próprio sucesso profissional. O feminismo, nesse contexto, endossa a lógica da sociedade de classes e se limita aos interesses individuais de algumas mulheres, de modo a beneficiar apenas uma parcela muito pequena da população feminina que, muitas vezes, obtém esse sucesso às custas da exploração de muitas outras mulheres. O feminismo liberal de Betty

Friedan, como vimos, traz para o âmbito individual um debate que deve ser realizado no plano da estrutura político-econômica capitalista que se sustenta a partir da manutenção das opressões, dentre as quais se incluem a opressão de gênero.

Sendo assim, o fator gênero, tal como outros fatores de estratificação social (como raça, orientação sexual e afetiva, identidade de gênero, pessoas com deficiências etc.), é uma forma que a sociedade de classes encontra para mistificar a desigualdade inerente a ela, bem como a sua incapacidade de absorver todos os indivíduos no mercado de trabalho. O sexismo, portanto, não é um fim em si mesmo, mas sim um meio (já existente em sociedades pré-capitalistas, mas potencializadas no capitalismo) encontrado pelo modo de produção capitalista para justificar e naturalizar a subordinação e uma maior exploração das mulheres. Isso faz com que a renda familiar seja diminuída (naquelas famílias que possuem mulheres em seu formato), tendo em vista que, no âmbito produtivo, as mulheres ocupam postos na periferia do sistema de produção, recebendo os salários mais baixos nas condições mais insalubres, e no âmbito reprodutivo o seu trabalho não é sequer pago. O homem, portanto, acredita estar se beneficiando com a subordinação das mulheres, mas na verdade o seu poder é uma parcela mínima frente ao poder real da classe capitalista que mais se beneficia com essa exploração a partir do trabalho não pago, dos salários baixos e das jornadas intensas e extensas. Esse mesmo homem, que acredita ser poderoso quando oprime sua companheira, sua mãe, sua filha e as mulheres de modo geral, sofre também as consequências dessa organização social na medida em que o rendimento da família (supondo uma família heterossexual) é inferior (devido ao trabalho não pago e salários baixos das mulheres). Isso faz com que esse mesmo homem precise trabalhar cada vez mais e se submeter cada vez mais à intensa exploração para conseguir sobreviver junto ao seu núcleo familiar, além de contribuir para o fortalecimento do modo de produção que o explora.

O modo de produção capitalista, apesar de se apropriar das lutas contra as opressões e algumas vezes permitir um pequeno avanço de alguns membros desses grupos, já demonstrou ser incapaz de resolver os problemas das mulheres e de todos os sujeitos oprimidos, pois as intervenções encontram os seus limites nas contradições existentes dentro do próprio modo de produção, a partir principalmente da contradição existente entre o valor de uso e valor de troca, na qual a produção se volta para o segundo, tendo em vista sempre o lucro de poucos capitalistas em detrimento da subsistência da maior parte da população, além da necessidade da existência de um exército de reserva (superpopulação relativa) para regular o funcionamento do mercado de trabalho, manter os salários baixos e as jornadas extensas. É nesse sentido que autoras que se filiam ao feminismo marxista se mostram capazes de responder o terceiro questionamento, demonstrando como não é possível superar as barreiras impostas pelo sexismo realizando reformas no modo de produção capitalista sem romper com o seu funcionamento, uma vez que essas reformas são permitidas somente até o momento em que a estrutura do modo de produção começa a ser ameaçada.

É possível, assim, compreender a importância da realização da crítica ao feminismo que se coloca de modo autônomo, que ignora a estrutura político-econômica que sustenta essas opressões e se volta somente para as transformações na esfera da cultura. Essas transformações culturais são possíveis de serem realizadas de forma ampla (para todas) e profunda somente ao romper com a estrutura de classes que necessita dessas desigualdades para a manutenção de seu equilíbrio. Por isso, apesar da importância das conquistas realizadas pelas feministas liberais (como o sufrágio e direitos individuais), é perceptível como elas são orientadas pelas noções liberais de manutenção da apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, e pela liberdade e igualdade jurídica (formal), que são válidas somente dentro dos limites impostos pelo modo de

produção à serviço do mercado. Elas são, portanto, insuficientes para realizar um debate completo acerca da emancipação das mulheres.

Referências

BLOCH, Avital H. **Betty Friedan**: el trabajo de las mujeres, el liberalismo posterior a la Segunda Guerra Mundial y los orígenes de la liberación feminil en Estados Unidos. Traducción del inglês por Servando Ortoll. Signos Históricos, núm. 30, julio–diciembre, 2013, 64–106.

BORGES, Joana Vieira. **Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 355 p., 2013.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Betty Friedan (1921-2006)**. Revista Gênero, v. 6, n. 2 – v. 7, n. 1, p. 17–18, 1. 2. sem. 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, M.C.L.C. **Modo de produção capitalista e a constituição de opressões para Silvia Federici**: caminhos de luta a partir de Angela Davis e Djamila Ribeiro. Revista Ideação, N. 42, jul.–dez., 2020.

DIAS, M.C.L.C. **A recepção da dialética para Marx**. Revista Eletrônica Estudos Hegelianos. N. 27, 2019.

DIAS, notas de aula, 2020.

FAUSTO, Ruy. **Marx, lógica e política**: Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo I. Editora Brasiliense, 1987.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FRIEDAN, Betty. **The Feminine Mystique**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Tradução de Carla Bitelli e Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes. *In*: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Tradução de Bhuvi Libanio. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857–1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política; Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTENEGRO, ANA. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, 1981.

RAMOS, Silvana de Souza. **Mulheres e gênese do capitalismo**: de Foucault a Federici. Princípios: Revista de Filosofia, v. 27, n. 52, jan.–abr. 2020, Natal. ISSN1983-2109.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

WOOD, Ellen. Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia. *In*: WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 227–242.

YOUNG, Iris Marion. **Cinco faces da opressão**. RDP, v. 18, n. 97, p. 446–472, jan.–fev. 2021.

ZUCCO, Maise Caroline. **Influências do feminismo estadunidense no Brasil**: relatos e leituras. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org